



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2010-2014**

**CRUZ DAS ALMAS - BA
DEZEMBRO DE 2009**

Reitor

Paulo Gabriel Soledade Nacif

Vice-Reitor

Silvio Luiz de Oliveira Soglia

Pró-Reitora de Graduação

Dinalva Melo do Nascimento

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho

Pró-Reitor de Extensão

Aelson Silva de Almeida

Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus

Pró-Reitora de Gestão de Pessoal

Maria Inez Almeida Oliveira Pinto

Pró-Reitora de Administração

Rosilda Santana dos Santos

Pró-Reitor de Planejamento

Warli Anjos de Souza

Diretor do Centro de Ciências da Saúde

Luiz Antônio Fávero Filho

Diretor do Centro de Formação de Professores

Susana Couto Pimentel

Diretor do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas

Celso Borges de Oliveira

Diretor do Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas

Alexandre Américo Almassy Junior

Diretor do Centro de Artes, Humanidades e Letras

Xavier Gilles Vatin

**COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO DA PROPOSTA DO PLANO DE
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Portaria UFRB Nº121/2007 de 27 de junho de 2007

Aelson Silva de Almeida (PROEXT)
Celso Luiz Borges de Oliveira (CETEC)
Evenice Santos Chaves (CCS)
Cláudio Orlando Costa Nascimento (PROPAAE)
Deborah Tôrres (PROAD)
Dinalva Melo do Nascimento (PROGRAD)
Djeissom Silva Ribeiro (CFP)
Geraldo Sampaio Costa (CAHL)
Luiz Antonio Silva Araújo (CAHL)
Luiz Antonio Favero Filho (CCS)
Susana Couto Pimentel (CFP)
Vital Pedro da Silva Paz (PRPPG)
Juliana Araújo Dantas CAHL
Lucilene Brito dos Santos (CCS)
Maria Inês Almeida de Oliveira Pinto (PROGEP)
Suraya Brito Chagas (CFP)
Warli Anjos de Souza (PROPLAN) - Presidente

**COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO
INSTITUCIONAL**

Portaria UFRB Nº 249 de 20/06/ 2008

Warli Anjos de Souza (Presidente - PROPLAN)

Sergio Schwarz da Rocha (Suplente - PROPLAN)

José Alberto Sampaio Santos (CETEC)

Silvia Patrícia Barreto Santana (suplente – CETEC)

José Neander Silva Abreu (CCS)

Sinara Vera (suplente – CCS)

Paula Ângela Umbelino Alcoforado (CCAAB)

Ana Elisa Del'Arco Vinhas Costa (suplente – CCAAB)

Luiz Antônio Silva Araújo (CAHL)

Amílcar Baiardi (suplente – CAHL)

Susana Couto Pimentel (CFP)

Marta Elid Amorim (suplente – CFP)

Dinalva Melo do Nascimento (Titular – PROGRAD - Representante de Pró-Reitorias)

Carlos Alfredo Lopes de Carvalho (Suplente – PRPPG -Representante de Pró-Reitorias)

Ana Maria Coelho (Titular – ASSUFBA)

Luiz Gustavo Santos Encarnação (Suplente – ASSUFBA)

Urialisson Matos Queiroz (Titular – DCE)

Analu Souza (Suplente – DCE)

SUMÁRIO

Apresentação.....	10
1. Perfil Institucional.....	11
1.1. Breve histórico da Instituição.....	11
1.2. Missão.....	13
1.3. Objetivos e metas.....	14
1.3.1. Descrição dos objetivos e quantificação das metas com cronograma.....	14
1.4. Áreas de atuação acadêmica.....	20
2. Projeto Pedagógico Institucional – PPI.....	22
2.1. Inserção regional.....	22
2.2. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas.....	25
2.3. Organização didático-pedagógica da Instituição.....	30
2.3.1. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas.....	30
2.3.1.1. Práticas pedagógicas inovadoras.....	31
2.3.1.2. Oportunidades diferenciadas de integralização curricular.....	38
2.3.1.3. Atividades práticas e estágio.....	40
2.3.1.4. Desenvolvimento de materiais pedagógicos.....	40
2.3.1.5. Incorporação de avanços tecnológicos.....	40
2.4. Políticas de Ensino.....	41
2.5. Políticas de Extensão.....	43
2.6. Políticas de Pesquisa.....	44
2.7. Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis.....	46
2.8. Políticas de Gestão.....	47
2.8. Responsabilidade Social.....	49
2.8.1. Contribuição à inclusão social.....	49
2.8.2. Contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região.....	51
2.8.3. Contribuição para preservação e melhoria do meio ambiente.....	51
2.8.4. Contribuição para preservação da memória e do patrimônio cultural da Região	52
3. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e Cursos.....	54
3.1. Ofertas de cursos.....	54
3.1.1. Graduação.....	54
3.1.2. Sequenciais.....	55
3.1.3. Pós-Graduação (<i>lato sensu</i>).....	55
3.1.4. Pós-Graduação (<i>stricto sensu</i>).....	56
3.2. Programas Especiais de Formação Pedagógica.....	57
3.3. Cursos a Distância.....	58
3.4. Campi e cursos fora da sede.....	59

4. Perfil do Corpo Docente e Técnico Administrativo.....	61
4.1. Composição do corpo docente.....	61
4.2. Composição do quadro de servidores técnico-administrativos.....	62
4.3. Plano de Carreira.....	63
4.3.1. Docente.....	63
4.3.1.1. Critérios de seleção e contratação de docente.....	64
4.3.1.2. Procedimentos de substituição de professores do quadro.....	65
4.3.2. Servidor técnico-administrativo.....	66
4.4. Acompanhamento do desenvolvimento do servidor na carreira.....	67
4.5. Capacitação dos servidores.....	69
5. Organização Administrativa.....	75
5.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão.....	75
5.2. Organograma Institucional e Acadêmico.....	83
5.3. Competências e composição dos órgãos colegiados.....	91
5.4. Órgãos de apoio às atividades acadêmicas.....	99
5.5. Órgãos de apoio às atividades acadêmicas e administrativas nos Centros.....	108
6. Políticas de atendimento aos discentes.....	110
6.1. Programas de apoio psicopedagógico.....	112
6.2. Estímulos à permanência.....	115
6.3. Organização estudantil	117
6.4. Acompanhamento dos egressos.....	117
7. Infraestrutura física e instalações acadêmicas.....	120
7.1. Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental.....	121
7.2. Infraestrutura física.....	123
7.2.1. Campus de Cruz das Almas.....	124
7.2.2. Campus de Santo Antonio de Jesus.....	124
7.2.3. Campus de Amargosa.....	125
7.2.4. Campus de Cachoeira.....	125
7.2.5. Demandas de infraestrutura.....	126
7.3. Biblioteca.....	127
7.3.1. Cronograma de expansão do acervo.....	127
7.3.2. Espaço físico para estudos.....	129
7.3.3. Horário de funcionamento.....	129
7.3.4. Recursos tecnológicos das bibliotecas.....	130
7.3.5. Pessoal técnico-administrativo.....	131
7.3.6. Serviços oferecidos.....	131
7.3.7. Atualização do acervo.....	133
7.4. Laboratórios.....	134
7.4.1. Instalações e equipamentos.....	134
7.4.2. Recursos de informática disponíveis.....	141
7.4.3. Relação equipamento/aluno.....	141
7.4.4. Descrição de inovações tecnológicas significativas.....	141
7.5. Recursos tecnológicos e de áudio visual.....	142
7.6. Plano de promoção de acessibilidade e atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais.....	143
7.6.1. Implementação de acessibilidade arquitetônica e urbanística.....	145
7.6.2. Inclusão da Libras com disciplina curricular.....	148

7.7. Comunicação com a sociedade.....	149
8. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional.....	151
8.1. Procedimentos de auto-avaliação institucional.....	151
8.2. Formas de utilização dos resultados da auto-avaliação.....	153
8.3. Orientações para a metodologia da avaliação interna.....	154
8.3.1. Etapas de desenvolvimento da auto-avaliação na UFRB.....	155
8.3.2. Dimensões para a avaliação interna.....	157
8.4. Instrumentos e procedimentos selecionados para a auto-avaliação da UFRB.....	178
9. Aspectos Financeiros e Orçamentários.....	181
9.1. Demonstração da sustentabilidade financeira dos programas previstos no PDI.....	181
9.2. Estratégia de gestão econômico-financeira.....	184
9.3. Plano de investimentos.....	187
9.4. Previsão orçamentária e cronograma de execução.....	189

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Metas da UFRB para o período 2009-2014.....	15
Tabela 2.	Oferta de cursos de graduação presenciais da UFRB para o período 2009-2014.	55
Tabela 3.	Oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> da UFRB para o período 2009-2014.....	56
Tabela 4.	Oferta de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> da UFRB para o período 2009-2014.....	57
Tabela 5.	Oferta de cursos de graduação a distância da UFRB para o período 2009-2014..	59
Tabela 6.	Oferta de cursos de graduação presenciais da UFRB nos campi fora da sede para o período 2009-2014.....	59
Tabela 7.	Oferta de cursos de graduação presenciais da UFRB no campus sede para o período 2009-2014.	60
Tabela 8.	Lotação dos Docentes por Centro em 2009.....	61
Tabela 9.	Cronograma e plano de expansão do corpo docente da UFRB para o período de 2009 a 2014.....	62
Tabela 10.	Docentes visitantes da UFRB no período 2009-2014.....	62
Tabela 11.	Lotação dos técnicos administrativos na UFRB em 2009.....	63
Tabela 11.	Cronograma e plano de expansão do quadro de técnico-administrativos da UFRB no período 2009-2014.....	63
Tabela 12.	Projeção da capacitação e qualificação dos servidores técnico-administrativos da UFRB para o período 2009-2014.....	72
Tabela 13.	Posicionamento atual dos servidores técnico-administrativos ativos UFRB quanto ao incentivo à qualificação (%)......	72
Tabela 14.	Ambientes organizacionais da UFRB.....	73
Tabela 15.	Área total construída e em construção no período 2009/2010.....	123
Tabela 16.	Área construída no campus de Cruz das Almas.....	124
Tabela 17.	Área em construção no campus de Cruz das Almas.....	124
Tabela 18.	Área construída no campus de Santo Antonio de Jesus.....	124
Tabela 19.	Área em construção no campus de Santo Antonio de Jesus.....	125
Tabela 20.	Área em construção no campus de Amargosa.....	125
Tabela 21.	Área construída no campus de Cachoeira.....	125
Tabela 22.	Demandas para infraestrutura e instalações físicas entre 2009 e 2014.....	126
Tabela 23.	Cronograma de expansão do acervo da Biblioteca Central- campus de Cruz das Almas.....	128
Tabela 24.	Cronograma de expansão do acervo da Biblioteca Setorial - campus de Cachoeira.....	128
Tabela 25.	Cronograma de expansão do acervo da Biblioteca Setorial - campus de Santo Antonio de Jesus.....	129
Tabela 26.	Cronograma de expansão do acervo da Biblioteca Setorial - campus de Amargosa.....	129
Tabela 27.	Espaço físico para estudos (em metros quadrados).....	129
Tabela 28.	Horário de funcionamento das bibliotecas da UFRB.....	129
Tabela 29.	Laboratórios disponíveis no CCAAB – campus de Cruz das Almas.....	134

Tabela 30.	Outros locais de pesquisa e aulas no CCAAB - campus de Cruz das Almas.....	135
Tabela 31.	Laboratórios didáticos previstos no período de execução do PDI para o CCAAB.....	135
Tabela 32.	Laboratórios de pesquisa previstos no período de execução do PDI para o CCAAB.....	136
Tabela 33.	Laboratórios disponíveis no CETEC – campus de Cruz das Almas.....	137
Tabela 34.	Laboratórios previstos no período de execução do PDI no CETEC.....	137
Tabela 35.	Laboratórios disponíveis no CFP – campus de Amargosa.....	138
Tabela 36.	Laboratórios previstos no período de execução do PDI no CETEC.....	138
Tabela 37.	Laboratórios disponíveis no CCS – campus de Santo Antonio de Jesus.....	139
Tabela 38.	Laboratórios previstos no período de execução do PDI no CCS.....	140
Tabela 39.	Laboratórios disponíveis no CAHL– campus de Cachoeira.....	140
Tabela 40.	Laboratórios previstos no período de execução do PDI no CAHL.....	140
Tabela 41.	Cronograma de expansão dos recursos tecnológicos e de áudio da UFRB.....	142
Tabela 42.	Adequação da infraestrutura da UFRB para o atendimento aos portadores de necessidades especiais no período 2009-2014.....	146
Tabela 43.	Cronograma de inclusão de Libras como disciplina curricular em cursos de formação de professores, conforme percentuais mínimos estabelecidos no art. 3º do Decreto nº 5.626/2005.....	148
Tabela 44.	Metas para a comunicação institucional no período e vigência do PDI.....	150
Tabela 45.	Dotação orçamentária (LOA+créditos) por grupo de despesas.....	183
Tabela 46.	Dotação orçamentária empenhada.....	184
Tabela 47.	Planilha de receitas próprias não-financeiras da UFRB para 2009.....	186
Tabela 48.	Fontes dos recursos (LOA).....	186
Tabela 49.	Transferências (convênios e outros tipos).....	186
Tabela 50.	Metas do REUNI para a UFRB no período de vigência o PDI.....	189
Tabela 51.	Dotação orçamentária da UFRB para o projeto REUNI no período de vigência do PDI.....	190
Tabela 52.	Plano de Investimento do REUNI (2008 – 2011).....	190
Tabela 53.	Síntese do Orçamento parcial e global da UFRB para o REUNI.....	190
Tabela 54.	Orçamento de custeio e pessoal do REUNI.....	192
Tabela 55.	Programas da proposta orçamentária 2010.....	194
Tabela 56.	Ações da proposta orçamentária 2010.....	194
Tabela 57.	Programas da LOA 2010.....	195
Tabela 58.	Ações da LOA 2010.....	195

Apresentação

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) apresenta o seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), elaborado para o período de 2010/2014, como o seu principal instrumento de gestão. Nesta condição o documento contempla a identidade da instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à estrutura organizacional e às atividades acadêmicas e científicas que desenvolve e que pretende desenvolver no período de sua vigência.

O Plano, como um instrumento de gestão flexível, definiu os objetivos e metas da UFRB em processo coletivo de discussão. O modo pelo qual o documento foi construído e a interferência que exercerá sobre a dinâmica da Instituição tem como pressuposto o atendimento ao conjunto das normas vigentes. Assim, os principais dispositivos legais que orientaram a elaboração coletiva do PDI da UFRB foram a Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional; a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e o Decreto nº 5.773/2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação supervisão e avaliação de instituições de educação superiores e cursos superiores de graduação e seqüenciais.

Este documento articula-se ao projeto pedagógico institucional que o acompanha e é composto essencialmente de mais oito eixos temáticos, a saber: perfil institucional; cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e dos cursos (presencial e a distância); perfil do corpo docente e técnico administrativo; organização administrativa; política de atendimento aos discentes; infraestrutura; avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional e aspectos financeiros e orçamentários.

Considerando que a UFRB apresenta propósitos próprios e se organiza conforme os seus dispositivos estatutários e regimentais; este Plano estratégico observa o que preconiza esses normativos referenciais e basilares da Universidade. O PDI da UFRB em seu escopo visa cumprir a sua missão de forma a consolidar a sua identidade na Região do Recôncavo da Bahia e atingir a sua função social de ofertar educação superior, pública e de qualidade para a sociedade brasileira.

1. Perfil Institucional

1.1. Breve histórico da Instituição

A primeira manifestação que se tem registro sobre a vontade da sociedade do Recôncavo da Bahia para criação de uma universidade nesta Região é atribuída à Câmara de Santo Amaro, em reunião realizada no dia 14 de junho de 1822. Durante o século XX, a Escola de Agronomia, unidade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), localizada em Cruz das Almas, constituiu o núcleo aglutinador de propostas para a criação de uma Universidade Federal na Região. Assim, no século passado, em diferentes momentos e em documentos de diversos formatos, foram encaminhadas à Presidência da República, ao Ministério da Educação e ao Congresso Nacional solicitações da sociedade do Recôncavo para o estabelecimento de uma instituição de ensino superior federal na Região.

A história da criação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) teve seu início no ano de 2002, por meio de mobilização da sociedade civil da Região, conjugada com a iniciativa do Reitor da UFBA, professor Naomar Monteiro de Almeida Filho, que no dia 7 de outubro, propôs a criação da UFRB, em reunião com a bancada de deputados federais e senadores baianos. No ano de 2003, o Conselho Universitário da UFBA em reunião extraordinária discutiu a proposição de desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA para criar uma universidade federal no Estado da Bahia. O egrégio Conselho Universitário da UFBA deliberou naquela ocasião, por formar uma comissão com o objetivo de realizar uma proposta de criação do que viria a ser a UFRB.

No segundo semestre do ano de 2003 realizaram-se audiências públicas nos municípios de Amargosa, Cachoeira, Castro Alves, Cruz das Almas, Maragogipe, Mutuipe, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix, Terra Nova e Valença, com o objetivo de mobilizar a

comunidade e criar um ideário capaz de reunir forças de todos os matizes políticos em torno da criação de uma universidade, localizada no interior do Estado da Bahia. Transposta, com sucesso, esta etapa, foi entregue ao Presidente da República, Luis Inácio Lula da Silva a proposta de criação da UFRB em outubro de 2003.

No mês de março de 2005, a Escola de Agronomia da UFBA ampliou suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, com a criação de três novos cursos de graduação: Engenharia Florestal, Engenharia da Pesca e Zootecnia. Essa iniciativa fortaleceu o propósito de criação de uma nova universidade. Naquele mesmo mês, a Presidência da República enviou o Projeto de Lei de Criação da UFRB para o Congresso Nacional. Em 06 de julho de 2005 o Projeto foi aprovado pela Câmara de Deputados Federais e, em 12 de julho do mesmo ano, também foi aprovado pelo Senado Federal.

A UFRB, com sede no município de Cruz das Almas, foi criada pela Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, por desmembramento da Escola de Agronomia da UFBA, com o objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária.

No ato de sua criação passaram a integrar a UFRB, os cursos de todos os níveis integrantes da Escola de Agronomia da UFBA. Os alunos regularmente matriculados nos cursos foram transferidos e passaram automaticamente, a integrar o corpo discente da UFRB. Também foram redistribuídos para a UFRB os cargos ocupados e vagos do Quadro de Pessoal da UFBA, disponibilizados para funcionamento da Escola de Agronomia.

No âmbito do Ministério da Educação foram criados para redistribuição à UFRB: os cargos de Reitor e de Vice-Reitor; 444 cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior, 134 cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior e 698 cargos efetivos de técnico-administrativo de nível médio.

No âmbito do Poder Executivo Federal foram criados 59 Cargos de Direção (CD) e 200 Funções Gratificadas (FG), necessários para compor a estrutura regimental da UFRB, sendo: 1 CD-1; 7 CD-2; 8 CD-3; 43 CD-4; 144 FG-2; 48 FG-4 e 1 FG-5.

A UFRB surge na Região do Recôncavo da Bahia com o compromisso de ofertar ensino superior de qualidade e exercer sua responsabilidade social de democratizar a educação, repartir socialmente seus benefícios, de forma a contribuir para o desenvolvimento sustentável, cultural, artístico, científico, tecnológico e socioeconômico do País. Associa-se a estes propósitos seu papel de promotora da paz, na defesa dos direitos humanos e na busca da preservação do meio ambiente.

Concebida como um modelo multicampi, a Instituição é composta de cinco Centros, em quatro municípios da Região do Recôncavo Sul da Bahia.

O Centro de Ensino de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB) e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) situam-se em Cruz das Almas, localizada a 146 quilômetros de Salvador, com população atual recenseada e estimada em 54.827 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 0,723.

O Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) situa-se em Cachoeira, município localizado a 100 km de Salvador, com população atual recenseada e estimada em 32.252 habitantes e IDH 0,681.

O Centro de Ciências da Saúde (CCS) situa-se em Santo Antônio de Jesus, município localizado a 180 km de Salvador, com população atual recenseada e estimada de 84.256 habitantes e IDH 0,729.

O Centro de Formação de Professores (CFP) situa-se na cidade de Amargosa, município localizado a 220 km de Salvador, população atual recenseada e estimada de 33.554 habitantes e IDH 0,662.

Após quatro anos de existência a UFRB oferece 2.447 vagas anuais em 28 cursos de graduação e 57 vagas anuais em cinco cursos de pós-graduação *stricto sensu* (quatro mestrados e um doutorado).

1.2. Missão

A UFRB tem por missão: *exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com vistas à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e à formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística e valorização das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico.*

Para cumprir a declaração do seu propósito e do seu alcance; definidos na missão, a UFRB é regida pelos seguintes princípios estatutários:

- indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- respeito à liberdade de pensamento e de expressão, sem discriminação de qualquer natureza;
- universalidade de conhecimentos;
- democracia e transparência na gestão;
- integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social; e

- valorização e reconhecimento das experiências práticas.

De acordo com o artigo 3º do Estatuto vigente, a UFRB tem as seguintes finalidades:

- gerar e disseminar conhecimentos nos campos das ciências, da cultura e das tecnologias;
- formar, diplomar e propiciar formação continuada nas diferentes áreas de conhecimento para o exercício de atividades profissionais e participação no desenvolvimento da sociedade.
- contribuir para o processo de desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, do Estado e do País, realizando o estudo sistemático de seus problemas e a formação de quadros científicos e técnicos em nível de suas necessidades;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica;
- educar para o desenvolvimento sustentável;
- implementar e cultivar os princípios éticos na consecução de seus objetivos;
- manter amplo e diversificado intercâmbio de conhecimentos com a sociedade; e
- contribuir para a melhoria do ensino em todos os níveis e modalidades, por meio de programas de formação inicial e continuada.

1.3. Objetivos e Metas

1.3.1. Descrição dos objetivos e quantificação das metas com cronograma

Para cumprir a sua missão, a UFRB estabeleceu os seguintes objetivos para o período de vigência do PDI (2010/2014):

- Ampliar e consolidar com qualidade o ensino de graduação e de pós-graduação;
- Ampliar as atividades de pesquisa e a produção científica;
- Ofertar cursos de educação a distância;
- Fortalecer e ampliar a articulação das atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Promover condições para a interdisciplinaridade nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- Promover o intercâmbio acadêmico nacional e internacional;
- Ampliar o acervo das bibliotecas;

- Melhorar e ampliar as políticas de assistência estudantil e implementar programas com ênfase na inclusão e integração acadêmica e social;
- Expandir e aprimorar de forma integrada a informação e comunicação institucional;
- Aprofundar a integração da universidade com os municípios do Recôncavo e do Estado da Bahia para a promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural;
- Melhorar a estrutura organizacional da Universidade;
- Implantar um modelo mais eficiente de gestão institucional;
- Adequar, recuperar, complementar, expandir e modernizar a infraestrutura;
- Elevar a qualidade dos serviços básicos e racionalizar o seu uso;
- Promover o uso, a ocupação e o manejo ambientalmente adequados dos campi;
- Aumentar as dotações orçamentárias para custeio e investimento;
- Aumentar os quadros de pessoal docente e técnico-administrativo e melhorar os seus níveis de qualidade acadêmica e profissional;
- Consolidar a auto-avaliação institucional, em todos os níveis, em consonância com o previsto no SINAES;

A tabela 1 apresenta a quantificação das metas estabelecidas para a UFRB com o cronograma de sua realização para o período atual e de vigência do PDI (2010-2014).

Tabela 1. Metas da UFRB para o período 2009-2014.

Metas	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1. Cursos de Graduação						
Criar e implantar cursos presenciais	4	9	3	3	0	0
Criar e implantar cursos a distancia	0	0	0	2	1	1
Criar e implantar curso de licenciatura (noturno)	1	1	1	0	0	0
Aumentar oferta de vagas anuais em cursos presenciais	1.790	2.355	2.700	2.850	2.850	2.850
Aumentar oferta de cursos presenciais	28	35	40	43	43	43
Aumentar a oferta de cursos a distância				2	4	5
Aumentar oferta de vagas anuais em cursos a distância				1.000	1.500	2.000
Implantar o Programa de Avaliação Seriada (PAS)		X	X	X		
Ofertar vagas por meio do PAS	0	0	0	0	855	855
Reformular os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)	2	16	6	4	2	2
Aumentar o número de diplomados	94	548	1.396	1.897	2.038	2.178
Aumentar a Taxa de Conclusão da Graduação (TCG)	71%	75%	80%	85%	87%	90%
Reduzir a taxa de trancamento total de matrículas nos cursos	1,2%	1,0%	0,8%	0,6%	0,4%	0,4%
Reduzir a taxa de evasão de alunos nos cursos	7,4%	6%	5%	5%	4%	4%
Aumentar o total de alunos matriculados nos cursos	3.534	5.511	7.539	8.968	9.612	10.025
Avaliar e aperfeiçoar o processo de matrícula	X	X	X	X	X	X
Aperfeiçoar instrumento de avaliação de desempenho	X	X	X	X	X	X

do docente						
Implantar a avaliação de desempenho docente on-line		X	X	X	X	X
Implantar, por Centro, a avaliação dos laboratórios didáticos			X	X	X	X
Utilizar os resultados das avaliações externas e internas para subsidiar o planejamento do ensino	X	X	X	X		X
Desenvolver on-line a avaliação e o acompanhamento dos egressos			X	X	X	X
Participar do Programa de Apoio as Licenciaturas (bolsas)	0	5	10	15	25	35
Aumentar o número de bolsas do Programa de Monitoria	0	15	35	60	120	230
Incentivar e aumentar a participação dos alunos nos Programas de Mobilidade Estudantil.		X	X	X	X	X
Elaborar material informativo para alunos calouros	X	X	X	X	X	X
Elaborar manual do aluno de graduação	X	X	X	X	X	X
Elaborar e publicar o catálogo dos cursos de graduação	X	X	X	X	X	X
Organizar e realizar encontros com os bolsistas dos Programas Acadêmicos	X	X	X	X	X	X
Criar e implementar um fórum permanente de debates do ensino de graduação		X	X	X	X	X
Orientar e recepcionar os alunos calouros por Centro	X	X	X	X	X	X
Realizar cursos semestrais de capacitação em Libras e Braille		X	X	X	X	X
Realizar políticas de inclusão para aumentar o acesso a UFRB do estudante com necessidades especiais.	X	X	X	X	X	X
Reestruturar o estágio curricular		X	X	X	X	X
2. Cursos de Pós-Graduação e Pesquisa						
Aumentar o número de cursos de mestrado	4	6	7	8	9	18
Aumentar o número de cursos de doutorado	1	1	1	1	2	6
Criar cursos de especialização	1	3	4	5	8	12
Aumentar o número de vagas dos cursos de mestrado	60	85	98	108	130	230
Aumentar o número de vagas dos cursos de doutorado	10	10	10	10	25	65
Aumentar o número de alunos matriculados nos cursos de mestrado	125	150	183	206	238	360
Aumentar o número de alunos matriculados nos cursos de doutorado	29	29	29	29	44	99
Aumentar o número de titulados nos cursos de mestrado	21	53	120	145	175	205
Aumentar o número de titulados nos cursos de doutorado	1	5	6	10	10	10
Realizar um diagnóstico dos cursos de pós-graduação		X	X	X	X	X
Divulgar as dissertações e teses defendidas	X	X	X	X	X	X
Identificar instituições para oferecer cursos MINTER e DINTER	X	X	X	X	X	X
Identificar instituições em associação para criar cursos de mestrado e/ou doutorado nos moldes institucionalizados pela CAPES	X	X	X	X	X	X
Implantar um sistema de auto-avaliação nos cursos de pós-graduação lato sensu				X	X	X
Aumentar o número dos grupos de pesquisa da instituição	5%	8%	10%	10%	10%	10%
Aumentar o número de publicações em periódicos nacionais qualificados	5%	6%	7%	8%	10%	10%
Aumentar o número de publicações em periódicos internacionais qualificados	3%	5%	6%	8%	9%	10%
Aumentar o número de livros publicados	4%	5%	5%	7%	10%	10%

3. Extensão Universitária						
Aumentar projetos em parceria com órgãos públicos	5%	5%	10%	10%	12%	15%
Aumentar projetos em parceria com empresas privadas	5%	5%	5%	10%	10%	12%
Aumentar projetos em parceria com organizações sociais	5%	8%	10%	12%	12%	15%
Aumentar projetos em parceria com organizações artístico-culturais	5%	5%	5%	8%	10%	10%
Aumentar os cursos de extensão presenciais	5%	10%	10%	15%	15%	15%
Incentivar a criação de cursos de extensão a distância			X	X	X	X
Aumentar o número de professores, técnicos e alunos desenvolvendo atividades de extensão	10%	10%	10%	15%	15%	20%
Aumentar o número de alunos com bolsas de extensão	5%	5%	10%	15%	20%	25%
Instalar incubadoras de empresas nos campi		X	X	X	X	X
Instalar incubadoras de empreendimentos solidários nos campi	X	X	X	X	X	X
Criar núcleos de extensão		X	X	X	X	X
Aumentar o número de pessoas diretamente atendidas pelas atividades de extensão	10%	15%	20%	25%	25%	30%
Criar e implementar um fórum permanente de debates dos projetos de extensão		X	X	X	X	X
Incrementar a inclusão da extensão como componente curricular dos Projetos Políticos Pedagógicos que promovam a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão	X	X	X	X	X	X
Implantar um sistema de avaliação integrado da PROEXT e dos Centros		X	X	X	X	X
4. Atendimento aos Discentes e Políticas Afirmativas						
Aumentar o número de alunos atendidos pelos Restaurantes Universitários	5%	6%	7%	8%	9%	10%
Desenvolver campanhas educativas para redução de custos nos Restaurantes Universitários	X	X	X	X	X	X
Aumentar a oferta de moradias nas Residências Universitárias nos campi	5%	5%	5%	5%	5%	5%
Apoiar a prática de esportes e a realização de eventos esportivos organizados pelos estudantes	X	X	X	X	X	X
Desenvolver projeto de atividades culturais para os estudantes	X	X	X	X	X	X
Apoiar a participação de alunos em eventos de natureza acadêmico-científica e cultural	X	X	X	X	X	X
Apoiar a realização de eventos acadêmicos, culturais e artísticos promovidos pelos estudantes	X	X	X	X	X	X
5. Planejamento, Orçamento, Gestão e Avaliação						
Implantar um Sistema de Planejamento Orçamentário		X	X			
Implantar um Sistema de Apropriação de Despesas e Custeio		X	X			
Implantar um Sistema de Acompanhamento do Desenvolvimento e da Avaliação Institucional		X	X			
Estabelecer o Núcleo de Acompanhamento de Programas e Projetos Governamentais e Institucionais	X	X				
Implantar o Sistema de Informação Acadêmica e Administrativa	X	X				
Aperfeiçoar a matriz de alocação de recursos OCC (manutenção) da UFRB.		X	X			
Estabelecer estratégias para aumentar a receita própria da UFRB com recursos oriundos de convênios, contratos e parcerias institucionais.	X	X	X	X	X	X
Implantar na rede de informática da UFRB, um Sistema						

de Alocação, Acompanhamento e execução dos Recursos Orçamentários		X	X			
Implantar o sistema de gestão sobre as despesas da unidade básica de custeio (UBC) da UFRB		X	X			
Implantar um Programa de Melhoria da Qualidade das Atividades administrativas da UFRB.		X	X	X		
Implantar um Sistema de Informações Acadêmico-Administrativas.	X	X				
Implantar o sistema de avaliação e adequação contínua do conteúdo do PDI/UFRB - 2010-2014, integrado ao sistema geral de avaliação acadêmico e administrativo		X	X			
Implantar e operacionalizar sistemas gerenciais de racionalização do uso e redução de despesas, para energia elétrica, água e esgoto, telefonia, vigilância e limpeza.		X	X	X	X	X
6. Infraestrutura e ambiente						
Adequar a infra-estrutura para o atendimento aos portadores de necessidades especiais	X	X	X	X	X	X
Elaborar o Plano Diretor do uso de espaço e expansão física dos campi de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas e Santo Antonio de Jesus, observando as condições ambientais		X	X			
Implementar programa de manutenção e recuperação de edificações nos prédios de uso acadêmico e administrativo, observando as condições ambientais.	X	X	X	X	X	X
Implantar as melhorias nas condições de funcionamento e trabalho, por setor e prédios de uso acadêmico e administrativo	X	X	X	X	X	X
Construir prédio sede do Centro de Formação de Professores no campus de Amargosa	X					
Construir infraestrutura desportiva no campus de Amargosa			X	X	X	X
Restaurar e ampliar a Casa do Duca no campus de Amargosa		X	X			
Viabilizar espaço físico para abrigar o Centro de Pesquisa e Documentação do Recôncavo.			X			
Construir laboratórios didáticos do CETEC		X	X	X		
Construir pavilhão de aulas campus de Amargosa	X					
Construir auditórios nos campi de Cruz das Almas, Cachoeira e Santo Antonio de Jesus.		X				
Construir a Biblioteca Central no campus de Cruz das Almas		X	X			
Construir residências universitárias nos campi de Cruz das Almas, Cachoeira e Santo Antonio de Jesus.	X					
Construir praça de alimentação nos campi de Amargosa, Cruz das Almas, Cachoeira e Santo Antonio de Jesus.		X				
Construir infraestrutura urbana nos campi Amargosa, Cruz das Almas e Santo Antonio de Jesus.			X			
Construir Hospital Veterinário no Campus de Cruz das Almas	X	X				
Construir Bibliotecas Setoriais nos campi de campi de Amargosa, Cachoeira e Santo Antonio de Jesus.			X			
Efetivar melhorias nas condições de funcionamento dos serviços:						
Eficiência da rede elétrica	X	X	X	X	X	X
Expansão da rede ótica	X	X	X	X	X	X
Modernização da TI da rede local de informática	X	X	X	X	X	X

Expansão de serviços telefônicos	X	X	X	X	X	X
Instalação do Sistema de Vigilância Eletrônica			X	X	X	X
Expansão da Rede de Intranet	X	X	X			
Recuperação da rede de telefonia				X	X	X
Efetivar melhorias nas condições urbanísticas dos campi:						
Pavimentação e sinalização do sistema de vias dos campi	X	X	X	X	X	X
Melhorar o sistema de iluminação nos campi	X	X	X	X	X	X
Recuperação e reforma de muros e cercas	X	X	X	X	X	X
Pintura dos prédios	X	X	X	X	X	X
Arborização e ajardinamento	X	X	X	X	X	X
Espaço de convivência		X	X	X	X	X
Correção de barreiras aos portadores de necessidades especiais	X	X	X	X	X	X
Parada de ônibus coberta e redutores de velocidade	X	X	X	X	X	X
Implantação de placas indicativas	X	X	X	X	X	X
Implantar e operacionalizar nos Centros da UFRB setor especializado em manutenção e conservação		X	X	X	X	X
Informar à comunidade sobre o planejamento do espaço físico e plano diretor para cada campus		X	X	X	X	X
Implantar política de planejamento ambiental em campi		X	X	X	X	X
Criar e implantar uma brigada de incêndio		X	X			
Implantar a coleta seletiva nos campi		X	X	X	X	X
Ampliar a oferta de serviços de reprografia nos campi		X	X	X	X	X
Construir centro de convivência com serviços bancários e de correios nos campi de Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus e Amargosa.			X	X		
Implantar creche e serviços ambulatoriais nos campi			X	X	X	
Garantir espaço físico para os Diretórios Estudantis	X	X	X	X	X	X
7. Tecnologia da Informação e Comunicação Institucional						
Implantar e consolidar o sistema de informações acadêmicas da UFRB, visando atender às demandas de consultas por parte dos docentes, discentes e gestores		X	X	X	X	X
Desenvolver ou adquirir o sistema de informações administrativas, de forma que seja possível integrá-lo ao sistema de informações acadêmica		X				
Desenvolver ou adquirir um sistema de informações gerenciais, para a extração de dados, relatórios, gráficos e construção de indicadores		X				
Desenvolver procedimentos necessários à carga de dados da UFRB para o Modelo Base de Dados Referencial definidas em conjunto pela Andifes e MEC		X				
Ampliar os procedimentos de segurança na rede da UFRB	X	X	X	X	X	X
Implantar uma estrutura de gerência da rede com suporte, qualidade e segurança à operação da rede institucional de computadores	X	X	X			
Criar e implantar um pólo de multimídia e educação a distância			X	X	X	X
Criar e implantar uma editora e gráfica			X	X	X	
Implantar setor de desenvolvimento de material Instrucional				X	X	X
Criar e implantar um programa de inclusão digital nos campi ampliando o acesso dos discentes a computadores;	X	X	X	X	X	X
Criar a uma revista da UFRB	X	X				

Criar um núcleo digital		X				
Integrar a Assessoria de Comunicação Social às agências de notícias	X	X	X	X	X	X
Consolidar/aprimorar e alimentar o Portal da UFRB	X	X	X	X	X	X
8. Bibliotecas						
Atualizar e expandir o acervo do sistema de bibliotecas:						
Livros (títulos)	20.746	26.746	35.746	46.746	54.746	62.746
Livros (exemplares)	44.339	84.339	128.339	152.339	182.339	238.339
Periódicos (títulos)	66	178	273	353	433	513
Dicionários e enciclopédias (títulos)	21	78	134	189	242	290
Revistas e jornais (assinaturas)	12	32	44	52	60	68
DVDs/CDs	106	286	436	531	621	711
Base de dados	0	25	39	48	57	66
Implementar sistema de automação		X	X	X	X	X
Incrementar as atividades artístico-culturais		20%	30%	30%	35%	40%
Divulgar campanhas para os usuários dos serviços oferecidos pela biblioteca central e setoriais	X	X	X	X	X	X
Realizar pesquisa de satisfação do usuário		X	X	X	X	x
9. Gestão de pessoas						
Aumentar o quadro de docentes:	424	494	579	634	709	749
Professor Doutor	172	212	269	318	377	409
Professor Mestre	184	261	289	295	311	319
Professor Especializado	2	2	2	2	2	2
Professor Graduado	6	19	19	19	19	19
Aumentar o quadro de servidores técnico-administrativos:	222	381	568	738	908	1.018
Nível fundamental	23	23	23	23	23	23
Nível Médio	92	245	405	565	725	825
Superior	107	113	140	150	160	170
Implementar programa de capacitação dos servidores técnico-administrativos	170	305	305	305	305	305
Implementar programa de qualificação dos servidores técnico-administrativos	0	5	10	25	25	25
Implementar programas de treinamento e qualificação para docentes dirigentes de órgãos acadêmico e administrativos:	0	20	30	40	50	50
Implantar ações de melhoria da qualidade de vida dos servidores	X	X	X	X	X	X
Criar uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA		X				
Implementar o programa de Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico administrativo	X	X	X	X	X	X
Implementar programa de dimensionamento dos cargos de técnico administrativos		X	X	X	X	X

1.4. Áreas de atuação acadêmica

Para cumprir o seu objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, a UFRB atua nas seguintes áreas de conhecimento:

- Ciências Exatas e da Terra;
- Ciências Biológicas;
- Engenharias;
- Ciências da Saúde;
- Ciências Agrárias;
- Ciências Sociais Aplicadas;
- Ciências Humanas; e
- Linguística, Letras e Artes.

As áreas de atuação acadêmica citadas estão distribuídas em cinco Centros, em quatro campi:

- Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas (CCAAB) - campus de Cruz das Almas, onde são oferecidos os seguintes cursos:
 - ✓ *Graduação*: Agronomia; Ciências Biológicas (Bacharelado e Licenciatura); Engenharia Florestal; Engenharia de Pesca; Medicina Veterinária, Tecnologia em Agroecologia; Tecnologia em Gestão de Cooperativas e Zootecnia.
 - ✓ *Pós-Graduação stricto sensu*: Mestrado e Doutorado em Ciências Agrárias; Mestrado em Ciência Animal; Mestrado Recursos Genéticos Vegetais e Mestrado Microbiologia Agrícola.
- Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC) - campus de Cruz das Almas; onde são oferecidos os seguintes cursos de graduação: Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas e Engenharia Sanitária e Ambiental.
- Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL) - campus de Cachoeira; onde são oferecidos os seguintes cursos de graduação: Ciências Sociais; Cinema e Áudio Visual; Comunicação; História (Bacharelado e Licenciatura); Museologia e Serviço Social.
- Centro de Ciências da Saúde (CCS) - campus de Santo Antônio de Jesus; onde são oferecidos os seguintes cursos de graduação: Enfermagem; Psicologia, Nutrição e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde.
- Centro de Formação de Professores (CFP)- campus de Amargosa, onde são oferecidos os seguintes cursos de graduação na modalidade Licenciatura: Filosofia; Física; Matemática, Química e Pedagogia

2. Projeto Pedagógico Institucional

A UFRB, em face às políticas públicas sociais do Estado, às demandas sociais e tomando ainda por horizonte a filosofia, a história, as características, o perfil e a missão da Instituição, sinaliza para um redimensionamento do ensino superior, consciente do seu papel enquanto agente de transformação e orientado, sobretudo, por princípios éticos e democráticos.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFRB, documento central que estabelece as políticas acadêmicas, norteará as ações educacionais para a consolidação da sua missão, de seus objetivos, de seus princípios e de suas diretrizes, propiciando a qualidade de suas ações, visando à qualificação para o trabalho e a ampliação dos direitos de cidadania para a população brasileira. O PPI cumpre uma função para além de mera formalidade, constituindo-se numa ação maior de reflexão que envolve o ensino, a pesquisa e a extensão, como elementos do processo de participação na educação superior, na produção e compartilhamento do conhecimento.

Este documento apresenta as diretrizes e orientações gerais para efetivarem programas, projetos e planos de ações a serem desenvolvidos na Instituição.

2.1. Inserção regional

A denominação Recôncavo Baiano é uma ampla região que compreende 92 municípios em cinco regiões econômicas do Estado da Bahia (Região Metropolitana de Salvador, Região Litoral Sul, Região Litoral Norte, Região do Paraguaçu e Região do Recôncavo Sul) e apresenta larga diversidade econômica, social, cultural e ambiental. A UFRB com sede no município de Cruz das Almas e com mais três campi nos municípios de Cachoeira, Santo Antonio de Jesus e Amargosa está inserida na região econômica denominada Recôncavo Sul.

O Recôncavo Sul reúne 33 municípios: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriçá, Laje, Maragogipe, Milagres,

Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaíra e Varzedo. Juntos esses municípios ocupam uma área de 10.662 km², correspondendo a 1,8% da superfície total do Estado (564.692,67 km²).

Estimativa populacional realizada pelo IBGE em 2007 indica que a Região do Recôncavo Sul abriga um contingente de 725.497 habitantes, detendo cerca de 5, 1% da população estadual (14 080 654), com densidade demográfica de 64,21 hab./km², a segunda maior do Estado, acima da média baiana (24,70 hab./km²). Os municípios de Cruz das Almas e Santo Antônio de Jesus apresentam densidades demográficas muito além da média regional, 386,65 hab./ km² e 335,52 hab./ km², respectivamente.

A produção vegetal, responde por 74% do Valor Bruto da Produção, caracterizando a Região do Recôncavo Sul como uma área essencialmente agrícola, onde as culturas contribuem com um significativo volume do valor total, enquanto que a produção de origem animal, liderada pela pecuária bovina, embora ocupe aproximadamente dois terços das áreas exploradas, só responde por 24% do valor regional, bastante inferior a média de outras regiões do estado que é de 33%. Dados do IBGE indicam que a produção agropecuária regional não possui grande expressão do ponto de vista de geração de renda, apesar de contar com um grande número de explorações de relativa importância como fonte de emprego na zona rural.

As primeiras atividades de transformação (setor secundário) e agregação de valor à produção na região tiveram início em meados do século XVI, com a implantação de um complexo agroindustrial não extrativista de açúcar e fumo. Inicialmente, a produção estava localizada nos municípios de Cachoeira e Santo Amaro, em virtude não só das suas condições geoambientais, como também pela proximidade de Salvador, capital do Estado, por onde se dava o escoamento da produção para a exportação.

O setor de transformação da Região do Recôncavo Sul promoveu poucas mudanças no perfil da economia baiana e em setores bem específicos. Atualmente a base industrial da região apresenta, na sua composição, indústrias pouco intensivas em capital, com baixo aporte tecnológico, com pouca integração em cadeias produtivas e com reduzida capacidade gerencial, bem como um baixo desempenho na geração de emprego e renda. As indústrias de maior importância estão representadas pelas unidades produtoras de papel e papelão e ainda as pequenas agroindústrias de manufatura de charutos e empresas exportadoras de folhas de fumo para charutos e cigarrilhas. Adicionalmente podem ser citadas as indústrias de curtume e calçados. Embora não se localizem na Região do Recôncavo Sul, os frigoríficos de aves e abate de bovinos localizados na Região do Paraguaçu são importantes dinamizadoras das cadeias produtivas.

No tocante a setor de serviços (setor terciário), a disponibilidades destas atividades estão diretamente ligadas ao desenvolvimento das atividades agrícolas e industriais da região. Destacam-se as atividades de comércio, bancárias, comunicação (ferrovias rodovias correios e telégrafos), hospitais e escolas de nível fundamental, médio e superior.

Apesar do setor de serviços comporem a parcela mais importante da economia regional, o desenvolvimento setorial é bastante limitado, posto que, mesmo com pequeno crescimento da população, ocorreu uma redução sensível na oferta de serviços bancários e uma estabilidade na oferta de outros serviços, tais como telefonia, radiofonia e TV, rede hoteleira e correios. Pode ainda registrar como uma importante atividade o turismo desenvolvido regionalmente, a partir da beleza natural dos diversos sítios, da riqueza cultural demonstrada através dos eventos artísticos e religiosos e do grande patrimônio histórico.

A Região Recôncavo Sul tem como uma das suas características básicas a pluralidade de seu ambiente cultural, que com suas tradições, seu acervo monumental e sua beleza natural, representa uma possibilidade de desenvolvimento para a região, pois como centro original e irradiador da civilização brasileira, tem o mais profundo significado para a memória e identidade do país. Na Região encontram-se núcleos significativos em termos históricos e culturais como Cachoeira, São Felix, Santo Amaro e Nazaré, múltiplos ambientes como o Rio Paraguaçu e o Lago artificial de pedra do Cavalo (186,2 Km²), de usos múltiplos; inclusive para o lazer. Há áreas dos ecossistemas costeiros de Maragojipe, Nazaré e Jaguaribe, incluindo Valença; a área norte do Corredor Ecológico Central da Mata Atlântica; a Serra da Jibóia e, ainda, Baía de Todos os Santos com suas ilhas e ambiente semi-árido. Todo esta Região apresenta boa infraestrutura urbana de transportes e comunicações.

Insera se a UFRB nesta Região, sem perder a noção de universalidade, como “espaço de aprendizagem”, buscando ações sinérgicas entre a Universidade e a população regional, de modo a contribuir na constituição de competências, por meio de uma desafiadora e contínua dinamização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, buscando-se que o processo de aprendizagem se espalhe e seja praticado em todos os setores da comunidade regional. Deste modo, a UFRB visa atender interesses mais amplos, expressos na diversidade dos cursos que a compõe e na estrutura fortalecedora de ações afirmativas.

As ações da Universidade se fundamentam em elementos que a introduz como fonte de construção de saberes e que ligará a Região do Recôncavo a processos socioeconômicos, culturais em curso na região, no Estado da Bahia, no Brasil e em outros países do mundo.

2.2. Princípios filosóficos e teórico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas

A UFRB no exercício da sua atividade acadêmica adota uma perspectiva pluralista, integradora e dialógica na concretização do seu projeto educacional, abrigando diferentes valores e convicções, estimulando em seu meio o respeito às atitudes contrastantes e pontos de vista conflitantes. Tal opção é resultante do contexto histórico, político, econômico e social do espaço geográfico onde está instalada. Pode-se afirmar que no Recôncavo se vive uma das mais ricas experiências civilizatórias no Novo Mundo e síntese de grande diversidade de povos com trajetórias históricas, culturais e projetos distintos, visto sua origem multirracial, pluricultural e de rica diversidade de recursos naturais.

Coadunando-se com os princípios filosóficos explicitados, a educação é tomada como uma prática social e política, realizada no âmbito das relações sócio-histórico-culturais, objetivando formar pessoas com competência técnica e política, humanizadas, éticas, críticas e comprometidas com a qualidade de vida dos cidadãos. Pessoas que pensem e reflitam sobre o mundo, o contexto social e assumam o papel de protagonistas em processos de transformação social.

Ao fortalecer a dimensão humana e ética na formação de seus profissionais, a UFRB entende que a produção do conhecimento deve se efetivar não somente por um modelo de ciência cartesiano, fragmentado, determinado pela racionalidade instrumental, conduzido pelo critério de verdade, centrado apenas na verificabilidade, para alcançar uma experiência educativa além do tecnicismo.

Entende-se que o ser humano e a ciência se fazem mediante relações conduzidas pela intencionalidade, com propósitos integradores e orientados pela ação crítica.

O currículo é aqui considerado como uma intencionalidade, que, integra dimensões epistemológicas, políticas, econômicas, técnicas, ideológicas, estéticas e históricas. A estas se acrescentam as dimensões sócio-ambiental, ética e pedagógica.

Enquanto projeto, um currículo representa o caminho que conduzirá a uma terminalidade e expressa os percursos a serem trilhados nas ações interativas desenvolvidas, formuladas e reformuladas por docentes e discentes, no curso das atividades profissionais e profissionalizantes. Em outras palavras, o currículo como intencionalidade é transformado em ação que perpassa o cotidiano do processo ensino-aprendizagem na instituição escolar e nos espaços de aprendizagem extra-escolares. Por outro lado, os diferentes *locus*, enquanto espaço de concretização das ações educativas que visam operacionalizar o currículo, conformam-se como situações de aprendizagem

docente, discente, de transformação pessoal, social, teórica, metodológica e ética. Em síntese, o currículo é aqui entendido como uma construção social.

As concepções do processo ensino-aprendizagem balizam-se nos princípios da aprendizagem centrada no aprendiz, ou, seja, na perspectiva da aprendizagem significativa e no ponto de vista sócio-histórico-cultural, que defende o entrelaçamento entre aprendizagem e desenvolvimento humano.

Concebe-se o processo ensino-aprendizagem como culturalmente situado e emergente nas situações sociais relacionais, escolares e extra-escolares, que implicam no desenvolvimento humano. Tal processo configura a unicidade constituída por experiências sociais compartilhadas, significações sociais que possibilitam as interações entre atores/autores envolvidos em ocasiões que geram a incorporação, a autoconstrução e auto-organização de conhecimentos, decorrentes do identificar, analisar, interpretar, incorporar, reconstruir e construir uma novidade que implique em ruptura com o já produzido sobre uma dada temática, assim como a reconstrução de sentidos, ou seja, a ressignificação pessoal sobre o que se conhece como se conhece e o que se pode conhecer.

Desta forma, o processo ensino-aprendizagem é eminentemente pessoal, porém cultural e historicamente situado, dependente de contextos e da aquisição de saberes provenientes de situações sociais diversas perpassadas por relações com outro(s), mas, ao mesmo tempo, mobiliza, no plano da singularidade humana, processos psicológicos expressos, por exemplo, no inquietar-se; no indagar; no elaborar problemas; no explorar; no interrelacionar; no formular conceitos; na flexibilidade para incorporar novas experiências e saberes; na disposição para decodificar mensagens explícitas e implícitas; no auto-reflexão; no emprego da linguagem como mediadora da comunicação com outros; no solucionar problemas; no enfrentar novas situações, compreendê-las, estruturar e realizar ações sociais orientadas por aportes teóricos, metodológicos e éticos.

Assim, a concretização do processo ensino-aprendizagem fundamenta-se em quatro pilares da educação:

- a) *aprender a conhecer* a partir de oportunidades de ensino que se apresentam durante a trajetória de formação profissional;
- b) *aprender a fazer* a partir do encontro e enfrentamento com a diversidade de situações emergentes nas situações de aprendizagem e da realização de atividades em equipes;
- c) *aprender a conviver*, desenvolvendo-se na direção do respeito à diversidade cultural, étnica, econômico-social, da negociação e gerenciamento de conflitos; e
- d) *aprender a ser*, compreendendo a si mesmo e a outros como sujeitos complexos e portadores de riquezas, para além da dimensão econômica. Acrescenta-se, na dimensão do

aprender a ser, o processo permanente de autoconstituição como sujeito político e ético nas relações sociais e enfrentamentos que o cotidiano requer.

Em suma, a educação, como prática social e política, e o desenvolvimento humano, enquanto processo de autotransformação que opera durante o ciclo de vida humano, interpenetram o processo ensino-aprendizagem, mola mestra do processo formativo acadêmico que incorpora o desenvolvimento permanente de competências, o desenvolvimento permanente da habilidade para incorporar e construir saberes provenientes de diferentes espaços sociais e temporalidades e o desenvolvimento permanente da constituição de si mesmo como sujeito político e ético. Assim, espera-se que os sujeitos do processo educativo se assumam como seres sociais e históricos, primando pela busca prioritária de práticas emancipatórias.

A operacionalização dos currículos dos cursos de graduação da UFRB, efetivada pelas ações de ensino, orientam-se pelos seguintes princípios:

- a) *Construção da identidade institucional* através de ações ético-pedagógicas que contribuem para a consolidação dos compromissos da UFRB com o meio ambiente, com a cultura do Recôncavo e com a formação profissional humanística dos seus discentes fundamentada nas necessidades sociais da região, do estado e do país.
- b) *Construção da identidade profissional*, ou seja, a consciência de quem se é no plano profissional, do que se deve fazer e do que se pode ousar fazer de forma compartilhada com outros, profissionais e não profissionais, em prol da coletividade.
- c) *Re(construção) do quadro referencial ético*, emergente na formação processual dos discentes que integre, no plano ético, os valores individuais, relacionais e coletivos, tendo em vista o bem comum.
- d) *Flexibilidade curricular* por meio de ações pedagógicas que fundamentam uma estrutura curricular, que permita ao estudante construir o seu próprio percurso. A flexibilidade será assegurada pela superação da exigência de pré-requisitos e pela oferta de componentes curriculares optativos diversos, de livre escolha dos discentes.
- e) *Interdisciplinaridade* para que os componentes curriculares que integram um curso superem o enfoque unidisciplinar e permita concretizar, pela via das diferentes óticas teórico-metodológicas, experienciais e crítico-constructivo sobre um mesmo objeto de estudo e de prática profissionalizante.
- f) *Prática pedagógica que transcenda a sala de aula*. Teoria, metodologia, prática e experiências sociais devem se integrar na situação de ensino, tendo em vista a superação de dicotomias e a exposição submissa dos discentes ao reprodutivismo de conteúdos didáticos.

- g) *Atualização*. A oferta de componentes curriculares deve respeitar as ementas, porém garantir ajustes programáticos periódicos que contemplem avanços paradigmáticos, teóricos, metodológicos, tecnológicos, inovações artísticas, mudanças culturais e sociais.
- h) *Valorização das experiências*. As ações pedagógicas em devem contemplar a diversidade de experiências sociais e vivências de discentes, porquanto são eles, de fato, o pólo central do projeto curricular.
- i) *Espírito crítico-constructivo*. As ações pedagógicas devem contemplar a reflexão, pela via da análise, interpretação e descoberta de novas formas de se tratar com questões teóricas e práticas e, conseqüentemente, com a reconstrução de saberes e práticas pertinentes a uma dada realidade social, por meio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.
- j) *Autonomia para aprender*. A autonomia, ou seja, a competência do aprendiz para ter iniciativa e fazer, respeitando o direito e as necessidades de outros, é básica para a consolidação do aprender a aprender, essencial aos profissionais que atuarão numa realidade em permanente transformação e enfrentarão novas situações e problemas que emergirão nas suas situações de trabalho.

O planejamento de ensino explicita o modo de organização das atividades de ensino norteadas por objetivos e a ação de planejar reflete a escolha do planejador, o docente, entre diversos caminhos que conduzirão à consecução dos objetivos de um componente curricular, a sua integração com o currículo do curso e com a missão e princípios da UFRB.

Ao planejar o ensino, o docente assume responsabilidades e compromissos para com a educação brasileira, para com a formação do nosso estudante e para com a missão e princípios da UFRB, tendo em vista a contribuição de uma disciplina na formação de pessoas como cidadãos/profissionais humanizados, éticos, críticos e socialmente comprometidos com o desenvolvimento da região, do estado e do país. Egressos que reflitam sobre o mundo, os diferentes contextos sociais, as diversas problemáticas brasileiras, os desenvolvimentos teóricos, metodológicos e tecnológicos e assumam o papel de protagonistas em processos de mudança social. Ressalta-se, no entanto, que o planejamento de ensino norteia-se pela concepção de reformulações quando estas se mostrarem necessárias ao longo das atividades semestrais, a partir de demandas identificadas nas diversas situações de ensino-aprendizagem.

A avaliação de ensino é compreendida com parte integrante do processo de ensino-aprendizagem e focaliza-se no estudante como sujeito ativo no seu processo pessoal de desenvolvimento acadêmico/cidadão. Nesta perspectiva, optou-se pela avaliação formativa, processual, que engloba acertos e erros, uma vez que os equívocos permitem diagnosticar lacunas a

serem superadas no repertório do estudante, identificar mudanças de percursos eventualmente necessárias em função das competências e habilidades a serem desenvolvidas individualmente pelos discentes, garantir a reconstrução do conhecimento e aferir resultados periódicos alcançados durante o processo de ensino-aprendizagem em cada componente curricular.

Este modelo de avaliação, empregado nos cursos de graduação da UFRB, inclui uma diversidade de situações e instrumentais de avaliação, realizadas periodicamente, destacando-se a pesquisa teórica e de campo; a elaboração de ensaios; a construção e/ou desenvolvimento de projetos; a resolução de problemas teóricos práticos ou em situação de laboratório; o estudo de caso, o trabalho de grupo; a visita técnica; a identificação, análise e interpretação de experiências e representações advindas do cotidiano e relacionadas com temáticas estudadas pela ciência; a participação em seminários e eventos extracurriculares e provas de natureza não reprodutivista.

Assim, o planejamento didático, as práticas pedagógicas e as avaliações processuais, tal como anteriormente descritas, configuram-se como situações previamente elaboradas e concretizadas na atividade acadêmica cotidiana, possibilitando a construção de inovações na prática social pedagógica. Estas viabilizam o processo de construção do saber a partir da reflexão sobre os fundamentos do conhecimento, mediado pela permanente interação com a realidade, reconstrução dos mesmos e elaboração de novos, propiciando aos estudantes a apropriação, a produção e a socialização dos saberes, bem como a formação de profissionais imbuídos do exercício da cidadania e pela luta ético-política pelo bem comum. Ademais, situa o docente também como sujeito de aprendizagem, porquanto a convivência com outros em sala de aula e as novas situações emergentes o transforma em aprendiz.

São objetivos da UFRB:

- ✓ Proporcionar uma formação humanista e continuada em diferentes áreas de conhecimento, capacitando os graduandos para um exercício profissional consoante com as necessidades da região, do estado e do país.
- ✓ Formar profissionais qualificados em diversas áreas de conhecimento para, por meio de suas ações de trabalho, contribuir em processos de transformação social, considerando-se a defesa da democracia participativa, os direitos sociais do ser humano especificados na constituição brasileira, a conquista do exercício da cidadania para todos e o respeito aos deveres sociais, em prol do desenvolvimento da sociedade brasileira e dos diversos grupos sociais.
- ✓ Formar profissionais auto-determinados para atuarem de forma crítica, criativa e referenciados por perspectivas éticas voltadas para o bem estar de todos os segmentos da sociedade.

- ✓ Formar profissionais capacitados para atuarem na identificação de demandas e resolução de problemas, considerando, na constituição dos mesmos, as dimensões, política, econômica, social, cultural, ambiental, científica e tecnológica.
- ✓ Formar profissionais capacitados a realizarem estudos sistemáticos sobre temáticas que perpassam as suas áreas de conhecimento, tendo em vista a promoção do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável.
- ✓ Formar profissionais capacitados a atuarem em projetos intersetoriais e interdisciplinares.
- ✓ Formar profissionais para atuarem em equipes multiprofissionais, contribuindo no reconhecimento, produção e disseminação de conhecimentos no campo da cultura, das ciências e das tecnologias.
- ✓ Formar profissionais aptos para construir e manterem intercâmbios de conhecimento e saberes práticos com diferentes segmentos da sociedade local, regional e nacional.

Enfim, formar profissionais que exerçam suas atividades de trabalho em consonância com o desenvolvimento humano sustentável da região, incluindo as dimensões ciências, tecnologia, letras, artes e cultura popular; saibam desenvolver, com autonomia, múltiplas atividades dentro do leque de saberes do campo de conhecimento para construir a sua formação profissional; realizem suas atribuições relativas ao labor, orientados por uma visão crítico-reflexiva, com postura ética teórica, normativa e relacional, competência política, capacidade de auto-aprendizagem e busca de caminhos acadêmicos para a continuidade de sua formação, em termos de atualizações, quer em termos de inserções em programas de mestrado, doutorado e pós doutorado. Tal perfil sintetiza aqueles pertinentes aos projetos político pedagógicos dos cursos de graduação.

2.3. Organização didático-pedagógica da Instituição

2.3.1. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

Para atender aos princípios pedagógicos que norteiam as ações da UFRB pretende-se executar um planejamento acadêmico que contemple:

- a criação de novos cursos que auxiliem a Instituição no cumprimento da sua missão e do seu compromisso social com o Recôncavo, permitindo a construção por parte do aluno de itinerários formativos adequados às suas necessidades;

- a expansão das matrículas em proporção condizente com a capacidade técnico-científica instalada;
- a utilização da educação a distância como alternativa metodológica para formação pedagógica de docentes e para uso em turmas com um número mais expressivo de discentes;
- O aprimoramento dos processos seletivos da UFRB, reduzindo sobremaneira a influência da variável socioeconômica.

Em suma, há muito que se avançar no tema da interdisciplinaridade. O desafio que se impõe é adequar a estrutura acadêmica e curricular aos ditames e exigências do século XXI. A UFRB vai lidar com a questão trabalhando as seguintes alternativas:

- a. fomentar nos cursos nos “moldes tradicionais”, quando não houver possibilidade de profundas mudanças, projetos pedagógicos fundados em diretrizes curriculares que exigem mais flexibilidade e interação entre as áreas do saber;
- b. criação de cursos de bacharelados interdisciplinares;
- c. reformulação dos currículos com bases interdisciplinares;
- d. criação de cursos tecnológicos;
- e. constituição de núcleos de ensino, pesquisa e extensão interdisciplinares;
- f. valorização do conhecimento vulgar para a interlocução com a comunidade;
- g. popularização da ciência para que possa estar presente no cotidiano das comunidades;
- h. utilização das metodologias da educação a distância para os cursos presenciais prevista em lei;
- i. criação da figura do orientador acadêmico para cada estudante de graduação.

2.3.1.1. Práticas pedagógicas inovadoras

Nos currículos dos cursos de graduação da UFRB observa-se que a inflexibilidade curricular e a unidisciplinaridade são a tônica. Cadeias de pré-requisitos são constitutivas das estruturas curriculares, como se houvesse apenas um caminho para o estudante realizar o seu percurso acadêmico e os docentes concebidos como aqueles que conhecem e delimitam o percurso estudantil. Tolhe-se a possibilidade do estudante ser autônomo na construção da sua trajetória no ensino de graduação e no desenvolvimento de competências e habilidades diversificadas que atendam à missão da Instituição, aos objetivos dos cursos de graduação e à consolidação de uma formação que responda ao perfil do egresso almejado.

Ainda se nota o reduzido número de componentes curriculares optativos e há casos em que a oferta dos mesmos é dirigida apenas a estudantes vinculados a um único curso, em um determinado período letivo. Por outro lado, há muitos componentes curriculares que se constituem em aulas teóricas, cujas metodologias de ensino empregadas são reprodutivistas. Tal prioridade teórica retira a possibilidade do estudante construir a concepção de unidade teoria-prática e favorece a concepção da prática apenas como algo instrumental, como mera forma de aplicação de conhecimentos, sedimentando o ensino reprodutivista em detrimento do crítico-constructivo, da exploração da novidade que surge ao longo de um semestre em componentes curriculares diversos e dificultam a construção da competência para investigar, considerando-se contextos, situações e oportunidades para a reconstrução do conhecimento.

Há limites identificáveis em estratégias de avaliação, descortinados em avaliações pontuais, representadas pelas tradicionais provas. Esta forma de avaliar o estudante ignora o caráter processual da aprendizagem e impede reconstruções a partir das reflexões sobre erros, eliminando o papel destes no processo de aquisição do conhecimento.

A unidisciplinaridade perpassa tanto um dado componente curricular, como estruturas curriculares. Há casos de professores diferentes ministrarem a mesma disciplina e sequer efetuarem trocas relativas a conteúdos ou à divisão de carga horária em uma mesma disciplina, visando à interdisciplinaridade, ou seja, a partir de objetivos comuns, estabelecerem um plano de ensino intradisciplinar ou interdisciplinar, visando à focalização de aspectos diversos constitutivos de um tema.

Contudo, a participação de discentes em estágios supervisionados extracurriculares, em atividades complementares, em projetos de pesquisa e de extensão tem minimizado a consequência dos limites anteriormente apontados e criado oportunidades para o aprender a aprender, ainda que considerando o número reduzido dos que tem acesso a tais práticas.

Outro aspecto a ser enfatizado é a escassez de materiais didáticos e de espaços físicos compatíveis com o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Tais questões geram o empobrecimento das situações de ensino e a consolidação de arranjos para que os componentes curriculares sejam ministrados, em detrimento da qualidade do ensino.

Diante do exposto, e para atender aos princípios orientadores do processo ensino-aprendizagem, estratégias para superação dos limites no ensino de graduação serão desenvolvidas:

- a) Criação do Núcleo de Estudos Interdisciplinares para o ensino superior.
- b) Elaboração e implantação de projetos políticos pedagógicos inovadores nos novos cursos de graduação a serem implantados na UFRB, conforme especificados no REUNI.

- c) Análise crítica dos currículos dos cursos de graduação já existentes e formulação de proposta de modificação curricular que contemplem a flexibilidade, a interdisciplinaridade, novas práticas acadêmicas e metodologias de ensino, a ser implantada tão logo as legislações em vigor permitam.
- d) Organização curriculares mais flexíveis, visando ao maior leque de escolhas para os estudantes.
- e) Integração entre os diversos campos do saber vinculados a uma temática através da elaboração de componentes curriculares que articulem, de forma interdisciplinar, conhecimentos relativos a uma temática oriundos de diferentes disciplinas científicas.
- f) Modificações curriculares de modo a garantir atualizações periódicas que contemplem os avanços científicos, tecnológicos, as inovações artísticas e quaisquer novidades no campo do conhecimento.
- g) Desenvolvimento de estratégias de ensino que permitam ao estudante exercer a autonomia para aprender. Esta qualidade é essencial aos futuros profissionais que atuarão numa realidade em permanente transformação e terão de enfrentar novas situações e problemas, sempre emergentes nas suas experiências de trabalho.
- h) Possibilidade de integralização curricular do estudante que inclua a mobilidade estudantil, por meio de Programas e Convênios entre a UFRB e outras Instituições de Ensino Superior.
- i) Criação da figura do orientador acadêmico por Curso de Graduação, com o objetivo de acompanhar a vida acadêmica dos estudantes de graduação e orientá-lo quando necessário.
- j) Constituição de núcleos de ensino, pesquisa e extensão interdisciplinares e conseqüente re-significação da unidade teoria-prática, por meio da pesquisa e da extensão.
- k) Valorização do conhecimento cotidiano como fonte de preservação da cultura local e emprego como ferramenta de ensino, como fonte de informações para a pesquisa e para a extensão e enquanto elo significativo para a interlocução com as comunidades do Recôncavo Sul da Bahia.
- l) Desenvolvimento de atividades de ensino em instituições e comunidades locais objetivando-se o estreitamento de vínculos e de trocas entre o saber científico e o saber advindo da experiência social construída no dia-a-dia.

Concernente à melhoria do desempenho dos discentes serão formadas equipes de apoio didático-pedagógico constituídas por 10 membros para atuar nos Centros, com os componentes curriculares objetos de maior reprovação.

No tocante à formação continuada os docentes terão oportunidades de:

- a. Participação didático-pedagógica a todos os membros das equipes de apoio didático pedagógico.
- b. Disponibilização de 8 horas semanais de bolsistas e docentes da área psicológica e pedagógica que comporem equipes para a realização do trabalho com estudantes e professores.
- c. Produção de material áudio-visual para 50% dos componentes curriculares com mais de 150 alunos matriculados e índice de reprovação maior que 20%.
- d. Disponibilização de bolsas para mestrandos e doutorandos e para docentes produtores de material didático alternativo e para docentes das áreas de psicologia, pedagogia ou com especialização em metodologia do ensino superior.
- e. Oferta de atividades de formação continuada na área pedagógica aos professores, em consonância com o programa de formação dos docentes da UFRB.
- f. Apoio a projetos de ensino inovadores.

Relativamente a mudanças estruturais administrativo-pedagógicas que permitam mais agilidade e competência na realização das atividades de gestão acadêmica, buscar-se-á:

- a. Capacitar servidores docentes e técnico-administrativos para a Gestão Educacional.
- b. Incorporar novas tecnologias da informação e da comunicação nos processos de gestão.
- c. Estimular a participação e o comprometimento da comunidade acadêmica em comissões referentes a processos de planejamento, organização e gestão institucional.
- d. Estimular, através da proposição de atividades, a participação dos colegiados nas decisões pedagógicas e administrativas, respeitando-se a legislação em vigor.
- e. Aperfeiçoar as estratégias e normas existentes para seleção de servidores docentes e técnico-administrativos.
- f. Estruturar e aprimorar o processo de comunicação social na UFRB.
- g. Normatizar os fluxos administrativos pela via da sistematização e informatização, com o intuito de agilizar procedimentos e a racionalizar recursos.
- h. Incentivar a participação da comunidade acadêmica em órgãos deliberativos e comissões de avaliação de ensino e de currículos.
- i. Implantar a avaliação institucional de atividades acadêmicas e administrativas.
- j. Aprimorar o sistema de geração, captação e sistematização dos dados acadêmicos e administrativos, objetivando um planejamento organizacional com mais qualidade e a avaliação continuada dos produtos e processos.

O cumprimento de tais metas vai exigir da UFRB o desafio de reconstruir, redefinir conceitos, linhas de ação e criar novas práticas, por meio da superação do entendimento do processo

de ensino-aprendizagem como mera transmissão do conhecimento, para que se adquira competência científica, em termos de domínio e atualização de saberes e de recursos; se dinamize o processo de reflexão sobre a intervenção na realidade; se compreenda o trabalho do docente como mediação no processo de formação emancipatória do estudante; se estimule nos atores/autores que conformam a UFRB uma atitude crítica, confrontadora, compatível com a intencionalidade de construção de sujeitos críticos, construtores e transformadores de histórias sociais e pessoais.

O desafio para as mudanças desejáveis requer o rompimento de um quadro de resistência velada à integração entre ensino, pesquisa e extensão e da resistência à inclusão das humanidades, letras e artes nos currículos.

Resumindo as argumentações e ponderações até aqui apresentadas, é necessário que os Centros se disponham a: apropriarem-se de novas tecnologias, desde que estejam ao alcance; considerem a educação à distância como uma possibilidade de expansão do ensino superior; elevarem o percentual de concluintes dos cursos de graduação a patamares mais condizentes com o volume de recursos públicos disponibilizados; incluir em suas agendas de trabalho a formação didático-pedagógica dos seus docentes; avaliar a pertinência de oferta de cursos noturnos sem comprometimento da sua qualidade e busquem estratégias de apoio aos seus docentes face às suas fragilidades em trabalhar com os desafios da contemporaneidade, com as novas tecnologias, com a avalanche de informações e suas conseqüências na aprendizagem dos estudantes e com as múltiplas e complexas relações interpessoais.

Outra questão que merece ampla reflexão é a condição da UFRB como universidade multicampi, bem como o desenvolvimento de formas de interação e integração entre os Centros de Ensino, para não se incorrer no risco de concretizar o que Anísio Teixeira denominou de *federação de unidades*. Nesse sentido é preciso ser contra esse modelo duplamente federativo - a universidade como uma federação de unidades autônomas e cada unidade como uma federação de cátedras autônomas, assim como dos pesquisadores de pesquisa básica; é preciso ser contra uma universidade estanquizada em unidades, personalizada em cátedras, fossilizada em termos de ensino e quase inexistente em termos de pesquisa.

Em pesquisa realizada em 2007 entre os estudantes da UFRB constatou-se que 50% dos discentes apresentam restrições aos comportamentos didático-pedagógicos dos seus professores. Este dado indica a necessidade de estudos mais freqüentes, além da urgência no tratamento da questão.

Há uma predominância no uso de aulas expositivas nos componentes curriculares teóricos, com utilização quase que exclusiva do quadro branco. As taxas de reprovação mais elevadas

encontram-se exatamente nas disciplinas teóricas. As aulas práticas padecem da falta de material para a sua realização, caracterizando-se quase sempre como apenas demonstração.

A PROGRAD para identificar a formação pedagógica dos docentes realizou um levantamento no qual constatou que apenas 10% dos docentes ouvidos afirmaram sua participação em cursos de formação continuada na área pedagógica.

A atualização, quando se fizer necessária, ocorrerá com a participação dos docentes do Centro de Formação de Professores (CFP) na condição de assessores, por meio de:

- realização semestral de workshops sobre técnicas de ensino;
- realização de seminários com temas específicos;
- encontros semestrais de relatos de experiências pedagógicas significativas, resultante, principalmente, do Projeto de Inovação em Ensino;
- publicação de editais para aprovação e financiamento de projetos de inovação em ensino.

A proposta de formação continuada dos docentes da UFRB está fundamentada no pressuposto de que o professor é protagonista do ato pedagógico e formativo que coloca nas questões sociais e políticas a ênfase de seu trabalho, tornando públicos novos referenciais na perspectiva da ética e da emancipação humana.

Por outro lado, o docente precisa ter capacidade de aliar o conhecimento científico com os saberes cotidianos em um processo contínuo de aproximação e reaproximação. Em assim sendo, um projeto de formação continuada de docentes deve levar em conta que:

- a) o docente deve ser formado para compreender a educação como prática social;
- b) o conhecimento como produção histórica e cultural, datado e situado, em uma relação dialética e tensionada entre prática-teoria-prática, conteúdo-forma, sujeitos-saberes-experiências e perspectivas interdisciplinares traduzido no Projeto Político Pedagógico dos Cursos;
- c) os professores ingressam no ensino superior passando a exercer a docência respaldada apenas em pendores naturais, em saberes oriundos do senso comum da prática educativa e na experiência passada como alunos do ensino superior. Assumem, desde o início da carreira, inteira responsabilidade de cátedra, sem contar com o apoio de professores mais experientes e espaços institucionais voltados para a construção conjunta dos conhecimentos relativos a ser professor;
- d) há necessidade premente de renovação dos fundamentos epistemológicos do ofício de professor, buscando conferir-lhe o estatuto de profissão;

- e) a superação da crise geral do profissionalismo, caracterizada como crise de perícia profissional (conhecimentos, estratégias e técnicas profissionais);
- f) a grande insatisfação quanto à formação oferecida nas faculdades e institutos profissionais, dominados por culturas disciplinares e por imperativos da produção de conhecimentos e não assentados na realidade do mundo do trabalho profissional;
- g) a falta de reconhecimento social do professor na sociedade contemporânea, fonte de mal-estar entre os docentes.

Aceitando que os elementos acima explicitados integram o contexto de atuação/formação docente, pretende-se centrar o processo de formação a partir da seguinte constatação: os professores só alteram suas práticas quando são capazes de refletir sobre si e sobre sua formação havendo necessidade de um processo arqueológico para que a capacitação comece a ser aceita e tenha conseqüências.

É preciso um modelo epistemológico baseado em uma ideologia que englobe os conhecimentos, as competências, as habilidades (ou aptidões) e as atitudes, isto é, aquilo que muitas vezes é chamado de saber, saber-fazer e saber-ser. A prática deve revelar tais saberes, compreender como são integrados concretamente nas tarefas dos profissionais e como estes os incorporam, produzem, utilizam, aplicam e transformam em razão dos limites e dos recursos inerentes às suas atividades de trabalho. Compreende também a natureza desses saberes, assim como o papel que desempenham tanto no processo de trabalho docente quanto em relação à identidade profissional dos professores.

Em assim sendo, o *Programa de Formação Pedagógica dos Docentes da UFRB* contemplará atividades que permitam ao docente:

1. reconhecer-se e formar-se como professor. Auto-reconhecimento da condição de professor;
2. identificar seu papel na efetivação do Projeto Pedagógico do Curso onde atua. O saber do professor em seu trabalho;
3. construir uma arqueologia das habilidades e competências necessárias ao exercício das atividades docentes: O saber dos professores em sua formação. Auto-reconhecimento dos saberes docentes necessários à sua atuação;
4. reunir alternativas metodológicas e tecnológicas para o exercício docente. Concepção de docência, trabalho docente, pedagogia e ensino.

Em razão dos objetivos acima explicitados o *Programa* estará centrado em quatro eixos:

- i. O professor enquanto “ator” do seu processo auto-formativo.
- ii. O saber do professor em seu trabalho.
- iii. O saber dos professores em sua formação.

iv. A concepção de docência, o trabalho docente, a pedagogia e o ensino.

O *Programa* terá como base epistemológica o princípio de que a prática profissional constitui um lugar original de formação e de produção de saberes, para romper com a lógica de separação dos lugares da produção (o mundo da pesquisa), da mobilização (o mundo do trabalho) e o de comunicação (o mundo da escola) dos saberes e das competências. A intenção é garantir ao ensino uma dupla função: gestão das interações nas salas de aula e a aquisição/construção dos conhecimentos.

Por outro lado, pretende-se enfatizar com o *Programa* a especificidade do fazer docente em relação a outras profissões: os saberes que se encontram na base da profissão docente têm um duplo status: são ao mesmo tempo fonte da competência profissional e matéria da formação e transmissão.

2.3.1.2. Oportunidades diferenciadas de integralização curricular

Uma das alternativas a ser usada pela UFRB será a mobilidade intra e interinstitucional com a seguinte configuração:

- Intensificação do uso da mobilidade ANDIFES.
- Celebração de convênios com instituições nacionais e internacionais, inclusive aquelas de língua portuguesa.
- Oferta de oportunidades de estudos de línguas estrangeiras para que os alunos reúnam condições de participar da mobilidade.
- Oferta de bolsas para garantir a permanência dos estudantes em outra IES
- Internacionalização da UFRB.

A UFRB possui uma *Assessoria para Assuntos Internacionais (AAI)* que é de extrema importância para o estabelecimento de uma política de internacionalização da Universidade, com ações institucionalizadas e planejadas que envolvam a graduação e a pós-graduação, ao invés de ter apenas pequenas ações descentralizadas de docentes com contatos internacionais.

A AAI tem a finalidade de ampliar e consolidar a internacionalização e os laços de cooperação interinstitucionais da UFRB. Foi estabelecida no ano de 2008, a partir da necessidade crescente de unificar ações existentes de cooperações internacionais vigentes na Universidade, bem como estabelecer novos convênios, de acordo com as necessidades de cada Centro. À AAI compete:

- a. promover o intercâmbio da Universidade com as instituições e agências de cooperação técnica e científica do Exterior;
- b. divulgar as atividades da Universidade, em outros países, no interesse do ensino e da pesquisa;

- c. promover intercâmbio de correspondência com professores visitantes e articular-se com os centros e departamentos da Universidade para análise de seus currículos;
- d. elaborar e supervisionar a execução de programas internacionais entre a UFRB e outras entidades;
- e. realizar contatos com Embaixadas e Consulados, com o Corpo Diplomático acreditado no Brasil e outras instituições estrangeiras sediadas no território nacional;
- f. preparar a correspondência do Reitor, quando em língua estrangeira.

Com a ação da AAI, o processo de internacionalização da UFRB progride como base na democratização do acesso ao ensino superior e na execução de programas e projetos internacionais, garantindo a igualdade de oportunidades e o direito à educação de qualidade, por meio de sua integração com os programas de assistência estudantil e ações afirmativas, buscando diminuir as desigualdades regionais observadas no ensino superior no Brasil.

A imediata internacionalização da UFRB se constitui numa prioridade do planejamento estratégico da UFRB, em consonância com o desejo de diversos docentes, por ser uma ação importante e necessária para que esta instituição possa atingir as suas metas de melhoria da qualidade do ensino de graduação e pós-graduação, por meio do intercâmbio de discentes e docentes, de desenvolvimento científico e tecnológico por meio de cooperação em projetos de pesquisa e no ensino, de formação continuada dos docentes (doutorado-sanduíche e estágio pós-doutoral) e de inserção e o reconhecimento internacional das suas ações.

Por outro lado, a internacionalização auxilia a UFRB a atingir os níveis de excelência exigidos nas atividades acadêmicas, científicas e tecnológicas de seus cursos de graduação e pós-graduação, que contribuirão para o desenvolvimento social e econômico regional e nacional.

C e o recebimento de estudantes de Portugal e do Programa PEC-PG do MEC, mas com poucos estudantes.

Cabe destacar que a AAI está em fase de estruturação, entretanto, já possui um espaço na sala das Assessorias e possui dois projetos aprovados e financiados, para a sua estruturação e implantação. Um dos projetos inclui viagens ao exterior (França, Estados Unidos e Itália) para visita a universidades, visando à cooperação internacional. Possui convênio com duas universidades em Portugal, uma universidade no México e tem convênios em fase de análise para cooperação com universidades na Espanha, França e outros. Cabe destacar, a cooperação internacional já estabelecida com instituições diversos países africanos como: Cabo Verde, Angola, Moçambique e Guiné Bissau, no oferecimento de cursos de graduação e pós-graduação e parcerias em projetos de pesquisas, como alternativa para garantir a mobilidade de docentes e discentes.

2.3.1.3. Atividades práticas e estágio

O estágio supervisionado extracurricular realizado em empresas e outras instituições públicas ou privadas, devidamente conveniadas com a UFRB, se apresenta como estratégia para o exercício da conexão teoria-prática, proporcionando ao discente a complementação do ensino-aprendizagem, em termos de prática em sua área de formação.

O estágio e as atividades complementares representam a oportunidade para o discente articular a teoria à prática, através de atividades pedagógicas desenvolvidas em espaços fora do contexto exclusivamente acadêmico, qualificando-se para ações centradas na unidade ação/reflexão teórico-metodológica/ação.

Visando à formação profissional dos estudantes, bem como as suas interações com o mundo do trabalho e participação em parcerias com comunidades, instituições e empresas, a UFRB estabelece parcerias com outras instituições, tendo em vista garantir aos discentes a vivência da prática social de atividades profissionalizantes, por meio de estágios curriculares e extracurriculares, cujas normatizações estão assentadas em documentos regulamentadores (Veja o Anexo).

2.3.1.4. Desenvolvimento de materiais pedagógicos

A UFRB deverá publicar editais para financiar o desenvolvimento de projetos que concebam e utilizem materiais pedagógicos diferenciados nos cursos de graduação presenciais e a distância.

Aqui, material pedagógico é todo aquele material que seja utilizado em situações de ensino/aprendizagem como um recurso que faz parte das condições necessárias ao êxito do processo. Assim deverão ser objeto de financiamento por parte da UFRB:

- I. textos de apoio,
- II. vídeos;
- III. *softwares* educativos,
- IV. objetos de aprendizagem em *flash*;
- V. links;
- VI. cadernos pedagógicos,
- VII. cadernos didáticos.

2.3.1.5. Incorporação de avanços tecnológicos

A UFRB deverá paulatinamente utilizar as metodologias da educação a distância para os cursos presenciais nos percentuais permitidos por lei, além de estimular as ações voltadas para o

desenvolvimento e solidificação da educação a distância e do uso das tecnologias da informação e de comunicação nos processos educativos, consolidando o Núcleo de Educação a Distância/PRGRAD.

Além disto, os laboratórios da UFRB deverão paulatinamente incorporar equipamentos capazes de acompanhar os avanços tecnológicos essenciais à formação dos profissionais que serão graduados e pós-graduados na Instituição.

2.4. Políticas de Ensino

Ensino de Graduação

É lugar comum a afirmação de que há uma demanda crescente e saudável por escolarização, muitas vezes trilhada por estudantes a partir do sacrifício de seus pais, devido às contradições entre suas condições sociais e as exigências do mundo contemporâneo. Deste, emergem desafios à educação dos cidadãos e à escola, como também novas demandas para a ciência e tecnologia.

Neste contexto, a universidade brasileira tem como uma de suas responsabilidades a participação ativa nesse processo, enquanto instituição capaz de colaborar na resolução de contradições sociais e educacionais, configuradoras do paradoxo entre a esperança e a expectativa cautelosa de melhoria das condições de vida da população.

É neste contexto que se situam os cursos de graduação e de pós-graduação das instituições públicas de ensino de terceiro grau no Brasil, considerados como vias que possibilitam a mobilidade social ascendente pela via da inserção no mundo do trabalho qualificado.

A UFRB se propõe a ofertar um ensino de qualidade, em prol do desenvolvimento econômico e social. Para tanto, define como princípios para a sua política de ensino a interdisciplinaridade e a flexibilidade curricular.

Assim, os cursos de graduação objetivam formar profissionais capazes de produzirem uma articulação entre o desenvolvimento de conhecimentos gerais, básicos e específicos de uma determinada profissão, que permitam ao graduado a elaboração de uma concepção de mundo e de atividades de trabalho perpassados pela diversidade, devido à dinâmica dos contextos que se organizam e reorganizam, a todo o momento, e exigem novas ações profissionais que incorporem o genérico e o peculiar.

Compatível com o acima exposto, a estrutura da organização curricular se concretiza na oferta de três modalidades de componentes curriculares:

1. formação geral;

2. formação básica; e
3. formação específica.

Os componentes curriculares que fazem parte do grupo 1 visam capacitar o graduando a identificar e a analisar diferentes aspectos constitutivos da realidade, como também identificar, compreender e analisar diferentes saberes, processos de comunicação e especificidades culturais. Aqueles que constituem o núcleo 2 têm em vista habilitar o estudante a se apropriar dos conhecimentos nucleares da área de conhecimento na qual o seu curso está inserido e utilizá-los em novas construções de atividades profissionais. Os que fazem parte do núcleo 3 buscam habilitar o estudante a se apropriar do conhecimento teórico, prático e tecnológico relativo a um determinado campo de atuação profissional e empregá-lo de modo inovador.

As políticas de ensino de graduação guiam-se pelas seguintes diretrizes:

- a) ampliar as formas de acesso aos cursos;
- b) ampliar a oferta de vagas e cursos presenciais, principalmente no turno noturno;
- c) valorizar o ensino de graduação;
- d) interagir o ensino de graduação com a pós-graduação, pesquisa e extensão.

Ensino de Pós-Graduação

A realidade brasileira está a exigir dos responsáveis pelos diversos estágios da formação universitária, atitudes e procedimentos que atendam aos reclames e necessidades sociais. Com respeito à pós-graduação, é de toda conveniência repensar o sistema tradicional, que tem dado excelentes produtos, mas que também está a carecer de adequação às exigências da atualidade.

As mudanças tecnológicas e as correntes transformações econômico-sociais têm demandado profissionais com perfis de especialização distintos dos tradicionais. Observa-se o surgimento de programas de mestrado com características diferentes dos existentes no sistema de pós-graduação do país. São diferenças que se manifestam na orientação dos currículos, na composição do corpo docente e discente, nas formas de financiamento e nos arranjos institucionais.

A política de ensino de pós-graduação da UFRB apresenta as seguintes diretrizes:

- a) formar profissionais criadores, capazes de desenvolver novas técnicas e processos tendo em vista a expansão da indústria brasileira e as necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores;
- b) transformar a universidade em centro criador;
- c) formar professores qualificados para a expansão quantitativa do ensino superior;
- d) promover o ensino de pós-graduação para a produção da inovação tecnológica.

2.5. Políticas de Extensão

A extensão universitária na UFRB tem-se firmado na prática cotidiana como um elo de permanente interação com a sociedade, especialmente com as comunidades e segmentos populares do Recôncavo da Bahia. Essa postura requer o rompimento da compreensão tradicional da extensão como difusão de conhecimentos. Significa dizer que a produção do conhecimento pela prática da extensão, acontece a partir do encontro do saber acadêmico com os diversos outros conhecimentos possíveis.

Essa postura dialógica, e não impositiva, resultante da participação e do confronto com a realidade, implica a formação mais qualificada e engajada dos estudantes; a atualização e qualificação do professor, ampliando os conteúdos trabalhados em sala de aula; e, sobretudo, a transformação social, pois o conhecimento produzido imediatamente será apropriado por quem dele necessite.

Nessa perspectiva, para o estabelecimento da extensão na UFRB, várias ações articuladas e concomitantes são empreendidas. Normas e incentivos tem sido criados para desenvolver um ambiente de motivação, por exemplo, a obrigatoriedade da ação extensionista nos currículos dos cursos de graduação, a valorização das atividades de extensão na progressão dos professores e a criação do Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX.

Na relação com a sociedade e suas instituições tem-se procurado estabelecer as parcerias para a promoção do acesso de pessoas e segmentos populares às políticas públicas. Nesse particular, a política de extensão da UFRB tem contribuído para a geração de trabalho e renda; preservação ambiental e desenvolvimento sustentável; combate ao analfabetismo; promoção da segurança alimentar e nutricional; formação de gestores de cultura na Região do Recôncavo; formação de gestores de cooperativas populares; formação de professores; popularização da ciência e outras iniciativas de igual importância social e acadêmica.

Para os próximos cinco anos, deverá se intensificar o processo de institucionalização da extensão na Universidade, considerando as ações estruturantes já implementadas. Contudo, não se pode, em momento algum, deixar de estabelecer estratégias que visem ao alcance dos objetivos fundamentais:

- a) reafirmar a extensão como indispensável na formação e qualificação da comunidade acadêmica, construída no confronto com a realidade social;
- b) integrar as políticas de extensão às demais políticas de ensino superior; e
- c) inserir a extensão no mesmo nível e articulada ao Ensino e à Pesquisa.

Na UFRB pretende-se que a extensão seja capaz de:

- i. Articular-se com o desenvolvimento das atividades de ensino e de pesquisa;
- ii. Propiciar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, pressupondo interação entre os conhecimentos técnicos, ecológicos, sociais, econômicos, culturais e políticos;
- iii. Auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável, alicerçando-se nas prioridades do local, regional e do país, nesta ordem, e
- iv. Promover a articulação da UFRB com a comunidade e seus segmentos significativos, inclusive órgãos públicos.

2.6. Políticas de Pesquisa

A UFRB considera a pesquisa indispensável para a concretização de seu projeto acadêmico, que pressupõe a articulação sistemática do ensino, pesquisa e extensão na formação dos futuros profissionais, entendendo que a construção do saber científico é fundamental na formação de profissionais capazes de se posicionar e atender às demandas da sociedade.

Estimula a articulação entre os Grupos de Pesquisa com as várias áreas do conhecimento, assim como o fortalecimento das áreas específicas, potencializando a missão institucional e a inserção da Universidade no contexto nacional e internacional, desenvolvendo linhas de pesquisa dos Grupos certificados, de forma integrada aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e às atividades de extensão da Universidade.

Neste contexto, visa qualificar a produção científica da Universidade por meio da interação dos Grupos de Pesquisa com as agências de fomento, objetivando a captação de recursos, além de consolidar, acompanhar e avaliar a produção científica e tecnológica dos Grupos de Pesquisa certificados, à luz dos critérios da política nacional de pesquisa e de pós-graduação.

Considera, ainda, a Iniciação Científica e Tecnológica como uma prática acadêmica de inserção de alunos de graduação na pesquisa científica e tecnológica, financiando parte das bolsas concedidas, juntamente com as agências de fomento, no Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica da UFRB. Realiza e apóia eventos científicos e tecnológicos, dentro e fora da UFRB, como forma de estimular e consolidar a atmosfera científica na comunidade acadêmica

A UFRB compromete-se com a produção do conhecimento, tendo em vista a participação na melhoria da qualidade de vida da sociedade que a financia. Para tal, entende-se que o fortalecimento da pesquisa, ao lado da inovação tecnológica, agrega valor aos processos, produtos e serviços produzidos no Recôncavo, fomentando intensamente o processo de inclusão social.

Nesta direção, a pesquisa na UFRB orienta-se pelos seguintes objetivos: desenvolver um conjunto de instrumentos que estimule a utilização do conhecimento gerado pela pesquisa aqui desenvolvida, de modo a produzir um crescimento econômico-sustentável; estimular a pesquisa científico-tecnológica e, a partir do conhecimento gerado, agregar valor a produtos, processos e serviços; estimular a inovação tecnológica entre os pesquisadores e despertar a consciência com relação ao importante papel da inovação para o aumento da competitividade da nossa economia; estabelecer uma diretriz para a pesquisa científico-tecnológica voltada para o desenvolvimento regional; estimular o acesso a recursos oriundos dos Fundos Setoriais, de modo que os pesquisadores disponham de recursos para o desenvolvimento de seus projetos e mapear toda a potencialidade de desenvolvimento científico e tecnológico, e estimular a pesquisa em áreas estratégicas.

A pesquisa e o ensino superior apresentam aspectos semelhantes no sentido de favorecer o indivíduo na reconstrução do conhecimento. A pesquisa propicia a compreensão dos aspectos sociais, através da investigação destes, e o ensino superior, uma reflexão crítica, contextualizando o homem no mundo globalizado. Partindo dessa premissa, propõe-se que a prática da pesquisa esteja presente no meio acadêmico, pois subsidiará um ensino mais concreto e eficaz.

É fundamental que as universidades avancem no campo científico e pratiquem o ensino, a pesquisa e a extensão de forma indissociável, a fim de contextualizar a inovação do saber com o mundo global. Esta ação irá romper a importação de modelos educacionais, favorecendo a autenticidade do ensino brasileiro, tornando-o mais vinculado aos aspectos sociais, políticos e culturais

Vinculado ao desenvolvimento da pesquisa no país, está o caráter social da pesquisa, ou seja, a repercussão dela para o público, para o ambiente na qual ela foi desenvolvida, pois uma pesquisa se torna eficiente e de grande valia quando o público toma conhecimento de seus resultados.

Em tempos de globalização e de sobrevalorização do conhecimento como capital mobilizador de inovação e transformação, a ciência e a tecnologia se tornam elementos fundamentais nas estratégias e rumos do desenvolvimento. Por isso é crucial que as universidades utilizem a pesquisa, a fim de vincular o indivíduo ao mundo globalizado. Mas, nem todas as universidades dispõem dessa prática, talvez seja pelo fato de não terem recursos necessários para implementá-la ou não terem profissionais que usem executá-la.

O investimento em Ciência e Tecnologia valoriza a educação: é através do acesso ao saber e à ciência, através da formação, que todos podem participar no processo de desenvolvimento nacional. Mas muitos estudantes não sabem como funciona uma universidade, nem o significado de trabalhar com pesquisa. Neste sentido, a utilização de modernas técnicas de comunicação e a

imersão de estudantes em ambiente educacional não-formal incentivam a compreensão dos desafios e das oportunidades da carreira técnica e científica.

A promoção do ensino/aprendizagem da C&T em todos os níveis e a democratização do acesso à informação estimula a formação de profissionais qualificados. É o investimento na atualização desses recursos humanos que possibilitará a capacitação para que eles apresentem soluções inovadoras para acelerar as pesquisas científicas, o desenvolvimento e a produção nacional

Diretrizes complementares que devem orientar as políticas de pesquisa da UFRB nas diversas áreas do saber científico são:

- a) identificar eixos de pesquisa básica e avançada para o desenvolvimento de redes;
- b) pesquisar para o desenvolvimento sustentável regional;
- c) pesquisar dentro do contexto social; e
- d) fixar pesquisadores na Região do Recôncavo da Bahia.

2.7. Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis

A UFRB afirma seu posicionamento no que concerne à instituição de políticas e práticas educacionais, de ensino, pesquisa e extensão, comprometidas com os referenciais históricos, culturais e da tradição baiano-brasileira.

A UFRB nasce encharcada de sentidos da vida vivida, produzida localmente, preenchida de saberes e experiências que se caracterizam, fundamentalmente, pelo reconhecimento e valorização das formas de resistência, reação e afirmação da existência coletiva, como aspectos constitutivos do cenário contemporâneo. Isto evidencia um posicionamento político, ético, epistemológico e emancipatório, na medida em que educação, igualdade racial e inclusão social são assumidas como referenciais constitutivos do pensar e agir como pautas político-pedagógicas da Universidade, sobretudo, pela possibilidade de contribuir na superação das formas conservadoras e discriminatórias, no que tange às questões raciais, e outras práticas excludentes, de gênero, de orientação sexual, de classe social dentre outras.

Assumindo esse posicionamento político de contribuir na correção das distorções ainda vigentes no Brasil, com o propósito de assegurar institucionalmente as políticas afirmativas e de inclusão social, a UFRB se torna pioneira na implantação de uma Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), cuja finalidade é promover a execução de políticas afirmativas e estudantis na UFRB, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o

desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional.

As políticas afirmativas vinculadas às ações da PROPAAE envolvem os assuntos estudantis e tratam de *Políticas de Acesso, Permanência e Pós-permanência* de alunos oriundos das escolas públicas, afro-descendentes e índio-descendentes no ensino superior público; assim como o desenvolvimento regional visam a criação do espaço necessário para a formulação e implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social.

Assim as mais importantes diretrizes que devem guiar as *Políticas Afirmativas* e de *Atendimento aos Discentes* na Universidade são:

- a. realizar políticas, programas e ações de acesso, permanência e pós-permanência dos discentes;
- b. realizar políticas de assistência socioeconômica, pedagógica e psicológica dos discentes;
- c. viabilizar o *Programas Brasil Acessível e Incluir*; com a implementação de estratégias que garantam o ingresso, acesso e permanência de pessoas com necessidades especiais nos cursos de graduação e tecnológicos da UFRB;
- d. realizar programas para a melhoria do ensino médio e fundamental da Região do Recôncavo da Bahia;
- e. permitir o acesso à Universidade dos alunos oriundos de escola pública.

2.8. Políticas de Gestão

As políticas de gestão da UFRB tem como princípios:

- ✓ participação da sua coletividade;
- ✓ democracia nos processos de decisão; e
- ✓ transparência das ações dos seus gestores;

O processo administrativo considerará as seguintes etapas:

- ✓ planejamento;
- ✓ implementação das atividades estabelecidas nos objetivos institucionais; e
- ✓ avaliação institucional.

O planejamento institucional observa a análise do contexto interno e externo à Universidade; os compromissos da Universidade estabelecidos em seus princípios e finalidades estatutários e as políticas e objetivos institucionais delineados.

A implementação das atividades estabelecidas nos objetivos institucionais ocorre por meio de:

- ✓ captação contínua de recursos orçamentários e/ou financeiros;
- ✓ qualificação de docentes e técnicos administrativos;
- ✓ atualização contínua de técnicas e métodos;
- ✓ adequação da estrutura física e aquisição de máquinas, equipamentos e material permanente;
- ✓ prática da autonomia universitária assegurada pela Constituição Federal.

A avaliação institucional na UFRB se caracteriza por permitir a revisão de ações praticadas, contribuindo para a melhoria contínua do seu desempenho, inclusive utilizando os resultados das avaliações externas. O processo de avaliação interna é definido pelo Conselho Universitário de acordo com a legislação vigente. O processo de avaliação interna é executado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A prática da gestão na UFRB norteia-se pela assunção da responsabilidade social no alcance de suas metas e pela inclusão social na universidade pública brasileira.

A UFRB estabelece as seguintes diretrizes para as suas políticas de gestão:

- a) ampliar as parcerias com empresas e instituições públicas e privadas, visando assegurar o cumprimento da missão institucional;
- b) buscar fontes alternativas de recursos financeiros e tecnológicos para viabilizar a expansão, modernização e manutenção da Instituição;
- c) consolidar os cursos já existentes e ofertar novos cursos em áreas de reconhecida importância social;
- d) desenvolver e consolidar uma cultura organizacional que priorize liderança, estabilidade, flexibilidade e inovação;
- e) dinamizar o uso de recursos didático-pedagógicos compatíveis com os avanços tecnológicos;
- f) estimular a participação dos técnico-administrativos e docentes na criação, implantação e adaptação de instrumentos de gestão direcionados a excelência;
- g) incentivar o desenvolvimento do saber técnico-científico, vinculado aos valores éticos;
- h) estruturar ações participativas junto à comunidade, enfatizando o desenvolvimento da Região do Recôncavo da Bahia;
- i) incrementar a qualificação do corpo docente e técnico-administrativo, contribuindo para o aperfeiçoamento do trabalho e do atendimento institucional;
- j) realizar prestação de serviços que promovam qualidade de vida à comunidade abrangida pela Instituição;

- k) selecionar professores titulados, preferencialmente doutores compromissados com a missão, os princípios e as finalidades da instituição;
- l) ampliar o quadro docente e técnico-administrativo compatível com as necessidades e responsabilidades inerentes ao desenvolvimento da Instituição;
- m) tornar permanente a Avaliação Institucional com a função de subsidiar a qualidade e o desenvolvimento das ações político-acadêmicas e administrativas pertinentes à missão institucional;
- n) realizar permanentemente a avaliação interna que envolvendo o processo acadêmico e de gestão.

2.8. Responsabilidade Social

A UFRB firma o propósito de estabelecer políticas institucionais, ações e programas que visam aprofundar sua relação com as comunidades locais para tornar-se o espaço de produção científica articulada aos interesses e as necessidades da Região do Recôncavo da Bahia. As formas de relacionamento da instituição com as comunidades locais e regionais são diversificadas e articuladas à demanda social e ao potencial de ação desta a Instituição. Portanto, a UFRB estabelece a inclusão social, o desenvolvimento sustentável, econômico e social, o meio ambiente e a preservação da memória e do patrimônio cultural da Região do Recôncavo da Bahia como dimensões e foco da sua responsabilidade social para o cumprimento de sua missão.

2.8.1. Contribuição à inclusão social

A UFRB, frente ao compromisso de assegurar a interiorização do ensino superior na Bahia, tem afirmando sua responsabilidade social enquanto universidade pública por meio de políticas institucionais com processos de inclusão social, envolvendo a alocação de recursos que sustentem o acesso e permanência dos estudantes, por meio de bolsas de estudo, subvenção para alimentação, transporte e alojamento estudantil, facilidades para portadores de necessidades especiais e financiamentos alternativos.

As políticas e as implementações de ações afirmativas tem desencadeado dentro da UFRB discussões mais aprofundadas, sobre as condições de igualdade, acesso e permanência, tomando por base os méritos, capacidade e esforços, sem permitir discriminação favorecendo a inclusão das minorias reconhecidas socialmente.

Entre as ações de inclusão social existentes e aquelas que se pretende dar continuidade destacam-se:

1. A promoção e inclusão do portador de necessidades especiais na instituição.
2. Ações de assistência estudantil voltadas para estudantes de baixa renda, contemplados pelo aumento da oferta de moradia (Residências Universitárias) e de alimentação (Restaurantes Universitários), em funcionamento para todos os campi, sem custos financeiros para os estudantes cadastrados nos respectivos serviços.
3. Ampliação de cursos de graduação noturnos nas diversas áreas do conhecimento para atender às demandas das classes trabalhadoras dos cursos de níveis fundamental e médio.
4. Acesso à educação e à escolaridade como direito constitucional do cidadão; para tanto, a UFRB, propõe também a expansão de cursos de formação de professores de nível superior, através da oferta de licenciaturas para atuar nas áreas rurais, incluindo os movimentos sociais do campo.
5. Execução do Programa Conexões de Saberes, vinculado à Secretaria de Alfabetização, Educação Continuada e Diversidade do MEC, que busca ampliar a relação entre a UFRB e os moradores de espaços populares, suas instituições e organizações, promovendo o encontro e a troca de saberes e fazeres entre esses dois territórios socioculturais.

As políticas afirmativas adotadas pela UFRB, bem como as estratégias empregadas para proporcionar uma assistência estudantil, que contribua para com a permanência do estudante, são reveladoras do seu compromisso com o Recôncavo da Bahia e com estudantes de outras regiões interioranas, excluídos de bens sociais e culturais.

Entre as ações afirmativas visando à inclusão social destacam-se:

- a. *As reservas de vagas* em todos os cursos de graduação e tecnológicos na UFRB; sendo 43% das vagas destinadas a estudantes que tenham cursado o ensino médio na escola pública, sendo que desses pelo menos 85% de estudantes que se declarem pretos ou pardos; 2% das vagas de cada curso serão preenchidas por estudantes que se declarem índios descendentes e que tenham cursado ensino médio na escola pública.
- b. *A responsabilidade social* também tem se concretizado por meio da participação de docentes e técnicos dessa Instituição em fóruns, conselhos e comissões que definem e buscam o controle social das políticas públicas.
- c. *Criação e realização do Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo* nos quatro campi, nos cinco Centros da UFRB, em parceria com instituições, organizações, grupos sociais e movimentos étnico-raciais. O objetivo é realizar atividades, fomentar discussões e reflexões relacionadas às políticas e práticas afirmativas que expressem as reações das populações negras no Recôncavo e nas demais regiões do país. O Fórum reúne pessoas, comunidades e instituições para a construção de alternativas que visem o

estabelecimento de uma cidadania plena, comprometida com a igualdade racial e a inclusão socioeconômica.

2.8.2. Contribuição ao desenvolvimento econômico e social da região

A UFRB contribui para o desenvolvimento econômico e social da Região do Recôncavo da Bahia por meio da definição de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com os setores sociais e produtivos da Região, incluindo o mercado profissional, através de intensas relações com as escolas públicas de nível médio e fundamental, associações de bairro, movimento sociais, associação de produtores rurais, associações de produtores da agricultura familiar, associações de trabalhadores rurais e urbanos, conselhos tutelares, campanhas de saúde, postos de saúde, cooperativas, incubadoras, empresas juniores, escritórios tecnológicos, escritórios de captação de recursos, estágios em setores profissionais específicos, prestação de serviços, parcerias de trabalho com órgãos públicos e privados.

Adicionalmente, a UFRB tem apresentado essas experiências de produção e transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes da prática de atividades científicas, técnicas e culturais em seus campi que atendem a demandas do desenvolvimento sustentável no âmbito local, regional, nacional e internacional, bem como do meio rural e urbano, com registro de seus resultados em seminários e encontros periódicos.

2.8.3. Contribuição para preservação e melhoria do meio ambiente

A UFRB contribui para preservação e melhoria do meio do ambiente através de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas institucionais estabelecidas para a promoção do desenvolvimento sustentável e pelo estímulo de parcerias e transferências de conhecimento.

Adicionalmente, a UFRB tem apresentado experiências de produção e transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes da prática de atividades científicas, técnicas e culturais em seus campi que promovam o desenvolvimento sustentável com a preservação e melhoria do meio ambiente no âmbito local e regional, em espaços rurais e urbanos, com registro de seus resultados em fóruns, seminários e encontros periódicos.

2.8.4. Contribuição para a preservação da memória e do patrimônio cultural da Região

A UFRB contribui para preservação da memória e do patrimônio cultural através de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, visando sua preservação e estimulando parcerias e transferências de conhecimentos.

Adicionalmente, a UFRB tem apresentado experiências de produção e transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes da prática de atividades científicas, técnicas e culturais em seus campi que sirvam à preservação da memória e do patrimônio cultural no âmbito local, regional, para o desenvolvimento sustentável, com a preservação e melhoria do meio ambiente no âmbito local e regional, nacional e internacional, em espaços rurais e urbanos, com registro de seus resultados em fóruns, seminários e encontros periódicos.

Para concretizar estas diretrizes apontadas acima, a UFRB criou através da Portaria 190/2008 de 23 de abril de 2008, a *Superintendência de Projetos de Cultura e Desenvolvimento*, sediada na cidade de São Félix. A *Superintendência* constitui-se numa instância com a finalidade de estimular e apoiar programas e projetos de pesquisa e extensão que tenham como eixo organizador o binômio cultura e desenvolvimento. Portanto, a UFRB entende a cultura enquanto um elemento fundamental para promover o desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, uma Região rica em história e em diversidades culturais.

A *Superintendência* deverá criar, implantar e realizar no período de vigência do PDI:

- ✓ *Centro de Pesquisa e Documentação do Recôncavo (CPDR)* que deverá abrigar um conjunto amplo de atividades de pesquisa e preservação de acervos documentais sobre o Recôncavo da Bahia. O *CPDR* deverá concentrar acervos documentais diversos sobre a região, sobretudo, memórias escritas, imagens e depoimentos orais. No interior do *CPDR* funcionarão grupos de pesquisa interdisciplinares que estudem a Região sob diversos ângulos e perspectivas. Este acervo deve servir de base para estudos de pesquisadores da UFRB e da comunidade em geral.
- ✓ *Memorial do Recôncavo*. O *CPDR* deverá abrigar este *Memorial* que manterá uma exposição permanente de vídeos e fotografias, com imagens de pessoas e das comunidades locais. O *Memorial* estará aberto ao público.
- ✓ *História & Memória*. A criação deste selo tem como meta principal publicar memórias e textos clássicos sobre o Recôncavo da Bahia. O objetivo é revelar textos ainda não publicados e reeditar textos clássicos já esgotados que tenham como foco a Região, mas que deixaram de circular no mercado editorial. O objetivo é executar com regularidade a

publicação dessas obras. Ao mesmo tempo incentivaremos a publicação de teses e textos sobre o Recôncavo, produzidos nas universidades baianas. A idéia é criar um concurso de teses que tenha como desdobramento a publicação de trabalhos escritos nas pós-graduações das universidades baianas. O leque de publicações envolverá temas diversos nas áreas de história, filosofia, artes, romances e tecnologias. Alguns títulos estão na lista de possíveis obras a serem publicadas. São elas: *A Casa do Morro*, Mariah da Costa Penna (Memória); *Memória Histórica de Cachoeira*, Pedro Celestino (1924); *Uma Família baiana* (Romance) Xavier Marques, 1888; *Letícia* (Romance) Anna Ribeiro Bittencourt, 1908.

- ✓ *Consórcio Municipal*. Este projeto busca articulação institucional entre UFRB e Prefeituras locais em programas diversos de competência da universidade. O objetivo é estabelecer convênios com as prefeituras de cidades do Recôncavo em projetos de educação, saúde, ambientais, urbanísticos e culturais.
- ✓ *Leituras e Releituras do Recôncavo: questões para o Desenvolvimento Regional*. Seminários realizados nos *campi* da UFRB, (um por ano em cada Centro), envolvendo a comunidade acadêmica e contando com a presença de convidados regionais e nacionais.

3. Cronograma de Implantação e Desenvolvimento da Instituição e Cursos

3.1. Oferta de Cursos

3.1.1. Graduação

A UFRB adotou o regime acadêmico por atividades curriculares, caracterizado pela matrícula em atividades curriculares independentes, observados os pré-requisitos constantes do projeto pedagógico de curso, com regime de matrículas semestral.

Na Tabela 2 está exposta a oferta dos cursos de graduação presenciais da UFRB no período 2010-2014. A oferta no exercício atual (2009) é de 1790 vagas, para 28 cursos, sendo que 5 desses cursos são no turno noturno, onde são oferecidas 445 vagas.

Para o primeiro ano de vigência do PDI (2010) pretende-se ofertar 2.355 vagas (um aumento de 32% de vagas em relação ao período anterior) para 35 cursos (um aumento de 25% de vagas em relação ao período anterior), sendo que 9 desses cursos serão no turno noturno, onde serão oferecidas 445 vagas.

Para o segundo ano de vigência do PDI (2011) pretende-se ofertar 2.700 vagas (um aumento de 15% de vagas em relação ao período anterior) para 40 cursos (um aumento de 14% de vagas em relação ao período anterior), sendo que 17 desses cursos serão no turno noturno, onde serão oferecidas 820 vagas (um aumento de 84% de vagas em relação ao período anterior).

Para o terceiro ano de vigência do PDI (2012) pretende-se ofertar 2.850 vagas (um aumento de 32% de vagas em relação ao período anterior) para 43 cursos (um aumento de 7,5 % de vagas em relação ao período anterior), sendo que 17 desses cursos serão no turno noturno, onde serão oferecidas 885 vagas.

Para o quarto ano de vigência do PDI (2013) pretende-se ofertar 2.850 vagas para 43 cursos, sendo que 17 desses cursos serão no turno noturno, onde serão oferecidas 885 vagas.

No final do período de vigência do PDI (2014), a UFRB deverá aumentar em 59% a oferta de vagas anuais nos cursos em relação ao exercício atual (2009); e em 48% a quantidade de cursos oferecidos, sendo que as vagas em cursos noturnos deverão aumentar 180%.

Tabela 2. Oferta de cursos de graduação presenciais da UFRB para o período 2009-2014.

Curso	Centro	Campus	Turno	Mod.	Turma	Localização	Situação	Vagas disponibilizadas					
								2009	2010	2011	2012	2013	2014
Agronomia	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Sede	Func.	100	100	100	100	100	100
Arquitetura	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	45	Fora da sede	Auto.	0	0	45	45	45	45
Arquitetura	CAHL	Cachoeira	N	Bach.	45	Fora da sede	Auto.	0	45	45	45	45	45
Artes /Multimeios	CAHL	Cachoeira	N	Bach.	50	Fora da sede	Auto.	0	50	50	50	50	50
Bach. C. E. Tecnol.	CETEC	C. Almas	D	Bach.	50	Sede	Func.	200	200	300	300	300	300
Bach. Int. em Saúde	CCS	S.A.Jesus	D	Bach.	50	Fora da sede	Func.	50	100	100	100	100	100
Ciências Biológicas	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Sede	Func.	50	60	60	60	60	60
Ciências Biológicas	CCAAB	C. Almas	N	Lic.	50	Sede	Func.	50	80	80	80	80	80
Ciências Natureza	CFP	Amargosa	N	Lic.	50	Fora da sede	Auto.	0	0	50	0	50	0
Ciências Sociais	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Fora da sede	Func.	50	0	50	50	50	50
Ciências Sociais	CAHL	Cachoeira	N	Lic.	50	Fora da sede	Auto.	0	50	0	50	0	50
Cinema/Audiovisual	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Fora da sede	Func.	50	50	50	50	50	50
Comunicação	CAHL	C. Almas	D	Bach.	50	Fora da sede	Func.	50	50	50	50	50	50
Educação Física	CFP	Amargosa	N	Lic.	50	Fora da sede	Auto.	0	50	50	50	50	50
Enfermagem	CCS	S.A.Jesus	D	Bach.	50	Fora da sede	Func.	100	100	100	100	100	100
Engenharia Civil	CETEC	C. Almas	D	Bach.	50	Sede	A solic.	0	0	50	50	50	50
Eng. Computação	CETEC	C. Almas	N	Bach.	50	Sede	A solic.	0	0	50	50	50	50
Engenharia Elétrica	CETEC	C. Almas	N	Bach.	50	Sede	A solic.	0	0	0	50	50	50
Eng. Florestal	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Sede	Func.	50	70	70	70	70	70
Eng. Mecânica	CETEC	C. Almas	D	Bach.	50	Sede	A solic.	0	0	50	50	50	50
Engenharia de Pesca	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Sede	Func.	50	60	60	60	60	60
Eng. S. e Ambiental	CETEC	C. Almas	D	Bach.	30	Sede	Func.	60	80	80	80	80	80
Filosofia	CFP	Amargosa	N	Lic.	60	Fora da sede	Func.	60	60	60	60	60	60
Física	CETEC	C. Almas	N	Bach.	30	Sede	Auto.	0	0	0	50	50	50
Física	CFP	Amargosa	D	Lic.	50	Fora da sede	Func.	50	50	50	50	50	50
Gestão Pública	CAHL	Cachoeira	N	Tec.	50	Fora da sede	Auto.	0	50	50	50	50	50
História	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Fora da sede	Func.	50	0	0	0	0	0
História	CAHL	Cachoeira	N	Lic.	50	Fora da sede	Func.	50	50	50	50	50	50
História	CAHL	Cachoeira	D	Lic.	50	Fora da sede	Func.	0	50	50	50	50	50
Letras (LIBRAS)	CFP	Amargosa	N	Lic.	50	Fora da sede	Auto.	0	50	50	50	50	50
Matemática	CETEC	C. Almas	N	Bach.	50	Sede	Auto.	0	0	0	50	50	50
Matemática	CFP	Amargosa	D	Lic.	50	Fora da sede	Func.	50	50	50	50	50	50
Med. Veterinária	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Sede	Func.	50	80	80	80	80	80
Museologia	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Fora da sede	Func.	50	50	50	50	50	50
Nutrição	CCS	S.A.Jesus	D	Bach.	50	Fora da sede	Func.	100	100	100	100	100	100
Pedagogia	CFP	Amargosa	D	Lic.	50	Fora da sede	Func.	50	50	50	50	50	50
Pedagogia	CFP	Amargosa	N	Lic.	50	Fora da sede	Func.	50	50	50	50	50	50
Psicologia	CCS	S.A.Jesus	D	Bach.	50	Fora da sede	Func.	100	100	100	100	100	100
Química	CFP	Amargosa	D	Lic.	50	Fora da sede	Func.	50	50	50	50	50	50
Serviço Social	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Fora da sede	Func.	50	50	50	50	50	50
Serviço Social	CAHL	Cachoeira	N	Bach.	50	Fora da sede	Func.	0	50	50	50	50	50
Tec. Agroecologia	CCAAB	C. Almas	D	Tec.	60	Sede	Func.	60	60	60	60	60	60
Tec. G.Cooperativas	CCAAB	C. Almas	N	Tec.	60	Sede	Func.	60	70	70	70	70	70
Tec. G. Ambiental	CCAAB	C. Almas	N	Tec.	60	Sede	Auto.	0	70	70	70	70	70
Zootecnia	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Sede	Func.	50	70	70	70	70	70
Total de vagas								1.790	2.355	2.700	2.850	2.850	2.850
Total de cursos								28	35	40	43	43	43

3.1.2. Sequenciais

Não está prevista a oferta de cursos sequenciais no período de vigência do PDI.

3.1.3. Pós-Graduação (*lato sensu*)

Na Tabela 3 está exposta a oferta dos cursos de pós-graduação (*lato sensu*) da UFRB no período 2009-2014. No exercício atual (atual) a Universidade oferece 25 vagas no curso de Gestão e Liderança Universitária. Verifica-se que no primeiro ano de vigência do PDI (2010), a UFRB

oferecerá 140 vagas em quatro cursos de especialização. A partir do segundo ano (2011) a Universidade pretende oferecer 115 vagas anuais em três cursos de especialização.

Tabela 3. Oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* da UFRB para o período 2009-2014.

Curso	Centro	Campus	Situação	Vagas disponibilizadas					
				2009	2010	2011	2012	2013	2014
Gestão e Liderança Universitária	CCAAB	C. das Almas	Aprovado	25	25	0	0	0	0
Sociedade, Inovação e Tecnologias Sociais	CCAAB	C. das Almas	Em tramitação	0	50	50	50	50	50
Educação e Interdisciplinaridades	CFP	Amargosa	Aprovado	0	40	40	40	40	40
História da África, da Cultura Negra e do Negro no Brasil	CAHL	Cachoeira	Em tramitação	0	25	25	25	25	25
Total				25	140	115	115	115	115

3.1.4. Pós-Graduação (*stricto sensu*)

Na Tabela 4 está exposta a oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFRB para o período 2009-2014. No exercício atual (atual) a Universidade oferece 70 vagas em 5 cursos e 4 programas, sendo 4 mestrados e um doutorado.

Verifica-se que no primeiro ano de vigência do PDI (2010), a UFRB deverá oferecer 98 vagas (aumento de 40% das vagas em relação ao período anterior), em 7 cursos de pós-graduação, em 6 programas, sendo 6 mestrados e um doutorado.

No segundo ano de vigência do PDI (2011), a UFRB deverá oferecer 111 vagas (aumento de 13% das vagas em relação ao período anterior), em 8 cursos de pós-graduação, em 7 programas, sendo 7 mestrados e um doutorado.

No terceiro ano de vigência do PDI (2012), a UFRB deverá oferecer 121 vagas (aumento de 9% das vagas em relação ao período anterior), em 9 cursos de pós-graduação, em 8 programas, sendo 8 mestrados e um doutorado.

No quarto ano de vigência do PDI (2013), a UFRB deverá oferecer 130 vagas (aumento de 7% das vagas em relação ao período anterior), em 10 cursos de pós-graduação, em 9 programas, sendo 7 mestrados e 2 doutorados.

No final do período de vigência do PDI (2014) espera-se que a Instituição venha a ofertar 295 vagas, em 24 cursos e 18 programas, sendo 18 cursos de mestrado e 6 cursos de doutorado.

Assim, a UFRB deverá aumentar em 321% a oferta de vagas em cursos de mestrado e doutorado; e em 380% a quantidade de cursos oferecidos, sendo que as vagas em cursos de doutorado deverão aumentar 550% em relação ao exercício atual (2009).

Tabela 4. Oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* da UFRB para o período 2009-2014.

Programas	Centro	Conceito	Situação,	Vagas disponibilizadas											
				2009		2010		2011		2012		2013		2014	
				M	D	M	D	M	D	M	D	M	D	M	D
Ciências Agrárias	CCAAB	4	Credenciado	25	10	25	10	25	10	25	10	25	15	25	15
Microbiologia Agrícola	CCAAB	3	Credenciado	12		12		15		15		15	10	15	10
Ciências Animal	CCAAB	3	Credenciado	16		16		16		16		20		25	10
Recursos Genéticos Vegetais	CCAAB	3	Credenciado	7		10		10		10		15		15	10
Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	CAHL	3	Credenciado			15		15		15		15		15	10
Ciência do Solo	CCAAB	-	Solicitado			10		10		10		10		15	10
Ciências e Tecnologia da Saúde	CCS	-	A solicitar									10		10	
Agricultura Familiar	CCAAB	-	A solicitar							10		10		10	
Agroecologia	CCAAB	-	A solicitar					10		10		10		10	
Educação	CFP	-	A solicitar											10	
Engenharia de Água e Solo	CCAAB	-	A solicitar											10	
Ensino da História e cultura africana e afro-brasileira	CAHL	-	A solicitar											10	
Multiinstitucional de PG de Computação e Sistemas	CETEC	-	A solicitar											10	
Ciências Florestais	CCAAB	-	A solicitar											10	
Física	CETEC	-	A solicitar											10	
Gestão Ambiental	CCAAB	-	A solicitar											10	
História e Patrimônio	CAHL	-	A solicitar											10	
Medicina Veterinária	CCAAB	-	A solicitar											10	
Total de Vagas por Curso:				60	10	88	10	101	10	111	10	130	25	230	65
Total Geral de Vagas:				70		98		111		121		155		295	*
Número de Cursos:				5		7		8		9		10		24	
Número de Programas:				4		6		7		8		9		18	

* Meta REUNI/PAPG/PLANFOR: 649 vagas

3.2. Programas Especiais de Formação Pedagógica

No contexto do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica, a UFRB compromete-se em ofertar 600 vagas em cursos de formação pedagógica para bacharéis sem licenciatura, mas atuando na docência no Recôncavo da Bahia a partir do exercício de 2009.

A UFRB já ofertou, em 2009, 34 vagas para o Curso de Licenciatura em Matemática no Campus de Amargosa e 40 vagas para docentes em exercício da educação básica das redes estadual e municipal de ensino do Estado da Bahia no mesmo curso, presencial, modular a ser realizado no município de Cruz das Almas nas instalações do Campus universitário de Cruz das Almas. Para o para o campus de Amargosas estão previstas 200 vagas e para o Campus de Cruz das Almas está prevista a formação de 100docentes em exercício da educação básica, devendo os cursos se extinguirem após o atendimento das demandas.

3.3. Cursos a Distância

A introdução da Educação à Distância (EAD) na UFRB ocorrerá a partir da criação do Núcleo de Gestão de Ensino a Distância e Cursos Sequenciais com a finalidade de fomentar políticas de EAD no âmbito da universidade, através, por exemplo, dos meios interativos de vídeo conferência, aulas e simpósios.

Ao longo do exercício de 2008, a UFRB consolidou a sua inserção nos processos de discussão sobre EAD na Bahia e no Brasil, através do diálogo com outras instituições de ensino superior. Isto se materializou por meio de sua participação efetiva na elaboração de projetos de cursos de graduação, no desenvolvimento de projetos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), de cursos de complementação de bacharelados e dos cursos de Matemática e Física da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, através do Consórcio Bahia. A UFRB também participa da construção do Plano de Ações Articuladas (PAR), que visa corrigir a situação educacional da Bahia, a qual atualmente conta com o quadro de mais de 40.000 professores da rede estadual, e aproximadamente 100.000 das redes municipais, sem formação inicial em nível de licenciatura de graduação plena atuando no magistério da educação básica.

Através desta ação a UFRB vem empreendendo contatos para o estabelecimento de parcerias na oferta dos cursos a distância e dos serviços de que dispõe, além de participar em eventos, colaborando em discussões ou apresentando palestras e realizar visitas técnicas. Vale destacar a participação da comunidade da UFRB no curso de formação de tutores, oferecido para os servidores técnico-administrativos e docentes da universidade pelo Programa de Gestores da Educação Básica (PROGED), uma parceria da UFRB com a UFBA; iniciativa para a formação de recursos humanos internos, promoção de futuras ações em EAD e de fomento à discussão sobre EAD no âmbito dessa Universidade, tendo em vista a identificação de qual o "modelo" de EAD em que a UFRB pretende se inserir.

O funcionamento regular da instituição com oferta de EAD inclui além do credenciamento, a implantação no período de vigência do PDI de pólos de atendimento presencial.

Na Tabela 5 está exposta a oferta de cursos a distância da UFRB para o período 2009-2014.

No final do período de vigência do PDI (2014), a UFRB deverá ofertar 4 cursos de licenciaturas, totalizando 2.000 vagas no Centro de Formação de Professores, no campus de Amargosa.

Tabela 5. Oferta de cursos de graduação a distância da UFRB para o período 2009-2014.

Curso	Centro	Campus	Localização	Mod.	Situação	Vagas disponibilizadas					
						2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ciências da Natureza	CFP	Amargosa	Fora da sede	Lic.	A solicitar	0	0	0	500	500	500
Matemática	CFP	Amargosa	Fora da sede	Lic.	A solicitar	0	0	0	500	500	500
Pedagogia	CFP	Amargosa	Fora da sede	Bach.	A solicitar	0	0	0	0	500	500
Física	CFP	Amargosa	Fora da sede	Lic.	A solicitar	0	0	0	0	0	500
Total de vagas						0	0	0	1.000	1.500	2.000
Total de cursos									2	3	4

3.4. Campi e cursos fora da sede

A Tabela 6 mostra, para o período de vigência do PDI (2010-2014), a oferta de cursos de graduação presenciais nos campi fora da sede da UFRB nas cidades de Cachoeira, Santo Antonio de Jesus e Amargosa, onde estão localizados respectivamente, o Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL), o Centro de Ciências da Saúde (CCS) e o Centro de Formação de Professores (CFP). Pode se constatar que depois de cinco anos os campi fora da sede apresentarão 1.450 vagas disponibilizadas (52% da oferta total de vagas) e deverão ofertar 25 cursos. (60% dos cursos disponibilizados na graduação).

A Tabela 7 informa que a oferta de vagas na sede, no Campus de Cruz das Almas, executada pelo Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB) e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas aumentará de 79% a partir do exercício de 2012, com uma oferta estável de 1.400 vagas em 18 cursos presenciais de graduação.

Tabela 6. Oferta de cursos de graduação presenciais da UFRB nos campi fora da sede para o período 2009-2014.

Curso	Centro	Campus	Turno	Mod.	Turma	Situação	Vagas disponibilizadas					
							2009	2010	2011	2012	2013	2014
Arquitetura	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	45	Auto.	0	0	45	45	45	45
Arquitetura	CAHL	Cachoeira	N	Bach.	45	Auto.	0	45	45	45	45	45
Artes /Multimeios	CAHL	Cachoeira	N	Bach.	50	Auto.	0	50	50	50	50	50
Ciências Sociais	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Func.	50	0	50	0	50	0
Ciências Sociais	CAHL	Cachoeira	D	Lic.	50	Auto.	0	50	0	50	0	50
Cinema/Audiovisual	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Func.	50	50	50	50	50	50
Comunicação	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Func.	50	50	50	50	50	50
Gestão Pública	CAHL	Cachoeira	N	Tec.	50	Auto.	0	50	50	50	50	50
História	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Func.	50	0	0	0	0	0
História	CAHL	Cachoeira	D	Lic.	50	Func.	0	50	50	50	50	50
História	CAHL	Cachoeira	N	Lic.	50	Func.	50	50	50	50	50	50
Museologia	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Func.	50	50	50	50	50	50
Serviço Social	CAHL	Cachoeira	D	Bach.	50	Func.	50	50	50	50	50	50
Serviço Social	CAHL	Cachoeira	N	Bach.	50	Func.	0	50	50	50	50	50
Bach. Inter. Saúde	CCS	S.A.Jesus	D	Bach.	50	Func.	50	100	100	100	100	100
Enfermagem	CCS	S.A.Jesus	D	Bach.	50	Func.	100	100	100	100	100	100
Nutrição	CCS	S.A.Jesus	D	Bach.	50	Func.	100	100	100	100	100	100
Psicologia	CCS	S.A.Jesus	D	Bach.	50	Func.	100	100	100	100	100	100
Ciências Natureza	CFP	Amargosa	N	Lic.	50	Auto.	0	0	50	50	50	50
Educação Física	CFP	Amargosa	D	Lic.	50	Auto.	0	50	50	50	50	50
Filosofia	CFP	Amargosa	N	Lic.	60	Func.	60	60	60	60	60	60
Física	CFP	Amargosa	D	Lic.	50	Func.	50	50	50	50	50	50
Letras (línguas)	CFP	Amargosa	N	Lic.	50	Auto.	0	50	50	50	50	50
Matemática	CFP	Amargosa	D	Lic.	50	Func.	50	50	50	50	50	50
Pedagogia	CFP	Amargosa	D	Lic.	50	Func.	50	50	50	50	50	50
Pedagogia	CFP	Amargosa	N	Lic.	50	Func.	50	50	50	50	50	50
Química	CFP	Amargosa	D	Lic.	50	Func.	50	50	50	50	50	50
Total de vagas							1.010	1.355	1.450	1.450	1.450	1.450
Total de cursos							17	23	25	25	25	25

Tabela 7. Oferta de cursos de graduação presenciais da UFRB no campus sede para o período 2009-2014.

Curso	Centro	Campus	Turno	Mod.	Turma	Situação	Vagas disponibilizadas					
							2009	2010	2011	2012	2013	2014
Agronomia	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Func.	100	100	100	100	100	100
Ciências Biológicas	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Func.	50	60	60	60	60	60
Ciências Biológicas	CCAAB	C. Almas	N	Lic.	50	Func.	50	80	80	80	80	80
Eng. Florestal	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Func.	50	70	70	70	70	70
Engenharia de Pesca	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Func.	50	60	60	60	60	60
Med. Veterinária	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Func.	50	80	80	80	80	80
Agroecologia	CCAAB	C. Almas	D	Tec.	60	Func.	60	60	60	60	60	60
Gestão Cooperativa	CCAAB	C. Almas	N	Tec.	60	Func.	60	70	70	70	70	70
Gestão Ambiental.	CCAAB	C. Almas	N	Tec.	60	Auto.	0	70	70	70	70	70
Zootecnia	CCAAB	C. Almas	D	Bach.	50	Func.	50	70	70	70	70	70
Bach. C. E. Tecnol.	CETEC	C. Almas	D	Bach.	50	Func.	200	200	300	300	300	300
Engenharia Civil	CETEC	C. Almas	D	Bach.	50	A solic.	0	0	50	50	50	50
Eng. Computação	CETEC	C. Almas	N	Bach.	50	A solic.	0	0	50	50	50	50
Engenharia Elétrica	CETEC	C. Almas	N	Bach.	50	A solic.	0	0	0	50	50	50
Eng. Mecânica	CETEC	C. Almas	D	Bach.	50	A solic.	0	0	50	50	50	50
Eng. S. e Ambiental	CETEC	C. Almas	D	Bach.	30	Func.	60	80	80	80	80	80
Física	CETEC	C. Almas	N	Bach.	30	Auto.	0	0	0	50	50	50
Matemática	CETEC	C. Almas	N	Bach.	50	Auto..	0	0	0	50	50	50
Total de vagas							780	1.000	1.250	1.400	1.400	1.400
Total de cursos							11	12	15	18	18	18

4. Perfil do Corpo Docente e Técnico Administrativo

4.1. Composição do corpo docente

A tabela 8 mostra a composição do corpo docente da UFRB por titulação, nos cinco Centros, no exercício atual (2009). Pode-se constatar que, no exercício, a Universidade tem um quadro de 435 docentes, sendo que 46% deles são doutores e 50% são mestres. No campus de Cruz das Almas, encontram-se 42% do corpo docente da Universidade.

O CCAAB no exercício atual (2009) é Centro que detêm o maior número de docentes (123), representando 28% do quadro docente da UFRB, sendo que 74% do seu quadro detêm o título de doutor (91). O Campus de Cruz das Almas participa na composição do corpo docente da Universidade com 58% dos professores doutores e 27% dos professores mestres.

A UFRB neste exercício ainda contratou 12 professores, denominados de substitutos, para suprir a demanda de alguns cursos de graduação, com as seguintes titulações: graduação (5 docentes); especialização (3 docentes); mestre (4 docentes).

Tabela 8. Lotação dos Docentes por Centro em 2009.

Centro	Titulação				Total
	Graduação	Especialização	Mestrado	Doutorado	
CCAAB	2	0	30	91	123
CETEC	3	0	29	25	57
CCS	3	4	59	22	88
CAHL	1	0	45	41	87
CFP	0	2	57	21	80
Total	9	6	220	200	435

A tabela 9 mostra o cronograma e o plano de expansão do corpo docente da UFRB para o período de vigência do PDI, informando a titulação, o nível e o regime de trabalho. Pode-se verificar que a Instituição pretende depois de cinco anos aumentar o quadro de docentes em 104%, com 99% em regime de dedicação exclusiva e 55% com título de doutor.

A *Política de Qualificação da UFRB* consiste em elevar o número de professores doutores e de reduzir o de professores graduados e especialistas. Conforme a evolução demonstrada na Tabela 9, no primeiro ano de vigência do PDI (2010), o quadro de docentes será composto por 212

doutores e 261 mestres, no final do período de vigência do PDI (2014), a Instituição deverá apresentar 409 doutores e 319 mestres.

Tabela 9. Cronograma e plano de expansão do corpo docente da UFRB para o período de 2009 a 2014.

Exercício	Total	Auxiliar	Assistente	Adjunto	Associado	Titular	20h	40h	DE	Graduação	Especilaização	Mestre	Doutor
2009	435	9	203	223	9	5	3	2	425	9	6	220	200
2010	494	16	250	208	14	6	3	2	489	19	2	261	212
2011	579	16	269	268	18	8	3	2	574	19	2	289	269
2012	634	16	280	308	20	10	3	2	629	19	2	295	318
2013	709	16	291	363	25	14	3	2	704	19	2	311	377
2014	749	16	289	393	35	16	3	2	744	19	2	319	409

A UFRB pretende no período de vigência do PDI aumentar, paulatinamente, o recebimento de professores visitantes, como já está previsto no projeto REUNI aprovado para a Universidade. Assim, de acordo com o exposto na Tabela 10, no final do período do PDI (2014), a Instituição deverá receber 16 docentes por ano.

Tabela 10. Docentes visitantes da UFRB no período 2009-2014.

Exercício	Total
2009	0
2010	4
2011	8
2012	10
2013	12
2014	16

O perfil do docente visitante deverá contemplar o título de doutor em regime de trabalho de 40 horas ou dedicação exclusiva. O professor deverá desempenhar atividades em ensino, pesquisa e extensão, com atividades específicas nos programas de pós-graduação, para tanto se exige do docente experiência comprovada em sua área de conhecimento, com o objetivo de colaborar no fortalecimento de grupos de pesquisa e dos programas de pós-graduação *stricto sensu*. A contratação do docente pode antecipar o funcionamento dos programas de pós-graduação, desde que o seu papel seja de colaborar no fortalecimento dos grupos de pesquisa e na construção de novas propostas de cursos *stricto sensu*. O docente visitante também deverá obrigatoriamente colaborar nas atividades de graduação, tanto no ensino como na iniciação científica.

4.2. Composição do quadro de servidores técnico-administrativos

A tabela 11.2 mostra o cronograma e o plano de expansão do quadro de servidores técnico-administrativos da UFRB para o período de vigência do PDI (2010-2014), informando o nível de escolaridade requerida. Verifica-se que considerando a situação atual (218 servidores), a Instituição

pretende no último ano de vigência do PDI (2014) aumentar o quadro de servidores técnico-administrativos em 390%. De forma que 21% do contingente apresentarão nível superior, 77% nível médio e 2% nível fundamental.

Tabela 11.1 Lotação dos Técnicos Administrativos na UFRB em 2009.

Qualificação/ Local	CCAAB	CETEC	CAHL	CCS	CFP	Administração Superior	Total
A	0	0	0	0	0	1	1
B	9	1	0	0	0	7	17
C	1	2	0	0	0	21	24
D	20	4	4	6	3	52	89
E	4	2	9	10	5	57	87
Total	34	9	13	16	8	138	218

Tabela 11.2 Cronograma e plano de expansão do quadro de técnico-administrativos da UFRB no período 2009-2014.

Exercício	Total	Nível Superior	Nível Médio	Nível Fundamental
2009	218	114	81	23
2010	418	150	245	23
2011	588	160	405	23
2012	758	170	565	23
2013	928	190	725	23
2014	1.068	220	825	23

4.3. Plano de Carreira

4.3.1. Docente

A carreira de Magistério Superior na UFRB é regulada pelo Decreto 94.664/87 e Medida Provisória 295/06 e compreende as seguintes classes: Professor Titular, Professor Adjunto, Professor Assistente, Professor Auxiliar. Cada classe compreende quatro níveis, designados pelos números de 1 a 4, exceto a de Professor Titular, que possui um só nível.

O ingresso na classe de Professor Titular dar-se-á unicamente mediante habilitação em concurso público de provas e títulos, na qual somente poderão inscrever-se portadores do título de Doutor ou de Livre-Docente, Professores Adjuntos, bem como pessoas de notório saber, reconhecido pelo Conselho Universitário da UFRB. Poderá haver contratação de Professor Substituto por prazo determinado para substituições eventuais de docente das carreiras de Magistério, nos casos de exoneração ou demissão, falecimento, aposentadoria, afastamento para tratamento de saúde ou licença à gestante.

O Professor da carreira do Magistério Superior será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos e impedimento do exercício de outra atividade remunerada, pública ou privada e tempo parcial de vinte horas semanais de trabalho.

No regime de dedicação exclusiva admitir-se-á: participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério; participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com o ensino ou a pesquisa; percepção de direitos autorais ou correlatos; colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela instituição, de acordo com as normas aprovadas pelo conselho superior competente.

Excepcionalmente, a UFRB, mediante aprovação do Conselho Universitário (CONSUNI), poderá adotar o regime de quarenta horas semanais de trabalho para áreas com características específicas.

4.3.1.1. Critérios de seleção e contratação de docente

A Lei nº. 11.151/05 prevê a redistribuição para a UFRB de 444 cargos efetivos de professor da carreira de magistério superior. Na pactuação do Programa de Expansão (REUNI) foram contempladas todas as vagas previstas em Lei para o quadro docente da Universidade.

A seleção e contratação de docente na UFRB levam em consideração a demanda nas matérias/áreas de conhecimento, o número de vagas, a classe, o regime de trabalho, os requisitos específicos e a titulação exigidos para o cargo especificados por Centro de Ensino. O concurso público é realizado em cada Centro de Ensino relativo à matéria/área de conhecimento, em período divulgado pela Instituição. No período de vigência do PDI a estratégia é selecionar e contratar docentes com o título de doutor.

A norma interna que rege o concurso público na UFRB é a Resolução do Conselho Acadêmico (CONAC) nº 005/2008 (Vê Anexo).

São atividades próprias do pessoal docente de nível superior da UFRB as pertinentes ao ensino, à pesquisa e à extensão que, indissociáveis, visem à aprendizagem, à produção de conhecimento, à ampliação e transmissão do saber e da cultura, as inerentes ao exercício das funções de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria Instituição.

4.3.1.2. Procedimentos de substituição de professores do quadro

O Ministério da Educação e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão criaram um banco de vagas docentes tendo como referência a unidade chamada *professor-equivalente*. A medida simplifica o processo de contratação dos professores na UFRB.

O *banco de professores-equivalente* está previsto na Portaria Normativa Interministerial Nº 22, de 30 de abril de 2007. Esse documento normatiza os procedimentos de substituição de professores do quadro.

A UFRB definirá anualmente, o número de vagas docentes, com base em unidades de *professor-equivalente*. O banco deverá refletir, a cada ano de vigência do PDI, o potencial de aproveitamento de vagas da Instituição, levando em conta os professores efetivos e substitutos em exercício, além das perspectivas implantação e de expansão da Universidade.

A portaria citada confere mais autonomia ao Reitor para que possa planejar o preenchimento das vagas docentes. Com a implantação das normas previstas na portaria, observados os limites do banco de *professores-equivalentes*, a UFRB poderá promover concurso público para provimento de cargo docente, além de contratar professor substituto, a partir da existência de cargo vago no quadro da Universidade.

Professor-equivalente é um parâmetro criado pelo Ministério da Educação que irá balizar a contratação de professores da UFRB nos próximos cinco anos. A UFRB terá o seu quadro virtual de docentes a partir desse novo modelo. A referência será o professor adjunto, nível um, com 40 horas semanais. Os docentes efetivos, com 40 horas e dedicação exclusiva, terão peso 1,55; já os professores com 20 horas semanais representam fator 0,5 do professor equivalente.

Observados os limites do *banco de professores-equivalente*, será facultado à UFRB, independentemente de autorização específica: realizar concurso público e prover cargos de Professor de 3o Grau; contratar professor substituto, observadas as hipóteses de contratação previstas na Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, bem como as condições e os requisitos nela previstos para contratação.

Desta forma, a realização de concurso público e provimento do cargo são condicionados à existência de cargo vago no quadro da UFRB. A quantidade de Professor Titular é limitada a dez por cento do número total de docentes efetivos da Universidade.

4.3.2. Servidor Técnico-administrativo

O plano de carreira dos cargos dos servidores técnico-administrativos foi instituído pela Lei 11.091, de 12 de janeiro de 2005, reorganizando os cargos em cinco níveis de classificação (A, B, C, D e E), com quatro níveis de capacitação cada e de acordo com a escolaridade, a

responsabilidade, os conhecimentos, as habilidades específicas, a formação especializada, a experiência, o risco e os esforços físicos e mentais.

As atribuições gerais dos cargos são definidas pelo ambiente organizacional (veja a Tabela 14). As atribuições específicas da grande maioria dos cargos serão estabelecidas formalmente no decorrer do período de vigência do PDI (2010-2014). O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á por Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional.

A Progressão por Capacitação Profissional decorre da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 meses.

A Progressão por Mérito Profissional é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada 18 meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho, observado o respectivo nível de capacitação.

Pode ser concedido ainda o Incentivo à Qualificação ao servidor que possuir educação formal superior ao exigido para o cargo de que é titular, na forma de regulamento.

A lei 11.151 de 29/07/2005 que criou a UFRB prevê a redistribuição para a Universidade de 134 cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior e 698 de nível médio. Somadas as liberações já efetuadas, relativas ao projeto REUNI e UAB, foi recebido um total de 150 vagas. Todas as vagas constaram ou constam de Editais para concurso público. Entretanto, a Lei 11.051/05 estabeleceu o quantitativo de 832 vagas para a implantação e consolidação da UFRB. Estas vagas ainda estão por vir no primeiro e segundo anos de execução do PDI (2010-2011).

4.4. Acompanhamento do desenvolvimento do servidor na carreira

Docente

A avaliação de desempenho do docente em estágio probatório tem por finalidade permitir à administração obter informações sobre a capacidade laboral do docente, bem como sua integração e participação no projeto institucional, a fim de conferir-lhe estabilidade no cargo para o qual foi nomeado mediante aprovação em concurso público.

Para efetivação do processo avaliativo são utilizados os seguintes instrumentos:

- a) relatório de auto-avaliação entregue ao final de cada semestre, tendo por base o Plano de Trabalho do Docente, contendo uma análise das condições favoráveis e desfavoráveis para sua execução;
- b) relatório do Diretor do Centro atribuindo nota ao servidor em cada um dos fatores objeto da avaliação, complementado por uma análise do cumprimento do Plano de Trabalho pelo docente;
- c) relatório do Coordenador do Colegiado de Curso atribuindo nota ao servidor em cada um dos fatores objeto da avaliação, complementado por uma análise do desempenho pedagógico e contribuição para a qualidade do ensino do curso onde o docente ministra a maior quantidade de aulas;
- d) relatório do Coordenador da Área de Conhecimento atribuindo nota ao servidor em cada um dos fatores objeto da avaliação, complementado por uma análise do cumprimento do Plano de Trabalho pelo docente;
- e) parecer/relatório da Comissão de Avaliação subsidiada pelas informações e notas constantes dos instrumentos definidos nos itens a, b, c e d.

Ao entrar em exercício, o docente nomeado para cargo de provimento permanente ficará sujeito a estágio probatório por um período de trinta e seis meses, durante o qual sua aptidão, capacidade e compromisso com o projeto institucional serão objeto de avaliação para a permanência no cargo, com observância dos seguintes fatores: assiduidade; disciplina; iniciativa; produtividade e responsabilidade.

O acompanhamento das atividades do docente sob estágio probatório será realizado inicialmente pelo Diretor do Centro, pelo Coordenador da Área de Conhecimento e pelo Coordenador do Colegiado de Curso onde o docente ministra a maior quantidade de aulas/disciplinas e encaminhado em forma de relatório à Comissão de Estágio Probatório, tendo como base o seu plano de trabalho trienal, entregue no ato de sua nomeação e as complementações registradas semestralmente no Plano Individual de Trabalho do Docente.

Quatro meses antes do término do período probatório, a Comissão de Estágio submeterá à homologação do Reitor a avaliação de cinco semestres do desempenho do docente, que será completada no sexto semestre, ao término do estágio.

Será considerado inapto ou incapaz para o exercício do cargo permanente o docente que:

1. receber nota cinco ou inferior a cinco em dois fatores de julgamento em uma mesma avaliação;
2. receber nota cinco ou inferior a cinco em um mesmo fator de julgamento em três avaliações semestrais, consecutivas ou não.

3. receber nota cinco ou inferior a cinco em fatores diferenciados em todas as avaliações semestrais.

A progressão por desempenho acadêmico será feita após o cumprimento do interstício de dois anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de quatro anos de atividade em órgão público. A avaliação de desempenho mensura a produção acadêmica do docente (atividades de ensino, pesquisa e extensão), além da sua participação em atividades administrativas e da sua capacitação.

A progressão poderá ocorrer, exclusivamente, por titulação e desempenho acadêmico: de um nível para outro, imediatamente superior, dentro da mesma classe; e de uma para outra classe, exceto para a de Professor Titular.

A progressão dentro da mesma classe será feita após o cumprimento do interstício de dois anos no nível respectivo, mediante avaliação de desempenho, ou interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

A progressão de uma classe para outra prevista far-se-á sem interstício, por titulação ou mediante avaliação de desempenho acadêmico do docente que não obtiver a titulação necessária, mas que esteja, no mínimo, há dois anos no nível 4 da respectiva classe ou com interstício de quatro anos de atividade em órgão público.

Técnico-administrativo

O servidor em estágio probatório está sujeito à mesma metodologia de avaliação de desempenho para a progressão funcional por mérito a que estão submetidos os servidores efetivos.

Durante o período de estágio probatório, é realizado, semestralmente, pela PROGEP, em conjunto com servidor, o acompanhamento do seu desempenho. Nesta oportunidade, são apontadas as dificuldades encontradas pelo servidor e as possíveis alternativas para solucionar os obstáculos. É dada ciência ao respectivo chefe imediato dos resultados do acompanhamento realizado. O representante da PROGEP terá o papel de orientador, a fim de assegurar que o processo de avaliação seja realizado da forma correta, de modo a evitar prejuízos ao servidor estagiário decorrentes de condução indevida do processo de avaliação.

Quatro meses antes de findo o período do estágio probatório, a avaliação final, bem como as avaliações parciais e as fichas de acompanhamento são submetidas à Comissão Permanente de Estágio Probatório que analisa todo o processo, a fim de emitir parecer circunstanciado, sugerindo a efetivação do servidor ou a sua exoneração de ofício. Caberá ao Reitor da UFRB homologar o resultado da avaliação do estágio probatório com base no parecer supracitado.

Regulamentados pelas Portarias 277/2008 e 139/2009 (implantação), com a seguinte metodologia:

- i. Anualmente, no mês de *novembro*, as atividades e responsabilidades de cada servidor são pré-estabelecidas através do Plano Individual de Desempenho (PID) firmado entre o servidor e o seu chefe imediato, com a participação do cliente usuário. Esse Plano contém o registro das principais atividades e atribuições do servidor, a serem exercidas no período de novembro a outubro do ano seguinte, bem como as qualidades desejadas e as possíveis limitações para o seu bom desempenho. Em *outubro*, é realizada a avaliação relativamente ao desempenho planejado no PID.
- ii. O processo de avaliação se aplica aos servidores estáveis e em estágio probatório e consiste de quatro fases: auto-avaliação de desempenho, avaliação da chefia, auto-avaliação da equipe de trabalho e avaliação do cliente/usuário.
- iii. O Cliente/Usuário é indicado em comum acordo pela PROGEP e CIS, ouvido o servidor e, se necessário, seu chefe imediato.
- iv. O servidor que obtiver pontuação final igual ou superior a 5,1 (cinco vírgula um) será progredido no mês em que completar o interstício de dezoito meses, observadas as licenças e afastamentos previstos na Lei 8.112/90.

4.5. Capacitação dos servidores

Docente

A Resolução 03/09 estabelece como meta prioritária da UFRB a capacitação de seu pessoal docente no âmbito de uma política institucional que enfatize a qualificação e a atualização sistemática dos recursos humanos da Universidade para o exercício pleno e eficiente de suas atividades, nos seguintes níveis formativos:

- I - Pós-doutorado;
- II - Cursos de pós-graduação *Stricto Sensu* (Mestrado e Doutorado);
- III - Cursos de pós-graduação *Lato Sensu*;
- IV - Estágio, intercâmbio, aperfeiçoamento.

Foi constituída uma Comissão Permanente de Capacitação Docente, com a função de acompanhar e avaliar os Planos de Capacitação Docente dos Centros. Em nível de Administração Superior, o Programa será coordenado e supervisionado, em, pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e acompanhado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP).

Para a implementação da política de capacitação docente, levando em consideração o conjunto de atividades que realiza, cada Centro deverá elaborar um Plano de Capacitação Quinquenal, no qual devem constar as necessidades de qualificação dos seus docentes, em função das metas a serem atingidas com a capacitação docente, em relação ao ensino de graduação, programas de extensão, criação ou consolidação de grupos de pesquisa, implantação de novos programas de pós-graduação, desenvolvimento de novas áreas de concentração ou linhas de pesquisa em programas já existentes, mediante consultas às áreas do conhecimento.

Os Centros devem estimular a capacitação do seu quadro, preferencialmente em nível de Doutorado e devem priorizar, no que tange aos Cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a capacitação de docentes em início de carreira, observado o disposto no Art. 96-A da Lei 8112/90 e cujo regime de trabalho seja de Dedicção Exclusiva.

Para efeito de afastamento do docente para capacitação, o Centro deverá obedecer ao limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do total dos docentes nele lotados.

O acompanhamento do desempenho do docente afastado para capacitação, qualquer que seja ela, é de competência direta do Centro e da Comissão Permanente de Capacitação Docente, com registro na PRPPG.

Técnico-administrativo

O *Programa de Capacitação e Aperfeiçoamento (PROCAP)* da UFRB compreende o conjunto de ações e atividades de capacitação nas suas mais diversas formas, sejam de qualificação, inseridas na educação formal ou de aperfeiçoamento, desenvolvidas como atividades de educação continuada e terá por objetivos:

1. contribuir para o desenvolvimento do servidor, como profissional e cidadão;
2. capacitar o servidor para o desenvolvimento de ações de gestão pública; e
3. capacitar o servidor para o exercício de atividades de forma articulada com a função social da UFRB.

Será desenvolvido observando as seguintes linhas de atuação: iniciação ao serviço público; formação geral; educação formal; gestão; inter-relação entre ambientes organizacionais e específica

São consideradas atividades de capacitação/aperfeiçoamento: cursos presenciais e à distância, aprendizagem em serviço, grupos formais de estudos, estágios, palestras, seminários e congressos, que contribuam para o desenvolvimento do servidor e que atendam os interesses da Instituição.

O *PROCAP/UFRB* define e regulamenta como serão promovidas pela Universidade as ações de capacitação voltadas ao aperfeiçoamento e anualmente se estrutura no *Plano Anual de*

Aperfeiçoamento/Capacitação dos Técnico-Administrativos – PACAP. No entanto, algumas ações de capacitação voltadas para a qualificação dos servidores técnico-administrativos constituem projetos específicos que podem ter duração maior que um ano.

O *PROCAP* compreende o conjunto de ações e atividades de capacitação nas suas mais diversas formas, sejam de qualificação (inseridas na educação formal) ou de aperfeiçoamento (desenvolvidas como atividades de educação continuada). Seu desenvolvimento obedece as seguintes linhas de atuação:

- i. iniciação ao serviço público;
- ii. formação geral;
- iii. gestão;
- iv. inter - relação entre ambientes,
- v. formação específica; e
- vi. educação formal.

Deverá ser oferecida a todos os servidores a oportunidade de participar de atividade de capacitação que possa possibilitar a progressão por capacitação. Os servidores de nível superior serão estimulados a cursar pós-graduação e os de nível médio serão estimulados a cursar a graduação.

Cada projeto de criação de curso de pós-graduação *lato sensu* da UFRB deverá estabelecer uma reserva de, no mínimo, 10% das vagas, sem ônus, para o servidor técnico-administrativo, que se submeterá regularmente às normas e critérios de seleção estabelecidos nas Normas de Pós-Graduação da UFRB.

A UFRB no atual exercício desenvolve 18 ações de capacitação/aperfeiçoamento, contidas no PACAP/2009, devendo nos próximos cinco anos de vigência do PDI manter o desenvolvimento de pelo menos 50% dessas ações que visam especialmente a capacitação específica voltada ao desenvolvimento institucional, as outras ações devem se modificar a cada ano por ser resultado das necessidades de desenvolvimento dos servidores.

A Tabela 12 mostra a projeção da capacitação dos servidores técnico-administrativos para período de vigência do PDI (2010-2014).

Tabela 12. Projeção da capacitação e qualificação dos servidores técnico-administrativos da UFRB para o período 2009-2014.

Exercício	Servidores capacitados	Servidores qualificados
2009	170	00
2010	305	05
2011	350	30
2012	400	50
2013	450	80
2014	500	100

A Tabela 13 apresenta o posicionamento dos servidores técnico-administrativos ativos da UFRB quanto ao incentivo à qualificação em termos percentuais.

Algumas considerações:

- a) A projeção da Tabela 12 foi realizada tomando-se por base as capacitações/aperfeiçoamento e qualificações realizadas com recursos da UFRB.
- b) Em 2010 a Universidade deverá receber 150 servidores técnico-administrativo, quase dobrando seu quadro atual.
- c) O PROCAP/UFRB definiu que a Instituição deverá oferecer anualmente pelo menos uma oportunidade de participação em curso para cada servidor, porém considerando os afastamentos e pessoas que por estarem em final de carreira não desejam mais se capacitarem, consideramos 10% de perda ao longo do processo de capacitação.

Tabela 13. Posicionamento Atual dos servidores técnico-administrativos ativos da UFRB quanto ao incentivo à qualificação (%).

Número de Técnico-administrativos por % de Incentivo à Qualificação										
5%	8%	10%	15%	20%	25%	27%	30%	35%	52%	75%
4	0	15	8	3	0	34	0	0	6	0

Os servidores também foram agrupados em oito ambientes organizacionais, de acordo com a integração das atividades afins ou complementares, organizadas a partir das necessidades institucionais, visando orientar a política de desenvolvimento de pessoal. Os ambientes organizacionais estão definidos na Tabela 14.

Tabela 14. Ambientes organizacionais da UFRB.

Ambientes Organizacionais	Resumo dos Ambientes
Administrativo	Gestão administrativa e acadêmica envolvendo planejamento, execução e avaliação de projetos e atividades nas áreas de auditoria interna, , orçamento, finanças, material, patrimônio, arquivo, administração e desenvolvimento de pessoal, saúde do trabalhador, higiene e segurança no trabalho, assistência à comunidade interna, atendimento ao público e serviços de secretaria em unidades acadêmicas e administrativas
Infra - estrutura	Planejamento, execução e avaliação de projetos e atividades nas áreas de construção, manutenção, conservação e limpeza de prédios, veículos, máquinas, móveis, instrumentos, equipamentos, parques e jardins, segurança, transporte e confecção de roupas e uniformes.
Informação	Gestão do sistema de informações institucionais, envolvendo planejamento, execução, coordenação e avaliação de projetos e atividades nas áreas de microfilmagem, informatização, comunicação, biblioteconomia, museologia e arquivologia.
Artes, comunicação e difusão	Planejamento, elaboração, execução e controle das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, nos laboratórios, oficinas, teatros, galerias, museus, cinemas, editoras, gráficas, campos de experimento ou outras formas e espaços onde ocorram a produção e a transmissão do conhecimento no campo das artes, comunicação e difusão. Integram esse ambiente as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição forem consideradas necessárias ao cumprimento de seus objetivos: comunicação, artes, museologia, relações públicas, jornalismo, publicidade e propaganda, cinema, produção cultural, produção visual, mídia e ciências da informação.
Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas	Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, nos laboratórios, oficinas, campos de experimento ou outros espaços onde ocorram a produção e a transmissão do conhecimento no campo das Ciências Humanas, Jurídicas e Econômicas. Integram esse ambiente as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição forem consideradas necessárias ao cumprimento de seus objetivos: pedagogia, comunicação, serviço social, turismo, filosofia, ciências sociais, psicologia, letras, história, educação, relações internacionais e cooperativismo.
Agropecuário	Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, nos laboratórios, oficinas, fazenda-escola, campos de experimento ou outros espaços onde ocorram a produção e a transmissão do conhecimento no campo das Ciências Agropecuárias. Integram esse ambiente as seguintes áreas, além de outras que em cada Instituição forem consideradas necessárias ao cumprimento de seus objetivos: agronomia, engenharia florestal, medicina veterinária, recursos pesqueiros, engenharia da pesca, ciência e tecnologia dos alimentos, cooperativismo, zootecnia, vigilância, apicultura, zoologia, defesa fitossanitária, produção e manejo animal de pequeno, médio e grande porte, mecanização agrícola, parques e jardins, beneficiamento de recursos vegetais e horticultura.
Ciências Exatas e da Natureza	Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa e extensão e de apoio ao ensino em sala de aula, laboratórios, oficinas, campos de experimento ou outros espaços onde ocorram a produção e a transmissão do

	<p>conhecimento no campo das Ciências Exatas e da Natureza. Integram esse ambiente as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição forem consideradas necessárias ao cumprimento de seus objetivos: geologia, geociências, topografia, saneamento, química, física, matemática, probabilidade estatística, tecnologia da informação, astronomia e geociências.</p>
Ciências da Saúde	<p>Planejamento, execução e avaliação das atividades de pesquisa, extensão, assistência e de apoio ao ensino em sala de aula, laboratórios, áreas de processamento de refeições e alimentos, campos de experimento ou outros espaços onde ocorram a produção e a transmissão do conhecimento no campo das Ciências da Saúde. Integram esse ambiente as seguintes áreas, além de outras que em cada instituição forem consideradas necessárias ao cumprimento de seus objetivos: farmácia, nutrição, serviço social, ciências biomédicas, saúde coletiva, educação física, psicologia e medicina veterinária.</p>

5. Organização Administrativa

5.1. Estrutura Organizacional e Instâncias de Decisão

O Estatuto da UFRB, aprovado pela Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação (Parecer nº 278/2006 de 17/12/2006), pelo Ministério da Educação (Portaria nº 65 de 17/01/2007) e publicado no Diário Oficial da União de 19/01/2007 e o seu Regimento Geral, aprovado pelo Conselho Universitário, em 10 de janeiro de 2008, definem a estrutura organizacional e as instâncias de decisão da Instituição.

A estrutura organizacional da UFRB está definida nos artigos 18, 19 e 20 do seu Estatuto e compreende:

- I. Órgãos da Administração Superior;
- II. Órgãos da Administração Setorial; e
- III. Órgãos Complementares.

Assim estão distribuídos os oito órgãos:

I. Órgãos da Administração Superior:

1. Conselho Universitário;
2. Conselho Acadêmico
3. Conselho Curador
4. Reitoria

II. Órgãos da Administração Setorial:

5. Conselhos de Centros;
6. Centros;
7. Colegiados de Cursos;
8. Órgãos complementares.

O Estatuto e o Regimento Geral da UFRB, além de conterem as atribuições dos órgãos colegiados e executivos, asseguram a participação democrática e representativa de todos os segmentos da comunidade universitária (docentes, discentes e técnico-administrativos).

São órgãos deliberativos da UFRB na instância superior: o Conselho Universitário; o Conselho Acadêmico e o Conselho Curador. São órgãos deliberativos da UFRB na instância setorial: o Conselho Diretor de Centro.

A Reitoria é o único órgão executivo da UFRB na instância superior e tem a finalidade de administrar, coordenar, fiscalizar e superintender todas as suas atividades. A Reitoria compreende:

- i. Gabinete do Reitor;
- ii. Pró-Reitorias;
- iii. Superintendências;
- iv. Assessorias Especiais;
- v. Órgãos Administrativos

São órgãos executivos da UFRB na instância setorial: a Diretoria dos Centros de Ensino e as Coordenações dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

A Diretoria dos Centros de Ensino é órgão executivo com a finalidade de administrar, coordenar, fiscalizar e superintender todas as atividades e da unidade. O Diretor é auxiliado pelo Vice-Diretor e assessorado por uma Coordenação de Gestão Acadêmica e uma Gerência Técnica Administrativa.

Os Centros para assegurarem a oferta do ensino, a realização de atividades de pesquisa e extensão e preservação dos bens culturais, poderão, de acordo com suas especificidades, submeter ao Conselho Universitário proposta de criação de *Órgãos Complementares*

A estrutura organizacional atual da UFRB, conforme Portaria UFRB nº537/2008, é como segue:

<i>Código</i>	<i>Denominação</i>	<i>Função</i>	<i>Subordinação Hierárquica</i>
1	Conselho Universitário		
2	Conselho Curador		
3	Conselho Acadêmico		
4	Reitoria	CD-0001	
5	Gabinete do Reitor		Reitoria
6	Chefia do Gabinete	CD-0003	Reitoria
7	Assessoria do Gabinete do Reitor	FG-0001	Gabinete do Reitor
8	Secretaria da Reitoria	FG-0001	Gabinete do Reitor
9	Serviço de Recepção do Gabinete do Reitor	FG-0004	Gabinete do Reitor
10	Secretaria Geral do Gabinete do Reitor	FG-0001	Gabinete do Reitor
11	Assistente da Secretaria Geral do Gabinete do Reitor	FG-0004	Secretaria Geral do Gabinete do Reitor
12	Serviço de Protocolo do Gabinete do Reitor	FG-0004	Gabinete do Reitor
13	Secretaria dos Órgãos Colegiados	FG-0001	Gabinete do Reitor

14	Comissão Permanente de Pessoal Docente	-	Reitoria
15	Secretaria da Comissão Permanente de Pessoal Docente	FG-0001	Gabinete do Reitor
16	Comissão Interna de Supervisão/PCCTAE	-	Reitoria
17	Coordenação do Observatório do Ensino Superior da UFRB	FG-0001	Reitoria
18	Procuradoria Jurídica	CD-0003	Reitoria
19	Auditoria Interna	CD-0004	Reitoria
20	Assessoria de Comunicação	CD-0004	Reitoria
21	Núcleo de Gestão de Tecnologia da Informação	FG-0001	Assessoria de Comunicação
22	Núcleo de Audiovisual	FG-0001	Assessoria de Comunicação
23	Assessoria para Assuntos Internacionais	CD-0004	Reitoria
24	Assessoria Para Parcerias Institucionais	CD-0004	Reitoria
25	Assessoria Especial Para a Área Acadêmica	CD-0004	Reitoria
26	Assessoria Especial Para Desenvolvimento de Pessoal	CD-0003	Reitoria
27	Assessoria Especial para Área de Saúde	CD-0004	Reitoria
28	Núcleo Especial para Implantação da Área de Saúde	FG-0001	Assessoria Especial da Área de Saúde
29	Assessoria Especial para Projetos Estratégicos	CD-0003	Reitoria
30	Núcleo de Implantação de Projetos Estratégicos	FG-0001	Assessoria Especial para Projetos Estratégicos
31	Núcleo de Projetos Especiais	FG-0001	Assessoria Especial para Projetos Estratégicos
32	Núcleo de Regularização Fundiária	FG-0001	Assessoria Especial para Projetos Estratégicos
33	Assessoria Jurídica	CD-0004	Reitoria
34	Assessoria de Planejamento Territorial de Cruz das Almas	CD-0004	Reitoria
35	Núcleo de Implantação da UFRB nos Campi 1	FG-0001	Reitoria
36	Núcleo de Implantação da UFRB nos Campi 2	FG-0001	Reitoria
37	Núcleo de Implantação da UFRB nos Campi 3	FG-0001	Reitoria
38	Núcleo de Implantação da UFRB nos Campi 4	FG-0001	Reitoria
39	Superintendência de Planejamento e Implantação do Espaço Físico	CD-0003	Reitoria
40	Secretaria de Apoio Administrativo da SIMPESF	FG-0004	Superintendência de Planejamento e Implantação do Espaço Físico
41	Núcleo de Fiscalização e Acompanhamento de Obras	FG-0001	Superintendência de Planejamento e Implantação do Espaço Físico
42	Núcleo de Estudos e Projetos	FG-0001	Superintendência de Planejamento e Implantação do Espaço Físico
43	Núcleo de Documentação e Avaliação Econômica	FG-0001	Superintendência de Planejamento e Implantação do Espaço Físico
44	Núcleo de Urbanização e Meio Ambiente	FG-0001	Superintendência de Planejamento e Implantação do Espaço Físico
45	Recôncavo da Bahia	CD-0004	Reitoria
46	Assessoria para o Desenvolvimento de Programas Culturais	CD-0004	Superintendência de Programas Culturais e Desenvolvimento do Recôncavo da Bahia
47	Núcleo de Cultura	FG-0001	Superintendência de Programas Culturais e Desenvolvimento do Recôncavo da Bahia
48	Núcleo de Estudos sobre o Recôncavo	FG-0001	Superintendência de Programas Culturais e Desenvolvimento do Recôncavo da Bahia
49	Vice-Reitoria	CD-0002	Reitoria
50	Assessoria da Vice-Reitoria	CD-0003	Vice-Reitoria
51	Secretaria de Apoio Administrativo	FG-0001	Vice-Reitoria
52	Assistente da Secretaria de Apoio Administrativo	FG-0004	Secretaria de Apoio Administrativo
53	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP)	CD-0002	Reitoria
54	Secretaria de Apoio Administrativo da PROGEP	FG-0004	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP)

55	Coordenadoria de Administração de Pessoal	CD-0004	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP)
56	Núcleo de Gestão de Admissão e Desligamento	FG-0001	Coordenadoria de Administração de Pessoal
57	Núcleo de Gestão de Controle e Acompanhamento de Ativos	FG-0001	Coordenadoria de Administração de Pessoal
58	Núcleo de Gestão de Aposentadoria e Pensão	FG-0001	Coordenadoria de Administração de Pessoal
59	Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal	CD-0004	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal (PROGEP)
60	Núcleo de Gestão de Aprimoramento	FG-0001	Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal
61	Núcleo de Gestão de Desempenho	FG-0001	Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal
62	Núcleo de Gestão de Seleção e Ingresso	FG-0001	Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoal
63	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)	CD-0002	Reitoria
	Assessoria Especial Para Assuntos Administrativos e Financeiro-		
64	Contábeis	CD-0004	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
65	Secretaria Especial de Apoio Administrativo da PROAD	FG-0001	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
66	Coordenadoria de Contratos e Convênios	CD-0004	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
65	Secretaria Especial de Apoio Administrativo da PROAD	FG-0001	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
66	Coordenadoria de Contratos e Convênios	CD-0004	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
67	Núcleo de Gestão de Convênios	FG-0001	Coordenadoria de Contratos e Convênios
68	Núcleo de Gestão de Contratos	FG-0001	Coordenadoria de Contratos e Convênios
69	Coordenadoria de Logística	CD-0004	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
70	Núcleo de Gestão de Pavilhão de Aulas	FG-0001	Coordenadoria de Logística
71	Núcleo de Gestão de Serviços de Transportes	FG-0001	Coordenadoria de Logística
72	Núcleo de Gestão de Serviços de Segurança	FG-0001	Coordenadoria de Logística
73	Núcleo de Gestão de Manutenção	FG-0001	Coordenadoria de Logística
74	Coordenadoria de Material e Patrimônio	CD-0004	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
75	Núcleo de Gestão de Almoxarifado	FG-0001	Coordenadoria de Material e Patrimônio
76	Núcleo de Gestão de Patrimônio	FG-0001	Coordenadoria de Material e Patrimônio
77	Coordenadoria de Licitação e Compras	CD-0004	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
78	Núcleo de Gestão de Licitação	FG-0001	Coordenadoria de Licitação e Compras
79	Núcleo de Gestão de Compras	FG-0001	Coordenadoria de Licitação e Compras
80	Coordenadoria Financeira	CD-0004	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
81	Núcleo de Gestão Financeira	FG-0001	Coordenadoria Financeira
82	Coordenadoria Contábil	CD-0004	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
83	Núcleo de Gestão Contábil	FG-0001	Coordenadoria Contábil
84	Coordenadoria de Informação e Documentação	CD-0004	Pró-Reitoria de Administração (PROAD)
85	Coordenação da Biblioteca Central	FG-0001	Coordenadoria de Informação e Documentação
86	Núcleo de Gestão de Processamento Técnico	FG-0002	Coordenação da Biblioteca Central
87	Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)	CD-0002	Reitoria
88	Secretaria de Apoio Administrativo da PROPLAN	FG-0004	Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)
89	Coordenadoria de Orçamento e Custos	CD-0004	Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)
90	Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional	CD-0004	Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)
91	Núcleo de Desenvolvimento e Gestão da Avaliação Institucional	FG-0001	Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional
92	Núcleo de Estatísticas	FG-0001	Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional
94	Núcleo de Acompanhamento de Programas e Projetos	FG-0004	Coordenadoria de Desenvolvimento Institucional
95	Coordenadoria de Tecnologia da Informação	CD-0004	Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN)
96	Núcleo de Gestão de Atendimento	FG-0004	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
97	Núcleo de Gestão de Desenvolvimento	FG-0004	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
98	Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)	CD-0002	Reitoria
99	Secretaria de Apoio Administrativo da PROGRAD	FG-0004	Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)
100	Coordenadoria de Registros Acadêmicos	CD-0004	Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)
101	Núcleo de Gestão de Expedição de Documentação	FG-0001	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
102	Núcleo de Gestão de Registro	FG-0001	Coordenadoria de Registros Acadêmicos

103	Núcleo de Gestão de Arquivo e Atendimento	FG-0001	Coordenadoria de Registros Acadêmicos
104	Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica	CD-0004	Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)
105	Núcleo de Gestão Acadêmica	FG-0001	Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica
106	Núcleo de Gestão de Programa de Bolsas e Projetos Especiais	FG-0001	Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica
107	Núcleo de Gestão de Ensino à Distância e Cursos Sequenciais	FG-0001	Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica
108	Núcleo de Gestão de Integração Acadêmica	FG-0001	Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica
109	Núcleo de Gestão de Processo Seletivo	FG-0001	Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica
110	Coordenadoria de Políticas e Planejamento Estratégico do Ensino de Graduação	CD-0004	Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)
111	Núcleo de Gestão de Legislação e Normas	FG-0001	Coordenadoria de Políticas e Planejamento Estratégico do Ensino de Graduação
112	Núcleo de Gestão de Comunicação e Dados	FG-0004	Coordenadoria de Políticas e Planejamento Estratégico do Ensino de Graduação
113	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)	CD-0002	Reitoria
114	Secretaria de Apoio Administrativo da PRPPG	FG-0004	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
115	Assessoria da PRPPG	FG-0001	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
116	Núcleo de Gestão Financeira	FG-0001	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
117	Núcleo de Gestão da Informação	FG-0001	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
118	Núcleo de Integração Acadêmica	FG-0001	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
119	Coordenadoria de Ensino de Pós-Graduação	CD-0004	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
120	Núcleo de Gestão de Programas Lato e Strictu Sensu	FG-0001	Coordenadoria de Ensino de Pós-Graduação
121	Coordenadoria de Pesquisa	CD-0004	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
122	Núcleo de Gestão de Programas de Cooperação Institucional	FG-0001	Coordenadoria de Pesquisa
123	Núcleo de Gestão de Grupos de Projetos de Pesquisa	FG-0001	Coordenadoria de Pesquisa
124	Núcleo de Inovação Tecnológica	FG-0001	Coordenadoria de Pesquisa
125	Núcleo de Propriedade Intelectual	FG-0002	Núcleo de Inovação Tecnológica
126	Coordenadoria de Iniciação Científica e Tecnológica	CD-0004	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG)
127	Núcleo de Gestão de Iniciação Científica e Tecnológica	FG-0001	Coordenadoria de Iniciação Científica e Tecnológica
128	Núcleo de Gestão do PIBIC	FG-0004	Núcleo de Gestão de Iniciação Científica e Tecnológica
129	Núcleo de Gestão de PIBIT	FG-0004	Núcleo de Gestão de Iniciação Científica e Tecnológica
130	Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)	CD-0002	Reitoria
131	Núcleo de Gestão de Recursos e Informação da PROEXT	FG-0001	Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)
132	Secretaria de Apoio Administrativo da PROEXT	FG-0004	Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)
133	Núcleo de Gestão de Eventos de Extensão	FG-0001	Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT)

134	Coordenadoria de Extensão em Cultura e Educação	CD-0004	Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) Coordenadoria de Extensão em Cultura e
135	Núcleo de Gestão de Extensão em Educação e Direitos Humanos	FG-0001	Educação Coordenadoria de Extensão em Cultura e
136	Núcleo de Gestão de Extensão em Cultura e Comunicação	FG-0001	Educação Coordenadoria de Extensão em Cultura e
137	Núcleo de Gestão do Memorial do Ensino Superior Agrícola	FG-0002	Educação
138	Coordenadoria de Tecnologia para a Inclusão Social	CD-0004	Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) Coordenadoria de Tecnologia para a Inclusão
139	Núcleo de Gestão de Extensão em Saúde e Meio Ambiente	FG-0001	Social Coordenadoria de Tecnologia para a Inclusão
140	Núcleo de Gestão de Extensão em Tecnologia Social	FG-0001	Social Coordenadoria de Tecnologia para a Inclusão
141	Núcleo de Gestão de Extensão em Trabalho e Economia Solidária	FG-0001	Social
142	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE)	CD-0002	Reitoria
143	Secretaria de Apoio Administrativo da PROPAAE	FG-0004	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE)
144	Núcleo de Gestão da PROPAAE no Campus de Cruz das Almas	FG-0001	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE)
145	Núcleo de Gestão da PROPAAE no Campus de Cachoeira	FG-0001	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE)
146	Núcleo de Gestão da PROPAAE no Campus de Amargosa	FG-0001	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE)
147	Núcleo de Gestão da PROPAAE no Campus de Santo Antônio de Jesus	FG-0001	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE)
148	Coordenadoria de Assuntos Estudantis	CD-0004	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE)
149	Núcleo de Gestão de Apoio Psico-social	FG-0001	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
150	Coordenação de Gestão de Infraestrutura Física e Apoio ao Estudante	FG-0001	Coordenadoria de Assuntos Estudantis Coordenação de Gestão de Infraestrutura Física e
151	Núcleo de Gestão de Infraestrutura dos Restaurantes Universitários	FG-0001	Apoio ao Estudante Coordenação de Gestão de Infraestrutura Física e
152	Núcleo de Gestão de Infraestrutura das Residências	FG-0004	Apoio ao Estudante
153	Núcleo de Apoio ao Desenvolvimento Sócio-Cultural	FG-0004	Coordenadoria de Assuntos Estudantis
154	Núcleo de Apoio Pedagógico	FG-0001	Coordenadoria de Assuntos Estudantis Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos
155	Coordenadoria de Políticas Afirmativas	CD-0004	Estudantis (PROPAAE)
156	Núcleo de Diversidade, Educação e Cultura	FG-0004	Coordenadoria de Políticas Afirmativas
157	Núcleo de Políticas de Ingresso e Ações Afirmativas	FG-0001	Coordenadoria de Políticas Afirmativas
158	Núcleo de Políticas de Permanência e Pós-Permanência e Ações Afirmativas	FG-0001	Coordenadoria de Políticas Afirmativas
159	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)	CD-0004	Reitoria
<u>160</u>	Assessoria do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas	CD-0004	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
161	Colegiado do Curso de Graduação em Engenharia Agrônoma	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
162	Colegiado do Curso de Graduação em Engenharia Florestal	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e

			Biológicas (CCAAB)
163	Colegiado do Curso de Graduação em Engenharia de Pesca	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
164	Colegiado do Curso de Graduação em Zootecnia	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
165	Colegiado do Curso de Graduação em Biologia	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
166	Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Agrárias	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
167	Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Microbiologia Agrícola	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
168	Colegiado do Curso de Graduação em Medicina Veterinária	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
169	Colegiado do Curso de Graduação em Tecnologia em Gestão de Cooperativas	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (C)
170	Colegiado do Curso de Mestrado em Ciência Animal	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
171	Colegiado do Curso de Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
172	Gerência Técnica Administrativa	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
173	Núcleo de Apoio Acadêmico	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
174	Núcleo de Apoio Administrativo	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
175	Núcleo de Apoio Técnico Específico	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
176	Coordenação de Gestão Acadêmica	-	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
177	Núcleo de Gestão de Atividades de Ensino	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
178	Núcleo de Gestão de Atividades de Pesquisa	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
179	Núcleo de Gestão de Atividades de Extensão	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
180	Gerência Especial de Infraestrutura	FG-0001	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (CCAAB)
181	Núcleo de Gestão Zootécnica	FG-0001	Gerência Especial de Infraestrutura
182	Núcleo de Gestão Agrícola	FG-0001	Gerência Especial de Infraestrutura
183	Núcleo de Gestão Florestal	FG-0001	Gerência Especial de Infraestrutura
184	Núcleo de Apoio Especial à Infraestrutura	FG-0004	Gerência Especial de Infraestrutura
185	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)	CD-0004	Reitoria
186	Assessoria do Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	CD-0004	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)
187	Colegiado do Curso de Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental	FG-0001	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)
188	Gerência Técnica Administrativa	FG-0001	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)
189	Núcleo de Apoio Acadêmico	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
190	Núcleo de Apoio Administrativo	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
191	Núcleo de Apoio Técnico Específico	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
192	Coordenação de Gestão Acadêmica	-	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)

193	Núcleo de Gestão Atividades Ensino	FG-0001	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)
194	Núcleo de Gestão Atividades de Pesquisa	FG-0001	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)
195	Núcleo de Gestão de Atividades de Extensão	FG-0001	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)
196	Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	FG-0001	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas (CETEC)
197	Centro de Ciências da Saúde (CCS)	CD-0004	Reitoria
198	Assessoria do Centro de Ciências da Saúde	CD-0004	Centro de Ciências da Saúde (CCS)
199	Colegiado do Curso de Graduação em Psicologia	FG-0001	Centro de Ciências da Saúde (CCS)
200	Colegiado do Curso de Graduação em Nutrição	FG-0001	Centro de Ciências da Saúde (CCS)
201	Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem	FG-0001	Centro de Ciências da Saúde (CCS)
202	Núcleo Interdisciplinar de Meio Sócio-Ambiental, Cultura, Saúde, Educação e Desenvolvimento Tecnológico	FG-0001	Centro de Ciências da Saúde (CCS)
203	Gerência Técnica Administrativa	FG-0001	Centro de Ciências da Saúde (CCS)
204	Núcleo de Apoio Acadêmico	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
205	Núcleo de Apoio Administrativo	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
206	Núcleo de Apoio Técnico Específico	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
207	Núcleo de Biblioteca Setorial	FG-0002	Gerência Técnica Administrativa
208	Coordenação de Gestão Acadêmica	-	Centro de Ciências da Saúde (CCS)
209	Núcleo de Gestão de Atividades de Ensino	FG-0001	Centro de Ciências da Saúde (CCS)
210	Núcleo de Gestão de Atividades de Pesquisa	FG-0001	Centro de Ciências da Saúde (CCS)
211	Núcleo de Gestão de Atividades de Extensão	FG-0001	Centro de Ciências da Saúde (CCS)
212	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)	CD-0004	Reitoria
213	Assessoria do Centro de Artes Humanidades e Letras	CD-0004	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
214	Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Sociais	FG-0001	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
215	Colegiado do Curso de Graduação em Cinema e Audiovisual	FG-0001	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
216	Colegiado do Curso de Graduação em Serviço Social	FG-0001	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
217	Colegiado do Curso de Graduação em História	FG-0001	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
218	Colegiado do Curso de Graduação em Museologia	FG-0001	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
219	Colegiado do Curso de Graduação em Comunicação	FG-0001	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
220	Gerência Técnica Administrativa	FG-0001	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
221	Núcleo de Apoio Acadêmico	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
222	Núcleo de Apoio Administrativo	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
223	Núcleo de Apoio Técnico Específico	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
224	Núcleo de Biblioteca Setorial	FG-0002	Gerência Técnica Administrativa
225	Coordenação de Gestão Acadêmica	-	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
226	Núcleo de Gestão de Atividades de Ensino	FG-0001	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
227	Núcleo de Gestão de Atividades de Pesquisa	FG-0001	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
228	Núcleo de Gestão de Atividades de Extensão	FG-0001	Centro de Artes Humanidades e Letras (CAHL)
229	Centro de Formação de Professores (CFP)	CD-0004	Reitoria
230	Assessoria do Centro de Formação de Professores	CD-0004	Centro de Formação de Professores (CFP)
231	Colegiado do Curso de Graduação em Pedagogia	FG-0001	Centro de Formação de Professores (CFP)
232	Colegiado do Curso de Graduação em Licenciatura em Física	FG-0001	Centro de Formação de Professores (CFP)
233	Colegiado do Curso de Graduação em Licenciatura em Matemática	FG-0001	Centro de Formação de Professores (CFP)
234	Colegiado do Curso de Graduação em Filosofia	FG-0001	Centro de Formação de Professores (CFP)
235	Gerência Técnica Administrativa	FG-0001	Centro de Formação de Professores (CFP)
236	Núcleo de Apoio Acadêmico	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
237	Núcleo de Apoio Administrativo	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa

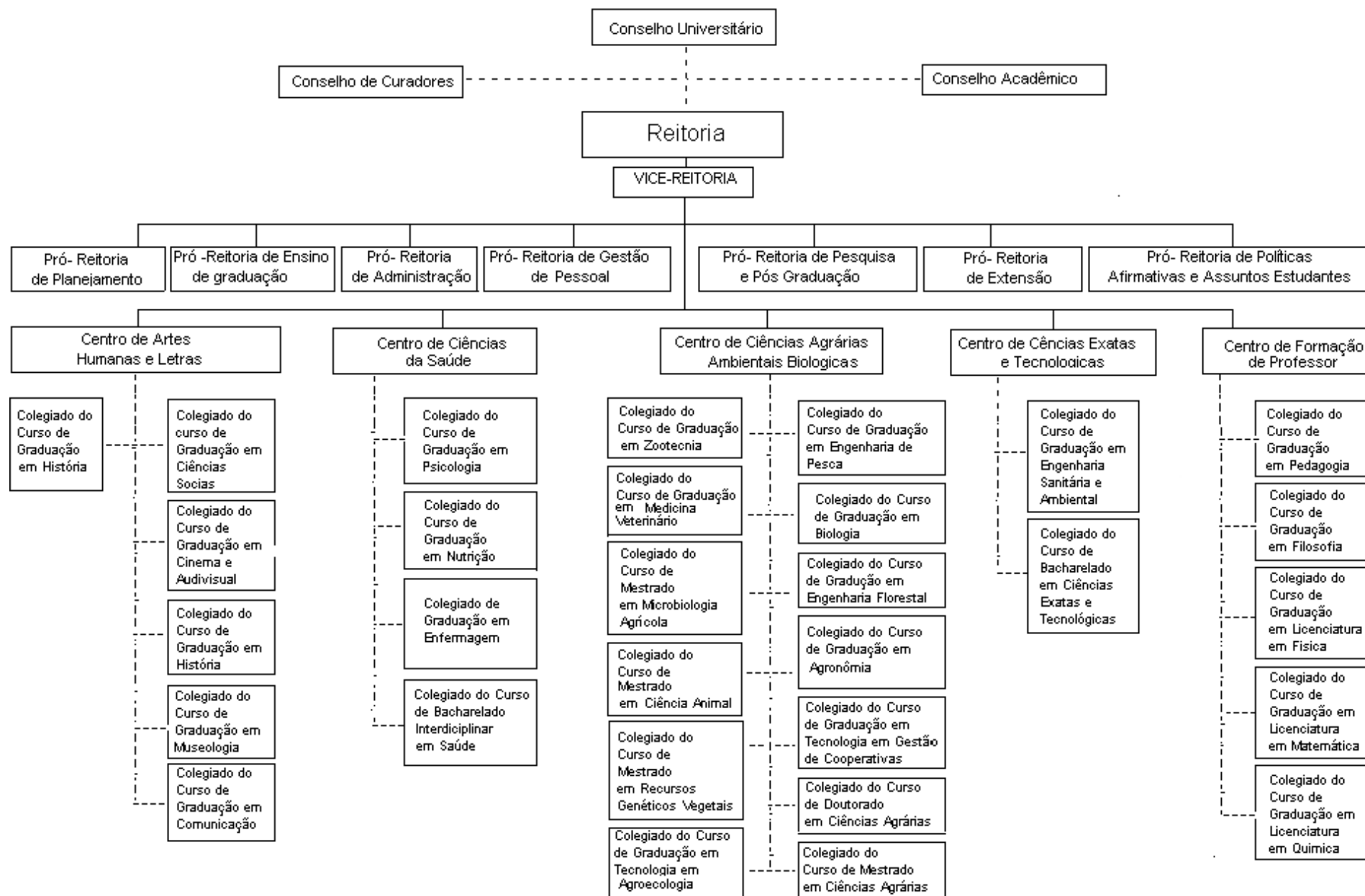
238	Núcleo de Apoio Técnico Específico	FG-0004	Gerência Técnica Administrativa
239	Núcleo de Biblioteca Setorial	FG-0002	Gerência Técnica Administrativa
240	Coordenação de Gestão Acadêmica	-	Centro de Formação de Professores (CFP)
241	Núcleo de Gestão de Atividades de Ensino	FG-0001	Centro de Formação de Professores (CFP)
242	Núcleo de Gestão de Atividades de Pesquisa	FG-0001	Centro de Formação de Professores (CFP)
243	Núcleo de Gestão de Atividades de Extensão	FG-0001	Centro de Formação de Professores (CFP)

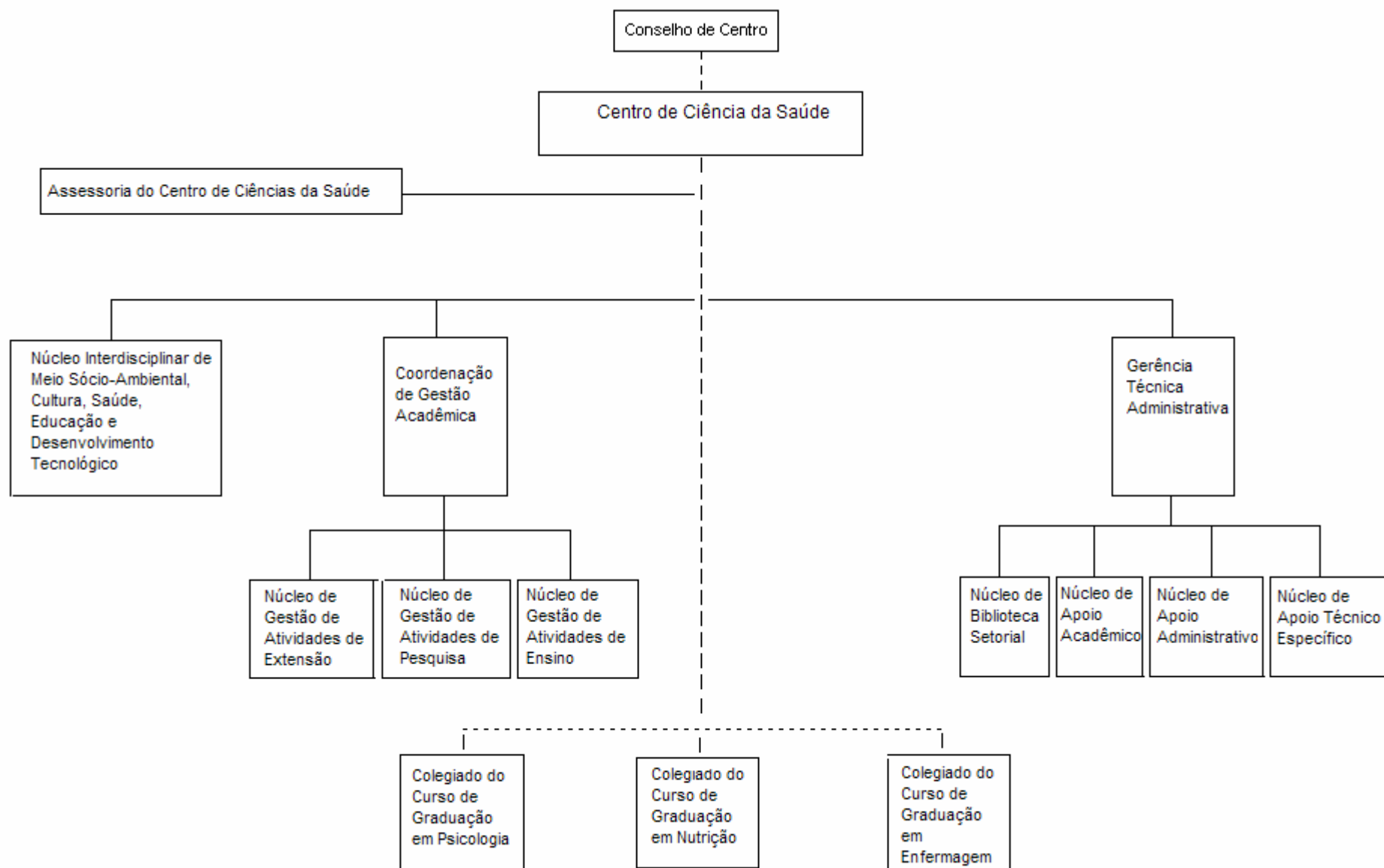
5.2. Organograma Institucional e Acadêmico

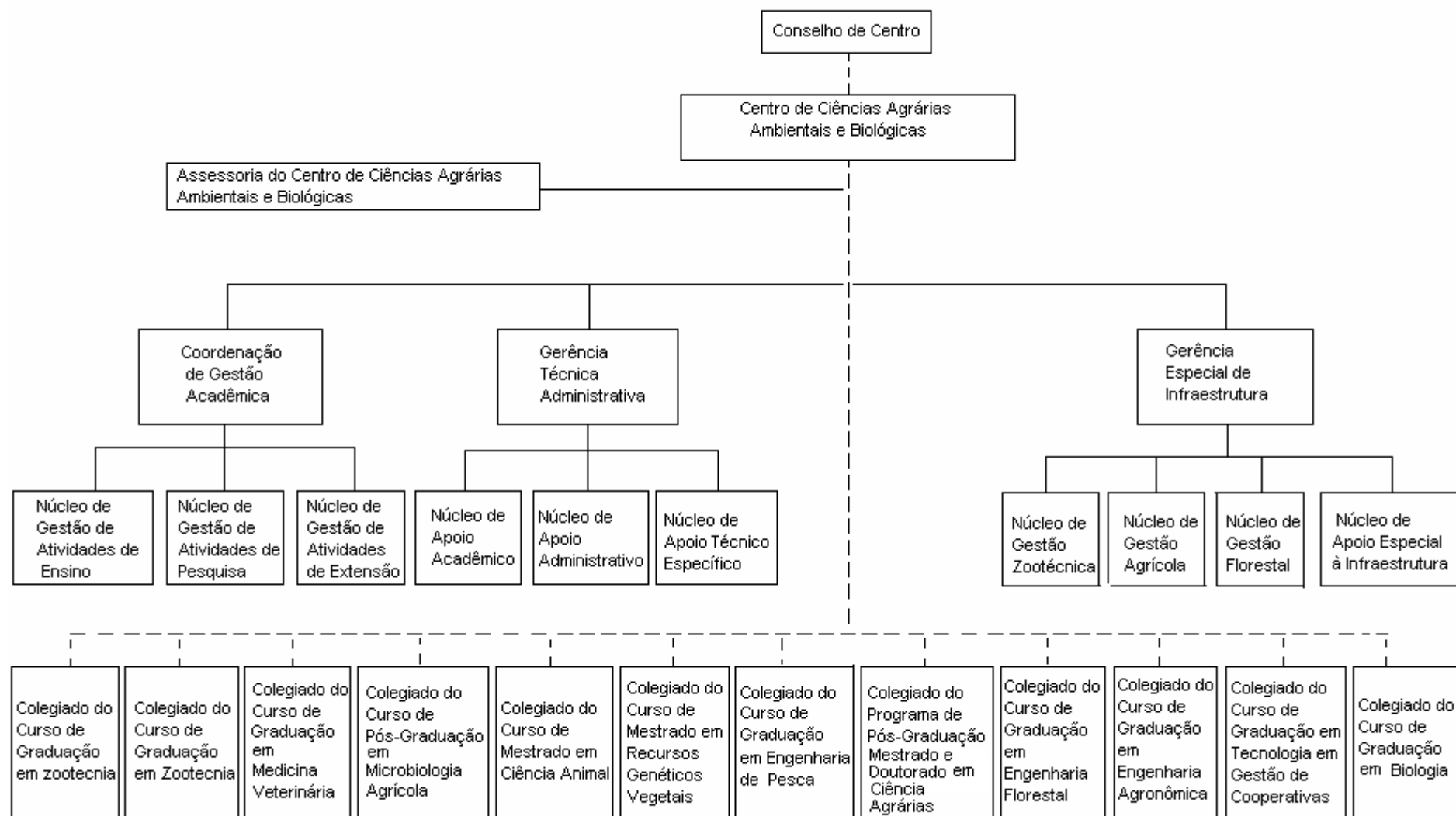
O organograma institucional e acadêmico da UFRB (Figura 1) ilustra a sua estrutura hierárquica, observe que os órgãos executivos (linhas cheias) estão subordinados aos órgãos colegiados (linhas tracejadas).

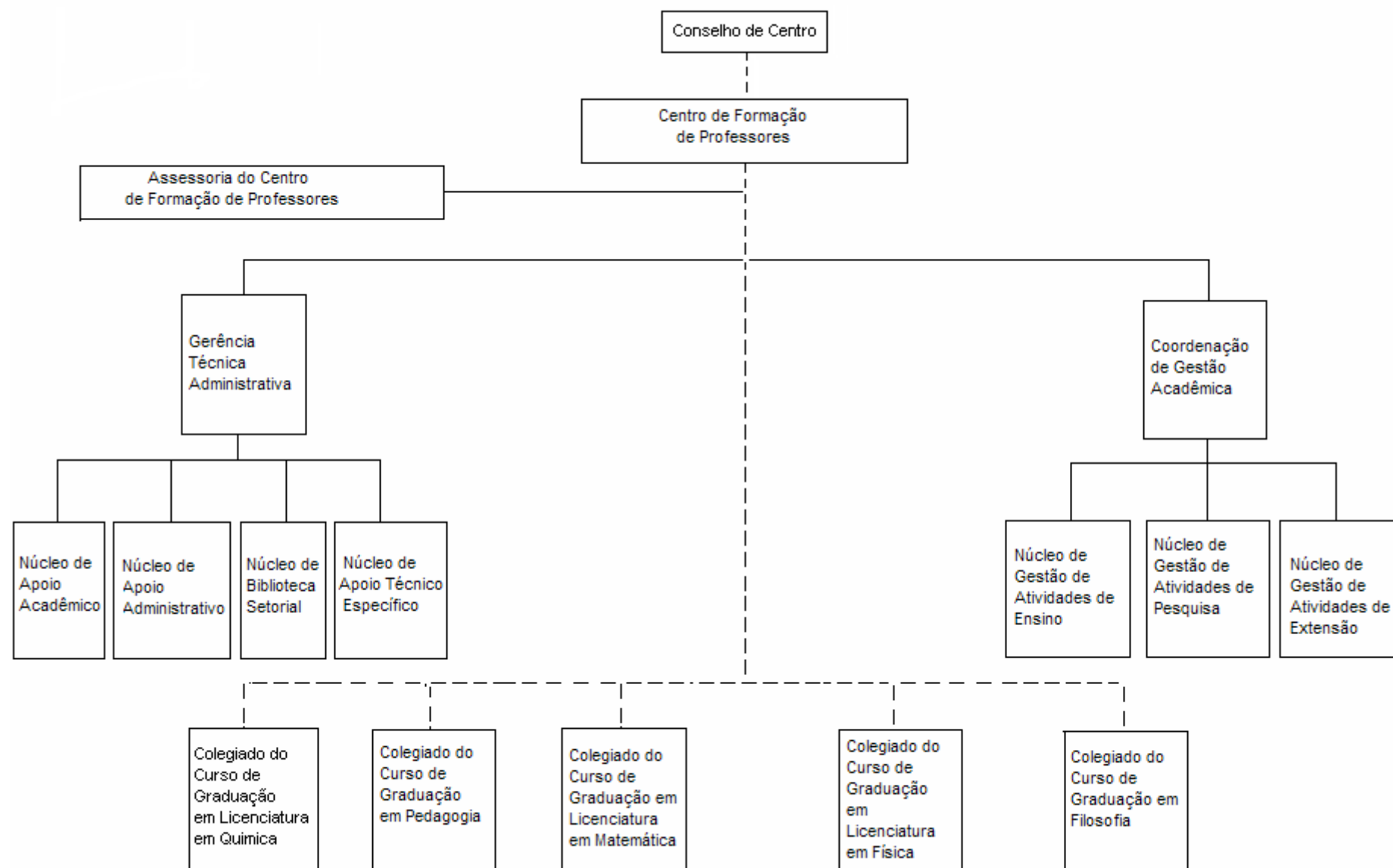
De acordo com o organograma institucional dos Centros (Figuras 2, 3, 4 e 5) pode ser verificado que a Direção dos Centros está interligada à Coordenação de Gestão Acadêmica (Núcleo de Gestão de Atividades Ensino, Núcleo de Gestão de Atividades Pesquisa, Núcleo de Gestão de Atividades de Extensão) e à Gerência Técnica Administrativa, cujos objetivos são, respectivamente, acompanhar, apoiar e subsidiar o diretor do Centro na oferta de cursos, na realização das pesquisas e das atividades de extensão. Além disto, a Coordenação de Gestão Acadêmica dá o suporte pedagógico e administrativo aos Colegiados de Curso.

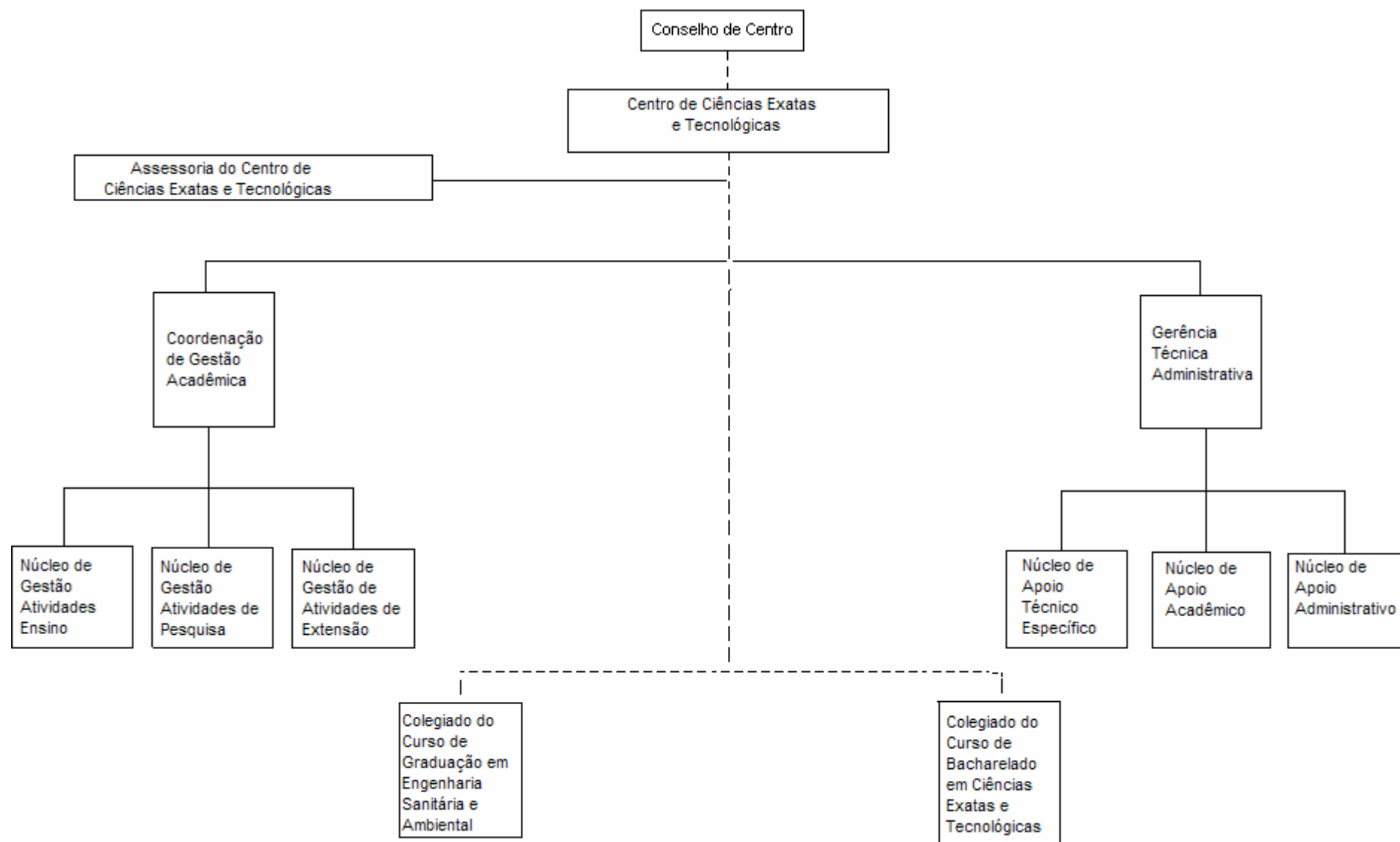
Ressalta-se, ainda, que em cada instância deliberativa há a participação de representantes estudantis.

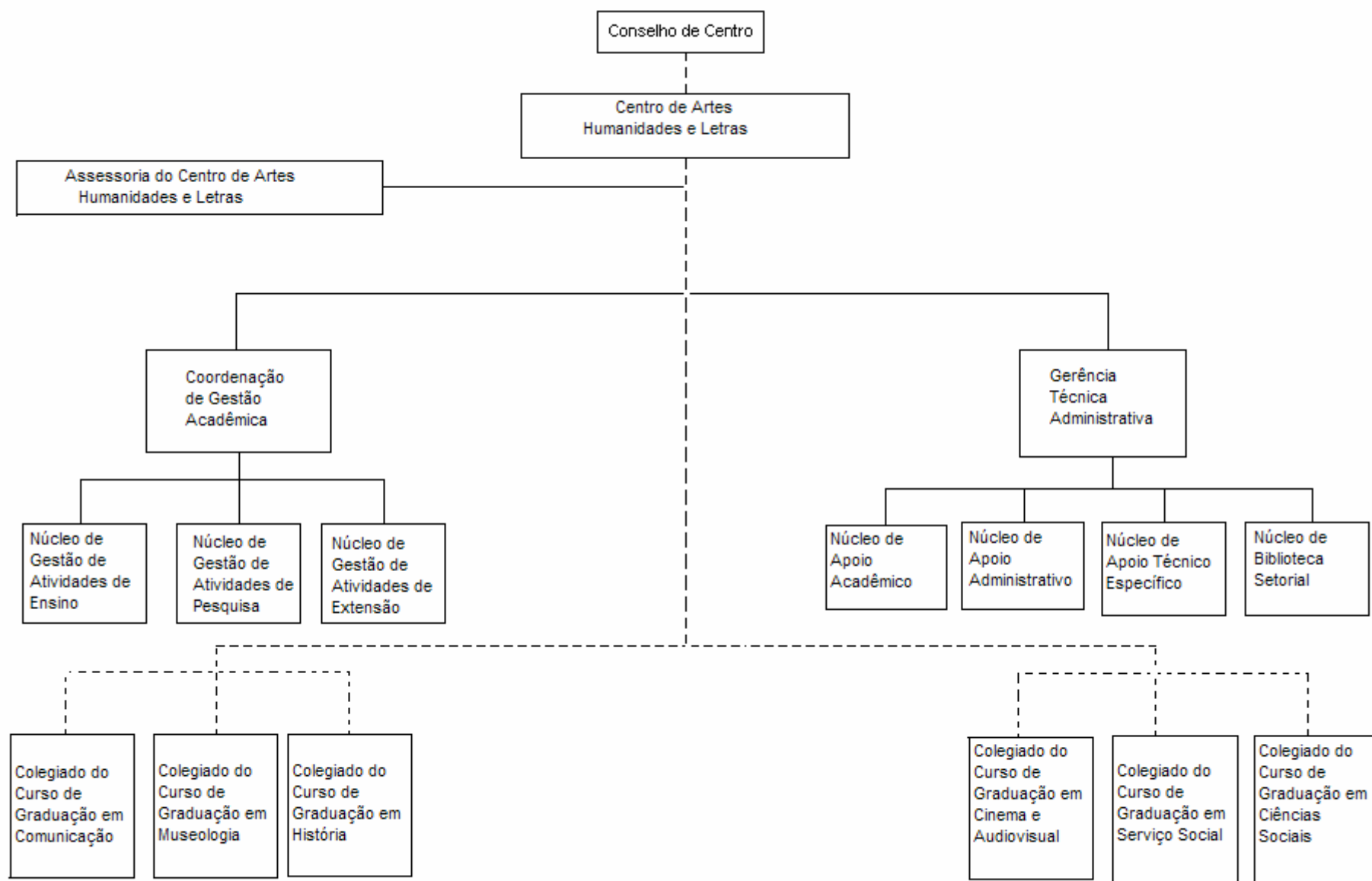












5.3. Competências e composição dos órgãos colegiados

- Conselho Universitário - CONSUNI

É a instância máxima da UFRB como órgão doutrinário, consultivo, normativo e deliberativo. Apresenta as seguintes competências:

- ✓ aprova as políticas gerais da Universidade;
- ✓ aprova as diretrizes orçamentárias e o planejamento global;
- ✓ delibera sobre a criação, modificação e extinção de órgãos universitários;
- ✓ fixa normas gerais a que se devam submeter os Centros e demais órgãos, ressalvadas as competências do Conselho Acadêmico;
- ✓ avalia o desempenho dos órgãos e serviços da Instituição;
- ✓ aprova a variação patrimonial, aquisição, construção, alienação de bens patrimoniais;
- ✓ delibera sobre política patrimonial e urbanística dos *campi*;
- ✓ elege, na última reunião ordinária do ano, dentre os seus membros docentes, dirigentes dos Centros, o Substituto Eventual do Vice-Reitor;
- ✓ elege, entre seus membros docentes, dirigentes dos Centros, os seus representantes no Conselho Curador, com os respectivos suplentes;
- ✓ escolhe, com mandatos de dois anos, os representantes da comunidade no Conselho Universitário;
- ✓ elabora e modifica o Estatuto e Regimento Geral da Universidade, ouvidas as Câmaras, nos assuntos de suas competências;
- ✓ elabora, modifica e aprova o seu próprio Regimento;
- ✓ aprova os Regimentos da Reitoria, de cada um dos Centros e dos demais órgãos, bem como as modificações propostas;
- ✓ julga os recursos interpostos das decisões do Reitor, do Conselho Acadêmico e dos Centros, inclusive no tocante a concurso público;
- ✓ aprova a concessão de títulos e dignidades universitárias;
- ✓ aprova as diretrizes relativas à retribuição de serviços cobrados pela Universidade;
- ✓ aprova políticas de pessoal e modernização administrativa;

- ✓ aprova o quadro de pessoal técnico-administrativo;
- ✓ aprova o regulamento do pessoal da Universidade;
- ✓ delibera sobre a aceitação de doações e legados que criem encargos financeiros para a Universidade; e
- ✓ decide sobre matéria omissa no Estatuto e nos diversos Regimentos da UFRB.

O Conselho Universitário tem a seguinte composição:

- Reitor (presidente);
- Vice-Reitor;
- Pró-Reitores ou seus suplentes;
- Presidentes das Câmaras de Graduação; de Pesquisa e Pós-Graduação; de Extensão; de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis;
- Diretores dos Centros;
- representação estudantil, na forma da Lei;
- dois representantes dos servidores técnico-administrativos
- dois representantes do corpo docente
- quatro representantes da comunidade externa à Universidade (um representante da comunidade científico-tecnológica; um representante das classes empresariais; um representante das classes trabalhadoras; um representante das municipalidades que contem com unidade da UFRB)

Os membros eleitos para o Conselho Universitário têm os respectivos suplentes, também eleitos, que os substituem em caso de ausência e impedimento. Os representantes do Corpo Discente são eleitos por seus pares, com mandato de um ano, sendo permitida uma recondução.

Os representantes dos servidores docentes e dos servidores técnico-administrativos são eleitos por seus pares, em pleito presidido pelos seus órgãos de classe, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução.

Os representantes da comunidade são indicados ao Conselho Universitário, em lista tríplice, entre pessoas que não pertençam aos quadros dos servidores ativos da Universidade, todos com mandato de dois anos, podendo haver uma recondução.

O Conselho Universitário reúne-se, sob convocação do reitor, ordinariamente, a cada dois meses ou extraordinariamente, para tratar de assuntos urgentes, em pauta específica. Pode também se reunir, excepcionalmente, sob convocação de dois terços dos seus membros, quando houver recusa explícita do reitor em convocá-lo;

Em votações que exijam quorum qualificado, as deliberações serão tomadas por, no mínimo, dois terços de seus membros.

- Conselho Acadêmico - CONAC

É órgão consultivo e deliberativo para definir a organização e o funcionamento da área acadêmica nos assuntos técnicos, didáticos e científicos, com funções indissociáveis nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, em conjunto com os órgãos da administração superior e setorial da universidade. Apresenta as seguintes competências:

- ✓ traça diretrizes e define a política de ensino, pesquisa e extensão, observada sua política geral;
- ✓ julga recursos interpostos das decisões do Reitor, dos Conselhos dos Centros e dos Colegiados de Curso, em matéria didático-científica ou vinculada ao ensino, pesquisa e extensão, respeitadas as atribuições do Conselho Universitário;
- ✓ analisa e elabora parecer sobre as modificações da estrutura organizacional da administração setorial;
- ✓ elabora, reformula e aprova o seu Regimento Interno pelo voto de dois terços de seus membros;
- ✓ estabelece normas sobre a organização e a realização de processo seletivo para acesso à Universidade e para matrícula inicial nos cursos de graduação e pós-graduação;
- ✓ estabelece normas e critérios para a organização e oferta dos cursos;
- ✓ autoriza a realização dos cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e de extensão;
- ✓ estabelece normas sobre a organização e a realização de concurso público para docentes;

- ✓ propõe ao Conselho Universitário a criação, reformulação e extinção de cursos pelo voto de dois terços de seus membros;
- ✓ propõe ao Conselho Universitário normas complementares ao Estatuto e ao Regimento Geral no que tange ao ensino, à pesquisa, à extensão, aos assuntos estudantis e às políticas afirmativas.

O Conselho Acadêmico tem a seguinte composição:

- Reitor (Presidente);
- Vice-Reitor (Vice Presidente);
- Pró-Reitores incumbidos das atividades relacionadas com ensino, pesquisa, extensão, assuntos estudantis e políticas afirmativas;
- Diretores dos Centros;
- Coordenadores dos Colegiados de Curso;
- Representantes do corpo discente (um quinto do Conselho).

Os representantes do corpo discente são escolhidos por eleição direta, cujo processo é conduzido por sua entidade representativa, para o mandato de um ano, podendo haver uma recondução e não podendo recair na mesma pessoa a representação em mais de um Conselho Superior.

O Conselho reúne-se ordinariamente a cada bimestre e extraordinariamente, sempre que houver motivo que justifique, por convocação do seu presidente, por iniciativa própria, ou a requerimento de dois terços do total dos seus membros titulares.

O Conselho Acadêmico está estruturado com os seguintes órgãos:

- Órgão deliberativo: o Conselho Pleno;
- Órgãos consultivos: Câmara de Graduação, Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação; Câmara de Extensão e Câmara de Assuntos Estudantis e Políticas Afirmativas;
- Órgão Executivo: A Presidência

- Conselho Curador - CONCUR

É o órgão colegiado com a competência de exercer a fiscalização econômico-financeira na Universidade, mediante:

- ✓ emissão de parecer sobre a proposta orçamentária e as alterações no orçamento programa, sugeridas pela Reitoria;
- ✓ exame, a qualquer tempo, dos documentos da contabilidade;
- ✓ emissão de parecer sobre a prestação de contas do Reitor; emissão de parecer sobre projetos submetidos pela Reitoria, que envolvam a utilização de fundos patrimoniais, operações de crédito ou a criação de fundos especiais, assim como doações e legados que criarem encargos financeiros para a Universidade;
- ✓ apreciação de quaisquer outros assuntos que importem à fiscalização econômico-financeira e patrimonial.

O Conselho Curador tem a seguinte composição:

- três representantes dos dirigentes dos Centros, indicados pelo Conselho Universitário;
- um representante de cada uma das Câmaras, eleitos pelos seus pares;
- Pró-Reitor responsável pela execução orçamentária;
- representação estudantil, na forma da Lei;
- um representante da comunidade do Recôncavo Baiano;
- um representante dos servidores técnico-administrativos, eleito por seus pares, de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da Universidade; e
- um representante dos docentes, eleito por seus pares, de acordo com as normas estabelecidas no Regimento Geral da Universidade.

O Conselho Curador elege seu presidente, dentre os representantes dirigentes dos Centros, integrantes do Conselho Universitário. O representante da comunidade será indicado e escolhido pelos demais membros do Conselho Curador, entre aquelas personalidades da sociedade civil que mais se destacarem no apoio às universidades, à ciência, à tecnologia, à cultura e à arte, integrantes, preferencialmente, do mundo do trabalho e da rede de organizações não governamentais.

- Conselho do Centro

É órgão normativo, consultivo e deliberativo no âmbito do Centro (Administração Setorial). Apresenta as seguintes competências:

- ✓ aprova diretrizes para a elaboração do orçamento anual do Centro, fixando prioridades para a aplicação dos recursos;
- ✓ aprova o relatório anual do Centro;
- ✓ aprova diretrizes e propostas de ações sobre assuntos de ordem acadêmica;
- ✓ promove a articulação e a compatibilização das atividades e planos de trabalhos acadêmicos do Centro;
- ✓ estabelece, em consonância com as diretrizes do Conselho Universitário, instruções e regulamentos a que se devam submeter os órgãos de programação e execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão do Centro;
- ✓ avalia o desempenho global do Centro;
- ✓ delibera sobre a realização de concurso para a carreira do magistério superior, em todas as suas etapas, na forma prevista no Regimento Geral da Universidade e em observância as diretrizes do Conselho Acadêmico;
- ✓ avalia, no âmbito do Centro, as políticas de desenvolvimento de pessoal adotadas pela universidade;
- ✓ pronuncia-se a respeito de pedido de remoção de ocupantes de cargos da carreira do Magistério Superior e de pessoal técnico-administrativo;
- ✓ homologa os nomes escolhidos pela comunidade acadêmica para nomeação, pela autoridade competente, do Diretor e do Vice-Diretor do Centro;
- ✓ elege, na última reunião ordinária do ano, dentre os seus membros docentes, o Substituto Eventual do Vice-Diretor;
- ✓ julga os recursos de sua competência;
- ✓ propõe concessão de títulos e dignidades universitárias;
- ✓ institui prêmios escolares;
- ✓ manifesta-se sobre qualquer matéria da competência do Diretor, quando por ele solicitado;
- ✓ elabora e modifica o Regimento do Centro, submetendo-o à aprovação do Conselho Universitário;
- ✓ cria, a depender das reais necessidades do Centro, comissões especiais para tratar de questões de planejamento e de acompanhamento de atividades administrativas e acadêmicas, e;

- ✓ decide sobre matéria omissa no seu Regimento.

O Conselho do Centro é constituído pelos seguintes membros:

- Diretor;
- Vice-diretor;
- Coordenadores dos Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-Graduação;
- Dois representantes dos docentes escolhidos por seus pares em eleição direta;
- Representante estudantil na proporção de um quinto, escolhidos na forma da Lei;
- Dois representantes dos servidores técnico-administrativos.

- Colegiados de Cursos

O Colegiado de Curso é órgão de deliberação coletiva, supervisão e coordenação didático-pedagógica de cada curso.

Para fins didático-pedagógicos, o Colegiado de Curso articular-se-á com os Centros a que pertencem os componentes curriculares, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos do saber do currículo, com o Conselho Acadêmico e com a Pró-Reitoria de Graduação.

São órgãos colegiados de cursos:

- ✓ Colegiados dos Cursos de Graduação;
- ✓ Colegiados dos Cursos de Pós-Graduação.

Nos cursos de graduação os colegiados serão constituídos por 20% dos docentes que ministram aulas no Curso, eleitos por seus pares, tendo no mínimo um representante de cada área do conhecimento que integra o currículo do curso.

O processo eleitoral para escolha dos representantes de cada área do conhecimento será conduzido pelo Coordenador do Colegiado do Curso e, excepcionalmente, pelo Diretor do Centro caso o colegiado esteja em formação.

Cada docente só poderá ser eleito para apenas um colegiado, mesmo que ministre aulas em mais de um curso. O mandato do docente representante da área de conhecimento no

Colegiado será de dois anos, permitida uma recondução, por igual período, após novo processo eleitoral.

Para os cursos de pós-graduação, a composição e o funcionamento do colegiado serão de acordo com o disposto no Regulamento Geral da Pós-Graduação e respectivo regimento do curso (Vê Anexo).

O colegiado de curso é dirigido por um coordenador e nas suas faltas e impedimentos pelo vice-coordenador, eleitos entre os seus membros pela plenária do colegiado, e nomeado pelo reitor, para mandato de dois anos, permitida a recondução por igual período. O coordenador será substituído em suas ausências e impedimentos pelo vice-coordenador, e na ausência de ambos, pelo professor mais antigo na instituição dentre os que integram o colegiado do curso.

As competências dos Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-Graduação são:

- ✓ elaborar o projeto pedagógico do curso;
- ✓ planejar, acompanhar e avaliar a implementação do Projeto Pedagógico do Curso;
- ✓ avaliar e coordenar continuamente as atividades didático-pedagógicas do Curso, recomendando os ajustes necessários;
- ✓ definir, elaborar e implementar projetos visando a melhoria da qualidade do curso;
- ✓ organizar, de acordo com a legislação em vigor, o currículo pleno do curso;
- ✓ propor modificações e reformulações curriculares;
- ✓ deliberar sobre aproveitamento de estudos, convalidação componentes curriculares, disciplinas, conjunto de disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber, excedência de créditos, pré-requisitação e co-requisitação;
- ✓ examinar e emitir parecer, com base na análise de integralização curricular, sobre transferência externa e matrícula de graduados conforme dispositivos legais em vigor;
- ✓ aprovar o plano de trabalho anual do Colegiado;

- ✓ estabelecer a política de oferta de componentes curriculares, conjunto de disciplinas, módulos interdisciplinares, áreas de conhecimento ou campos de saber;
- ✓ tomar decisões relativas aos aspectos didático-pedagógicos dos cursos;
- ✓ propor os horários de aulas dos docentes em consonância com o planejamento do Centro;
- ✓ propor intercâmbio, substituição e capacitação de professores ou providências de outra natureza, necessárias à melhoria da qualidade do ensino ministrado;
- ✓ propor a reformulação do Regimento do Colegiado, submetendo-o à aprovação do Conselho Universitário;
- ✓ eleger o Coordenador e Vice-Coordenador do Colegiado; e
- ✓ integrar o Conselho Acadêmico.

O colegiado reúne-se mensalmente, e extraordinariamente quando convocado por seu coordenador ou a requerimento de 2/3 (dois terços) de seus membros.

5.4. Órgãos de apoio as atividades acadêmicas.

a) Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD

É órgão auxiliar da administração superior incumbido de planejar, coordenar, supervisionar as atividades de ensino presencial e a distancia nos cursos de graduação e seqüenciais.

Compete à Pró-Reitoria de Graduação:

- ✓ assessorar o reitor e os Conselhos Superiores da Universidade em assuntos relacionados às atividades de ensino de graduação;
- ✓ cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara de Graduação;
- ✓ promover, em articulação com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e a Pró-Reitoria de Extensão, a integração do ensino, da pesquisa e da extensão;
- ✓ autorizar a expedição e registro de diplomas de graduação;
- ✓ expedir instruções e demais atos necessários ao fiel desempenho das suas atribuições;

- ✓ supervisionar em articulação com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a política de pessoal docente executada;
- ✓ supervisionar a execução dos programas acadêmicos;
- ✓ fiscalizar o andamento das atividades inerentes à sua área de atuação, notificando os dirigentes de órgão da administração, no que se refere a distorções ou irregularidades eventualmente identificadas;
- ✓ gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinam à execução de suas atividades;
- ✓ criar as condições para o oferecimento de ensino de graduação de qualidade;
- ✓ analisar as propostas curriculares dos cursos de graduação;
- ✓ assegurar o cumprimento do projeto acadêmico curricular dos cursos;
- ✓ planejar e avaliar as atividades acadêmicas da Universidade no tocante ao ensino de graduação;
- ✓ acompanhar, registrar e manter atualizados os colegiados de cursos no que se refere a diretrizes curriculares e demais legislações educacionais com aplicabilidade no âmbito da UFRB;
- ✓ propor a expansão e atualização do ensino de graduação a partir de demandas locais, regionais e nacionais;
- ✓ auxiliar na elaboração dos projetos acadêmicos curriculares de novos cursos e reformas dos programas existentes;
- ✓ elaborar e implementar plano estratégico de graduação para a UFRB;
- ✓ sistematizar as avaliações acadêmicas colhidas dos diversos segmentos universitários, em parceria com a Pró-Reitoria de Planejamento, com vistas a re-planejar as ações acadêmicas da Universidade;
- ✓ acolher as manifestações dos discentes e docentes no que se refere a ofertas de cursos e necessidades acadêmicas não contempladas pelos colegiados;
- ✓ produzir, divulgar e manter atualizado o Catálogo de Oferta cursos da UFRB, conforme determina a lei;
- ✓ divulgar as atividades acadêmicas da UFRB;
- ✓ oferecer orientação educacional aos docentes e discentes;

- ✓ acompanhar, com a participação dos colegiados de curso a vida acadêmica dos discentes de graduação, mantendo registros atualizados sobre todas as atividades curriculares e não curriculares dos alunos;
- ✓ analisar questões relacionadas ao descumprimento do regime disciplinar por parte dos discentes, encaminhando os pareceres aos órgãos superiores para deliberação;
- ✓ assessorar os Centros no processo de avaliação de desempenho dos docentes, fazendo cumprir as normas emanadas dos Colegiados Superiores;
- ✓ propor, realizar e avaliar ações de formação continuada dos professores de graduação em parceria com os colegiados;
- ✓ oferecer capacitação e atualização didático-pedagógica aos docentes;
- ✓ promover, em conjunto com as demais pró-reitorias, a integração dos docentes ingressantes na UFRB;
- ✓ coordenar, acompanhar e avaliar os estágios curriculares oferecidos pela UFRB;
- ✓ coordenar, acompanhar e avaliar os programas de ensino à distância;
- ✓ coordenar, acompanhar e avaliar os cursos seqüenciais;
- ✓ planejar, coordenar, realizar e avaliar os processos de seleção para ingresso de discentes na UFRB;
- ✓ coordenar as atividades de registro escolar;
- ✓ exercer, no âmbito de sua atuação, outras atribuições não especificadas no Regimento Geral e que sejam decorrentes, explícita ou implicitamente, de disposições da legislação federal de ensino e da legislação interna da Universidade, bem como as que lhe sejam eventualmente delegadas pelo reitor;

b) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação - PRPPG

É órgão auxiliar da Administração Superior responsável pelas atividades de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação da pesquisa e do ensino de pós-graduação.

Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação:

- ✓ assessorar o reitor e os Conselhos Superiores da Universidade em assuntos relacionados às atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação;
- ✓ cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação;
- ✓ manter atualizado o banco de dados das atividades de pesquisa;

- ✓ promover, em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação e a Pró-Reitoria de Extensão, a integração do ensino, da pesquisa e da extensão;
- ✓ autorizar a expedição e registro de diplomas de Pós-Graduação;
- ✓ expedir instruções e demais atos necessários ao fiel desempenho das suas atribuições;
- ✓ supervisionar em articulação com a Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal e Pró-Reitoria de Graduação, a política de pessoal docente executada;
- ✓ supervisionar a execução dos programas acadêmicos;
- ✓ fiscalizar o andamento das atividades inerentes à sua área de atuação, notificando os dirigentes de órgão da administração, no que se refere a distorções ou irregularidades eventualmente identificadas;
- ✓ gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinam à execução de suas atividades;
- ✓ exercer, no âmbito de sua atuação, outras atribuições não especificadas no Regimento Geral e que sejam decorrentes, explícita ou implicitamente, de disposições da legislação federal de ensino e da legislação interna da Universidade, bem como as que lhe sejam eventualmente delegadas pelo reitor;
- ✓ coordenar, articular, fomentar, cadastrar, acompanhar, avaliar e emitir certificados das atividades de pesquisa realizadas pelos Centros, bem como pelos programas institucionais de pós-graduação e de iniciação científica e tecnológica.
- ✓ sugerir políticas para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino de pós-graduação na UFRB;
- ✓ estimular a produção do conhecimento e a proteção das inovações criadas no âmbito acadêmico por meio da propriedade intelectual;
- ✓ coordenar, selecionar e acompanhar as bolsas de iniciação científica e tecnológica;
- ✓ definir critérios de avaliação dos programas e projetos institucionais de pesquisa da UFRB;
- ✓ assessorar a elaboração de propostas e acompanhar as atividades de cursos *stricto sensu* e *lato sensu*;
- ✓ propor, implementar políticas de incentivo e acompanhar o plano institucional de capacitação docente;

- ✓ implantar e acompanhar o programa de bolsas de pós-graduação financiado pelas agências e fundações de apoio à pesquisa;
- ✓ elaborar e implementar o plano estratégico de ensino de pós-graduação da UFRB;
- ✓ coordenar a elaboração e a execução de projetos institucionais de ensino de pós-graduação com instituições nacionais e internacionais;
- ✓ coordenar a elaboração e acompanhar a execução de projetos de geração de tecnologia e inovação;
- ✓ oferecer suporte às ações de captação de recursos, organização e divulgação de eventos científicos;
- ✓ coordenar e acompanhar a execução de projetos institucionais de pesquisa e inovação tecnológica.

c) *Pró-Reitoria de Extensão - PROEXT*

É órgão auxiliar da Administração Superior responsável pelas atividades de planejamento, coordenação, supervisão e avaliação da extensão universitária

Compete à Pró-Reitoria de Extensão:

- ✓ assessorar o reitor e os Conselhos Superiores da Universidade em assuntos relacionados às atividades de pesquisa e ensino de pós-graduação;
- ✓ cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara de Extensão;
- ✓ promover, em articulação com a Pró-Reitoria de Graduação e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a integração do ensino, da pesquisa e da extensão;
- ✓ autorizar a expedição de certificados e registro de atividades relativas à extensão;
- ✓ expedir instruções e demais atos necessários ao fiel desempenho das suas atribuições;
- ✓ supervisionar a execução dos programas de extensão;
- ✓ fiscalizar o andamento das atividades inerentes à sua área de atuação, notificando os dirigentes de órgão da administração, no que se refere a distorções ou irregularidades eventualmente identificadas;
- ✓ gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinam à execução de suas atividades;
- ✓ divulgar para a comunidade, os resultados dos trabalhos de extensão;
- ✓ manter atualizado o banco de dados das atividades de extensão;

- ✓ coordenar, articular, fomentar, cadastrar, acompanhar as atividades de extensão realizadas pelos Centros, bem como pelos programas institucionais de caráter extensionista;
- ✓ propor políticas institucionais de extensão para a UFRB;
- ✓ identificar formas e estratégias de interface da Universidade com a sociedade civil organizada, as instituições públicas, o setor produtivo e a comunidade em geral;
- ✓ conceber políticas e estratégias de integração comunitária nos âmbitos interno e externo;

d) Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis - PROPAAE

É órgão auxiliar da administração superior responsável pelo planejamento, coordenação e execução das políticas afirmativas e assuntos estudantis da Universidade.

Compete à Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis:

- ✓ assessorar o reitor e os Conselhos Superiores da Universidade em assuntos relacionados às atividades de políticas afirmativas e assuntos estudantis;
- ✓ cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis;
- ✓ expedir instruções e demais atos necessários ao fiel desempenho das suas atribuições;
- ✓ supervisionar a execução das políticas afirmativas e assuntos estudantis;
- ✓ fiscalizar o andamento das atividades inerentes à sua área de atuação, notificando os dirigentes de órgão da administração, no que se refere a distorções ou irregularidades eventualmente identificadas;
- ✓ gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinam à execução de suas atividades;
- ✓ divulgar para a comunidade, os resultados dos trabalhos das políticas afirmativas e assuntos estudantis;
- ✓ manter atualizado o banco de dados das atividades de políticas afirmativas e assuntos estudantis;
- ✓ planejar e coordenar a políticas afirmativas e estudantis na UFRB
- ✓ planejar e coordenar os programas de residências e restaurantes universitários, além de programas de bolsas destinadas ao apoio e manutenção estudantil;

- ✓ promover assistência médica-odontológica e psicológica da comunidade estudantil da UFRB;
- ✓ cumprir e fazer cumprir as deliberações da Câmara de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis;
- ✓ autorizar a expedição de certificados e registro de atividades relativas à Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis;
- ✓ acompanhar e avaliar as atividades que assegurem a permanência qualificada dos estudantes na UFRB.
- ✓ integrar as ações em prol do acesso, permanência e pós-permanência dos estudantes da UFRB;
- ✓ atuar juntos às demais Pró-Reitorias e setores da UFRB, a fim de , proporcionar à comunidade estudantil as condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando a inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade, com foco no desenvolvimento regional;
- ✓ propor políticas institucionais que promovam a inserção qualificada do corpo discente à vida universitária.

e) Pró-Reitoria de Planejamento - PROPLAN

É órgão auxiliar da administração superior na política global de planejamento da Universidade, tendo as atribuições de coordenar as atividades de planejamento, programação e controle orçamentário, custos, tecnologia da informação, desenvolvimento e avaliação institucional.

Compete à Pró-Reitoria de Planejamento:

- ✓ implementar as diretrizes globais do planejamento;
- ✓ coordenar o processo de planejamento institucional, operacional e estratégico da Universidade;
- ✓ implantar o sistema de custos da instituição por unidade organizacional, procedendo o seu acompanhamento e atualização;
- ✓ organizar e coordenar a proposta orçamentária;
- ✓ formular o orçamento dos programas na Universidade;

- ✓ elaborar o orçamento plurianual de investimentos;
- ✓ acompanhar e avaliar a execução orçamentária;
- ✓ estabelecer um sistema de controle e apuração de custos nos diversos setores e órgãos da Universidade;
- ✓ coordenar a elaboração do relatório anual e da prestação de contas da universidade;
- ✓ elaborar o planejamento orçamentário;
- ✓ planejar o desenvolvimento institucional da Universidade;
- ✓ acompanhar o controle da execução orçamentária;
- ✓ acompanhar o planejamento acadêmico;
- ✓ proceder ao controle e à avaliação de plano, programa e projetos;
- ✓ realizar a avaliação técnica de propostas de convenio e documentos assemelhados;
- ✓ gerir créditos e recursos repassados que se destinem à execução de suas atividades;
- ✓ coordenar as ações que culminem na elaboração, acompanhamento e reformulação do plano de desenvolvimento institucional;
- ✓ propor e executar a Avaliação Institucional;
- ✓ realizar estudos para a definição do plano de expansão da Universidade;
- ✓ formular planos, projetos e programas que assegurem a identidade institucional;
- ✓ elaborar programas e projetos de caráter institucional;
- ✓ elaborar e acompanhar a execução do orçamento da Universidade;
- ✓ criar e implantar de banco de dados de interesse da Universidade;
- ✓ coordenar das atividades de tecnologia da informação da Universidade;
- ✓ elaborar o relatório de gestão da Universidade.

f) *Pró-Reitoria de Administração - PROAD*

É órgão auxiliar da Administração Superior incumbido da coordenação geral da administração contábil, financeira, logística, patrimonial, de materiais, outras atividades auxiliares e serviços administrativos.

À Pró-Reitoria de Administração compete:

- ✓ gerenciar o setor de transporte;
- ✓ planejar, fiscalizar, controlar e operar os serviços de água, energia e comunicações;
- ✓ manter e conservar bens móveis e imóveis da Universidade;

- ✓ realizar estudos visando à modernização administrativa, à proposição de alternativas necessárias ao aperfeiçoamento contínuo dos serviços, à desburocratização e ao aumento da produtividade;
- ✓ administrar as finanças da universidade;
- ✓ formular planos, projetos e programas de interesse da Universidade no âmbito administrativo, incentivando a cooperação inter-setorial;
- ✓ criar e implantar um sistema uniforme de informações nos âmbitos administrativo e financeiro, nos órgãos da Universidade;
- ✓ participar juntamente com os órgãos da Universidade, da elaboração de normas, manuais, instruções, rotinas, fluxos, formulários e impressos;
- ✓ propor medidas visando à racionalização do processo decisório;
- ✓ executar quaisquer outras atividades que lhe forem delegadas pelo Reitor;
- ✓ realizar os processos licitatórios e de compras da Universidade;
- ✓ viabilizar a execução de contratos e convênios;
- ✓ garantir a segurança do campus e da sua estrutura física e patrimonial;
- ✓ coordenar e executar as ações financeiras e contábeis da Universidade;
- ✓ assegurar a integração entre as atividades meio e fim da Universidade;
- ✓ garantir o acesso e os serviços de informação e documentação da UFRB por meio das bibliotecas central e setoriais .

g) Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal - PROGEP

É órgão auxiliar da Administração Superior que tem por atribuições o estudo, o planejamento, a proposição de diretrizes, a orientação, a coordenação, a supervisão e a fiscalização de assuntos e atividades concernentes à administração e o estabelecimento e implantação de políticas de recursos humanos da Universidade.

Compete à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal:

- ✓ executar a política de recursos humanos da Universidade;]
- ✓ instruir e encaminhar os processos relativos aos direitos e deveres dos servidores vinculados à Universidade;
- ✓ manter atualizado o sistema de assentamento e de documentação referente ao controle de pessoal;

- ✓ oferecer atividades de formação continuada aos servidores técnico-administrativos;
- ✓ acompanhar os processos dos servidores de progressão na carreira;
- ✓ promover ações que possibilitem o crescimento integral e continuado dos servidores;
- ✓ determinar o órgão de exercício dos servidores admitidos, cedidos ou redistribuídos para a Universidade;
- ✓ expedir declarações, circulares, ordem de serviço, instruções e outros atos normativos relacionados com os assuntos e atividades da área de abrangência;
- ✓ gerir os créditos provisionados e os recursos repassados que se destinem à execução de suas atividades.

5.5. Órgãos de apoio às atividades acadêmicas e administrativas nos Centros

a) Coordenação de Gestão Acadêmica.

É órgão da Administração Setorial responsável, em cada Centro, por assessorar o diretor na administração acadêmica, em assegurar o funcionamento das atividades de ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, articulando as áreas de conhecimento e os colegiados de cursos e, por fim, apoiar o desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa. É constituído pelos Núcleos de Gestão de Pesquisa; de Gestão de Extensão; e de Gestão de Ensino.

b) Gerência Técnica

É órgão da Administração Setorial responsável pelo apoio técnico-administrativo em cada Centro, auxiliando-o no cumprimento da sua missão. É constituída de Núcleos de Apoio Acadêmico, de Apoio Administrativo, de Apoio Técnico Específico e da Biblioteca Setorial.

Assim a Gerência Técnica assessora o diretor nas questões relativas às áreas administrativa e financeira do Centro; promove, integra, compatibiliza e coordena as ações e planos de trabalho inerentes às áreas de apoio técnico-administrativo do Centro; gerencia os processos de trabalhos inerentes à sua área de atuação, buscando a melhoria contínua, com foco na eficiência; supervisiona outras atividades administrativas do Centro, definidas em seu regimento; subsidia, por meio do Núcleo de Apoio Acadêmico:

- a. *Coordenadoria de Registro Acadêmico (CRA) /PROGRAD*, prestando informações necessárias á oferta de componentes curriculares e a realização de matrículas, bem como disponibilizando ao docente a documentação necessária ao seu trabalho.
- b. *Coordenadoria de Informação e Documentação (CID)/PROAD* nos assuntos pertinentes à organização, gerenciamento, manutenção e ampliação do acervo bibliográfico e documental.
- c. *Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI)/PROPLAN* no que diz respeito à organização, gerenciamento, manutenção e ampliação do sistema de processamento de dados relacionados ao Centro;

6. Políticas de Atendimento aos Discentes

A UFRB assume como princípio ético-político o propósito de assegurar institucionalmente a formulação e execução de políticas afirmativas e estudantis, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional.

As Políticas Afirmativas, vinculadas às ações da política institucional relativa aos Assuntos Estudantis, versam sobre o acesso, a permanência e a pós-permanência no ensino superior público brasileiro de estudantes oriundos das escolas públicas, de afro-descendentes e de índio-descendentes, tendo-se como foco o desenvolvimento regional. As referidas políticas são pautas que visam à criação do espaço necessário para a formulação e implantação de práticas institucionais de promoção da igualdade racial e inclusão social no Recôncavo da Bahia.

Em consonância com os princípios democráticos, de participação coletiva e construção mutualista, que vem norteando o trabalho de formação e as definições de políticas e práticas de ações afirmativas e assuntos estudantis na Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), tornam-se pertinentes expressões da comunidade sobre a qualidade da educação superior desejada e possível. Isto implica em perspectivas que respondam pelas implicações históricas, sociais, culturais, identitárias locais e regionais, sem perder de vista suas interdependências e complementaridades globais. Como experiências e vivências que exemplificam essa condição, citam-se:

- ✓ *Audiências Universitárias*, que são plenárias anuais nas quais participam estudantes, servidores técnicos administrativos e docentes, a partir de uma ampla mobilização da comunidade acadêmica para a definição de políticas e práticas de ações afirmativas, acesso, permanência e pós-permanência no ensino superior, somados às reflexões sobre desenvolvimento local, regional; seminários sobre assuntos estudantis, que

promovem anualmente amplas discussões sobre as políticas institucionais acerca dos assuntos estudantis, congregando estudantes, docentes e servidores, além de convidados;

- ✓ *Fórum Pró-Igualdade Racial e Inclusão Social do Recôncavo*, uma ação que visa promover a data de 20 de novembro como *Dia de Debates e Ações sobre Inclusão Étnico-racial e Social no âmbito da UFRB* e suas interfaces no Recôncavo;
- ✓ *Programa Conexões de Saberes*, diálogo entre a UFRB e as Comunidades Populares (MEC/SECAD/FNDE), o qual contempla ações de protagonismo juvenil, produção literária, extensão, pesquisa e rodas de formação junto aos estudantes do ensino médio nas escolas públicas de educação básica, nos quatro campi da UFRB;
- ✓ *Programa de Permanência da Fundação Clemente Mariani*, projeto institucional de apoio financeiro a estudantes negros de baixa renda inseridos no ensino superior, através da concessão de bolsas de estudo;
- ✓ *Programa de Permanência da UFRB*, projeto institucional que assegura apoio financeiro para estudantes integrantes do programa de permanência qualificada, através de sua vinculação a projetos acadêmicos;
- ✓ *Programa Vivência Comunitária*, de fomento à prática desportiva, ao lazer e às culturas;
- ✓ *Programa de Acesso da UFRB*, decorrente da parceria com a Secretaria Estadual de Educação, o qual realiza a preparação de estudantes do ensino médio para a realização de processos seletivos em instituições de ensino superior, através do programa estadual “Universidade Para Todos”. Associa ações em prol do acesso e da permanência de estudantes graduandos que atuam como monitores nos cursos, recebendo remuneração por hora-aula.

As políticas afirmativas vinculadas às ações que envolvem os assuntos estudantis, como o *acesso, permanência e pós-permanência* de alunos oriundos das escolas públicas, de afro-descendentes e índio-descendentes no ensino superior público; assim como o desenvolvimento regional visam à criação do espaço necessário para a formulação e implantação de políticas de promoção da igualdade racial e inclusão social.

Assumindo esse posicionamento político de contribuir na correção das distorções ainda vigentes no Brasil, com o propósito de assegurar institucionalmente as políticas afirmativas e de inclusão social, a UFRB se torna pioneira na implantação da PROPAAE, Pró-Reitoria com a atribuição de *promover a execução de políticas afirmativas e estudantis na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e o desenvolvimento regional.*

6.1. Programas de apoio psicopedagógico

A PROPAAE dispõe de serviços de apoio e acompanhamento pedagógico dos discentes através do *Núcleo de Apoio e Acompanhamento Pedagógico (NAAP)* com a finalidade de estimular e facilitar a permanência do estudante na UFRB no tempo regimental previsto para cada curso, através de programas, projetos, seminários e oficinas.

São objetivos do NAAP:

- ✓ assistir os alunos da UFRB nas demandas didáticas e pedagógicas;
- ✓ contribuir para o aumento do coeficiente acadêmico dos alunos;
- ✓ minimizar as deficiências pedagógicas dos alunos advindas do segundo grau;
- ✓ orientar ações didático pedagógicas para diminuir o número de evadidos da UFRB;
- ✓ orientar ações didático pedagógicas para diminuir o tempo de permanência do educando na UFRB;
- ✓ cooperar na formação integral do aluno;
- ✓ orientar ações didático pedagógicas para diminuir a repetência sistemática de disciplinas;
- ✓ orientar ações didático pedagógicas diminuir a interferência das dificuldades psicológicas dos alunos no desempenho acadêmico.

Serviços prestados pelo NAAP:

- acompanhar o desempenho acadêmico do discente de graduação; a

- acompanhar o estudante nas questões relacionadas ao pedagógico, encaminhando-os as instâncias pertinentes;
- prestar informações e orientações aos discentes nas questões pedagógicas;
- coordenar, acompanhar e alimentar o Banco de Competências dos discentes da UFRB;
- coordenar, assessorar, planejar e executar o atendimento aos estudantes;
- participar de projetos que visem à integração dos discentes na UFRB;
- acompanhar a vida acadêmica dos discentes dos cursos de graduação, através da interação com o CRA, Centros de Ensino, e representações estudantis;
- orientar nas escolhas curriculares e pedagógicas através de uma orientação pedagógica;
- promoção de programas e projetos;
- orientar os alunos na preparação de trabalhos acadêmicos e científicos através da promoção de seminários e oficinas;
- articular monitorias nas disciplinas com maior número de repetência;
- disponibilizar para a comunidade acadêmica as diversas competências dos alunos através da criação de “centros de prestação de serviços” que priorizaria serviços e Intercambio entre campus e com os coordenadores dos vários cursos a fim de instaurar o espaço de estágio supervisionado dos cursos;
- encaminhar ao Núcleo de Gestão de Benefícios os alunos com dificuldades psicológicas para acompanhamento;

A Instituição também presta serviços de apoio e acompanhamento psicossocial dos discentes por meio do da PROPAAE através do Núcleo de Gestão de Benefícios (NUGEB). O objetivo do NUGEB é elaborar, implementar e executar programas e projetos relacionados as políticas afirmativas e assistência estudantil, visando o atendimento a toda comunidade discente, bem como, seleção, orientação e acompanhamento de estudantes/bolsistas do Programa de Permanência da UFRB, contribuindo para sua permanência e pós-permanência na Universidade.

Serviços prestados pelo NUGEB:

- ✓ gestão dos benefícios;
- ✓ realização de atendimentos sociais;
- ✓ processo seletivo para bolsas de programas de apoio pedagógico e financeiro;
- ✓ encaminhamentos dos discentes para atendimento médico e psicológico.
- ✓ Sessões de atendimento individual;
- ✓ elaboração de pareceres sociais;
- ✓ acompanhamento social;
- ✓ acompanhamento social aos bolsistas do Programa de Permanência;

Para promover o fomento à vida comunitária, a UFRB pretende expandir e consolidar, no período de vigência do PDI, o *Programa Vivência Comunitária* com os seguintes objetivos:

- ✓ estabelecer espaços de sociabilidade entre os acadêmicos e a *comunidade de acolhimento*;
- ✓ promover alternativas de convívio social através do lazer, do desporto e da cultura;
- ✓ fortalecer os vínculos afetivos, psicossociais e políticos entre os acadêmicos e entre eles e as comunidades de acolhimento tendo por base o princípio da promoção da diversidade;
- ✓ promover a difusão cultural através das interfaces entre as culturas globais, regionais e as características culturais do Recôncavo.

As atividades do *Programa Vivência Comunitária* serão desenvolvidas em dois âmbitos:

- interno: relativo ao convívio acadêmico com foco na convivência universitária - estudantes da UFRB, com especial enfoque para beneficiários do Programa de Permanência - Auxílio de auxílio à moradia;

- externo: relativo à integração e ao desenvolvimento regional - envolve estudantes, docentes e servidores da UFRB e as comunidades de acolhimento.

A *Vivência Comunitária* se dará em vários espaços de aprendizagem e convívio, através de diferentes abordagens temáticas:

- I. eventos - encontros, seminário, congresso, festival, recital, vesperal, sarau, performance, sessões de cinema, jogos e campeonatos;
- II. viagens - viagens de turismo rural, turismo étnico, para estudo do meio;
- III. projetos de integração (recepção dos novos acadêmicos).

6.2. Estímulos à permanência

O *Programa de Permanência (PP)* é uma das ações constituintes do conjunto de políticas que têm o propósito de articular, formular e implementar políticas e práticas de democratização relativas ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior, de forma dialógica e articulada com os vários segmentos contemplados por estas políticas, põe em prática uma ação de co-responsabilidade e mutualidade no trato com as demandas da comunidade acadêmica.

O *PP* tem como objetivos:

- ✓ garantir a permanência dos estudantes dos cursos de graduação da UFRB, ao assegurar a formação acadêmica dos beneficiários do Programa, através de seu aprofundamento teórico por meio de participação em projetos de extensão, atividades de iniciação científica vinculada aos projetos de pesquisa existentes nos Centros, atividades de ensino/acadêmica relacionadas à sua área de formação e ao desenvolvimento regional;
- ✓ implementar na instituição a adoção de uma política de permanência associada à excelência na formação acadêmica;
- ✓ possibilitar maior interação entre o ensino, a extensão e a pesquisa;

- ✓ estimular pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica, profissional e artístico-cultural em articulação com o desenvolvimento regional;
- ✓ qualificar a permanência dos alunos beneficiários dos Programas de Políticas Afirmativas da UFRB;
- ✓ contribuir para reduzir o tempo médio de permanência dos alunos na graduação.
- ✓ combater o racismo e as desigualdades sociais. É composto por diferentes ações de atenção às demandas acadêmicas, entre elas as Modalidades de bolsas disponíveis: Bolsas de Auxílio à Moradia/ à Alimentação/Bolsas Pecuniárias associadas a projetos vinculados à Extensão, Pesquisa e Graduação e serviços (acompanhamento psico-social, pedagógico) e assistência a demandas específicas.

Modalidades de apoio financeiro aos discentes:

- ✓ Auxílio à moradia - assegura a moradia dos estudantes beneficiários nas Residências Universitárias e acesso ao Restaurante Universitário
- ✓ Auxílio à alimentação - assegura acesso ao Restaurante Universitário
- ✓ Auxílio pecuniário vinculado a projetos - assegura auxílio financeiro mensal ao o estudante em projetos vinculados à extensão, pesquisa e ensino;
- ✓ Auxílios acadêmicos – asseguram a participação em eventos científicos, aquisição de material didático, promoção de eventos, aquisição de medicamentos e aparelhos corretivos

São desenvolvidos ainda o *Projeto Conexões de Saberes (MEC/SECAD)*, *Assistência Estudantil (MEC/SESu)* e *Inclusão Social (Fundação Clemente Mariani)*, todos com uma vinculação ao referido Programa.

6.3. Organização estudantil

Os discentes são organizados em duas dimensões: global e por curso. A organização por cursos recebe o nome de *Diretório Acadêmico* e a representação da totalidade denomina-se *Diretório Central dos Estudantes*.

Conforme definido em lei federal e no Estatuto e Regimento Geral da UFRB todos os órgãos colegiados deliberativos e consultivos da Administração Superior e Setorial possuem representação estudantil na proporção de um quinto do número de seus membros. Direito também garantido na maioria das comissões

São metas estabelecidas para promover a organização estudantil no período de vigência do PDI:

- ✓ criar e implantar um *Programa de Apoio Estrutural à Formação e Organização dos Diretórios Acadêmicos e Diretório Central Estudantil*;
- ✓ construir espaços de convivências estudantil nos campi da UFRB.
- ✓ apoiar e promover as atividades esportivas e culturais coordenadas pelos estudantes por meio de seus órgão de representação.

6.4. Acompanhamento dos egressos

Está previsto neste PDI que cada Colegiado de Curso da UFRB desenvolverá a partir do primeiro ano de sua vigência (2010), um *Projeto de Acompanhamento de seus Egressos*, nos formatos adequados às suas configurações; observando as diretrizes da política de acompanhamento de egressos. Está prevista também a criação de um *Portal do Egresso da UFRB* em seu sítio na *web*.

O acompanhamento do egresso compõe, junto a outros parâmetros, uma das ferramentas fundamentais na construção de indicadores da UFRB, contribuindo para a discussão das ações implementadas considerando sua eficácia e efetividade.

Pretende-se que o acompanhamento dos concluintes possa destacar aspectos referentes aos cursos oferecidos pela UFRB, a partir das expectativas sociais e mercadológicas contribuindo para o aperfeiçoamento dos projetos pedagógicos.

Constituem objetivos da *Política de Acompanhamento do Egresso*:

- ✓ identificar o perfil do egresso e criar mecanismos para avaliação de seu desempenho nos postos de trabalho quer no setor público, no privado ou no terceiro setor;
- ✓ construir uma base de dados com informações que possibilitem manter com eles comunicação permanente e estreito vínculo institucional;
- ✓ fomentar o relacionamento entre a UFRB e os egressos, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais concernentes à implementação de cursos e programas no âmbito da educação superior;
- ✓ obter informações dos empregadores que, associadas às do egresso, direcionem a tomada de decisões institucionais ou do curso;
- ✓ estimular e criar condições para a educação continuada;
- ✓ construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades em consonância com as diretrizes nacionais para os cursos superiores.

A viabilidade para atender as necessidades previstas na *Política de Acompanhamento do Egresso* se concretizará pela criação do *Portal do Egresso*, desenvolvido para ser um canal permanente e dinâmico de comunicação entre a UFRB e seus egressos, possibilitando um vínculo contínuo, bem como buscando estender e estreitar a relação de confiança já estabelecida.

O *Portal do Egresso* servirá para promover atualização acadêmica oferecendo cursos, seminários e palestras direcionadas à complementação profissional do egresso; integrar o egresso à comunidade acadêmica através da participação em eventos artísticos, culturais e esportivos promovidos pela Instituição; proporcionar a participação de egressos em atividades extensionistas (como proponente de cursos de extensão, palestrante/conferencista em eventos acadêmicos e científicos, e como colaborador em atividades de responsabilidade social); oferecer e divulgar a política de benefícios direcionada aos egressos da UFRB; apoiar os egressos em questões de mercado de trabalho e empregabilidade; divulgar possibilidades e eventuais ofertas de vagas de emprego; proporcionar ao egresso espaço para socialização e divulgação de contribuições à sociedade (conquistas, premiações e produção artística e literária); possibilitar e promover o relacionamento entre antigos colegas de curso, assim como eventuais encontros entre as turmas; captar informações, através de ferramenta própria, para

construção de indicadores que irão subsidiar a política institucional de acompanhamento do egresso.

O exercício de consciência crítica, associado à elevada competência no desempenho de suas funções profissionais deve estar fortemente consolidado no egresso da UFRB. Dessa forma, ele estará plenamente capacitado a exercer a crítica e a reflexão sobre suas atividades profissionais e sobre o exercício da cidadania, sendo inerente a essa condição o desejo de se aprimorar cada vez mais e buscar a ampliação de seus horizontes pessoais e profissionais.

7. Infraestrutura física e instalações acadêmicas

A UFRB deverá implantar nos diferentes campi, estruturas físicas para atendimento dos diversos cursos, seguindo as diretrizes básicas de ampliação do acesso e permanência dos discentes.

As estruturas físicas compreendem obras e instalações, principalmente: pavilhões de aulas, edificações para funcionamento da administração, laboratórios didáticos e de pesquisa, bibliotecas, residências estudantis, quadras poliesportivas e áreas de convivência e lazer.

Para coordenar este indispensável ordenamento foi criada a *Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico – SIPEF*, órgão vinculado a Administração Superior, que tem a responsabilidade e atribuição de propor, planejar, executar e gerenciar a implantação de infraestrutura física, a partir de projetos básicos e executivos de arquitetura e engenharia, de acordo com normas e critérios previstos em legislação específica, otimizando os recursos financeiros e em harmonia com as demandas de implantação acadêmica de todos os campi, atendendo cronogramas e calendários de ingresso discente nos diversos cursos previstos.

O desenvolvimento dos projetos de arquitetura e engenharia necessários para implantação da infraestrutura mencionada requer, obviamente, pessoal técnico especializado nas áreas de conhecimento de arquitetura e engenharia, planejamento e orçamento, para atendimento às exigências, normas e legislações que se fazem necessárias a qualquer processo licitatório de obras e/ou serviços

É importante a definição de diretrizes para o desenvolvimento físico da UFRB como referência para um programa contínuo de obras de infraestrutura para atendimento ao planejamento institucional de políticas para o ensino, pesquisa e extensão.

A valorização das características arquitetônicas das estruturas já existentes nos Campi de Cruz das Almas e Cachoeira, deve se constituir em permanente preocupação da UFRB,

portanto no período de vigência do PDI deverá ser criado um Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental dos campi.

7.1. Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental

O Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental (PDFA) se constituirá em um elemento que se articula ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), com dimensão e importância para a expansão da UFRB em seus diferentes eixos de atuação, com as características especiais de uma estrutura acadêmica multicampi.

A concepção do PDI/PDFA deverá considerar os seguintes pressupostos:

- a) Integração interna da UFRB com as comunidades locais onde estão inseridos os campi;
- b) Visão de preservação e desenvolvimento sustentável do patrimônio fundiário e suas edificações;
- c) Estratégias e definições para o curto, médio e longo prazos.

A edificação que abriga determinada prestação de serviço se caracteriza pela intensa relação mantida entre suas funções e seus ambientes, definindo, assim, a infraestrutura necessária e adequada ao desenvolvimento de suas atividades.

O espaço físico deve estar integrado e harmonizado com as atividades desenvolvidas pela UFRB, porém, devem ser observadas as garantias ambientais nos processos de expansão das construções, promovendo qualidade de vida da comunidade universitária.

Objetivos do Plano de Desenvolvimento Físico e Ambiental no período de vigência do PDI:

1. Promover a ocupação ordenada dos campi UFRB, com ênfase em atividades de ensino, pesquisa e extensão.
2. Garantir a equitativa distribuição de áreas entre o CETEC e CCAAB no campus de Cruz das Almas, permitindo a expansão adequada dos cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.
3. Promover o zoneamento dos campi, garantindo a preservação do patrimônio físico, histórico, ambiental e paisagístico.

4. Assegurar o equilíbrio entre a proteção ambiental e ocupação de áreas livres.
5. Definir padrões construtivos e modelos de edificações que representem a diversidade das necessidades acadêmicas e administrativas; respeitando as condições ambientais
6. Indicar ações para o crescimento sustentável dos campi.
7. Garantir a acessibilidade das pessoas e a qualidade da infraestrutura, serviços, espaços, lazer e convivência da comunidade acadêmica, integrada à sociedade municipal e regional.

Diretrizes para urbanização e ocupação dos campi da UFRB:

1. Padronização dos modelos construtivos de acordo com suas especificações, respeitando a harmonia do ambiente, conforme parâmetros urbanísticos;
2. Manutenção de índices elevados de *per capita* de áreas verdes, investindo na recomposição paisagística e preservação no ambiente atual, com manejo das matas ciliares, nascentes, repesas e fragmentos florestais nativos;
3. Definir áreas reservadas para o desenvolvimento de atividades didáticas e de pesquisa dos Centros.
4. Promover o adensamento possível nos campi, facilitando a convivência da comunidade;
5. Implantar programas de racionalização do uso de energia e água, insumos e materiais, evitando a fragmentação de áreas construtivas;
6. Aprimorar o sistema viário para o acesso aos campi viabilizando maior segurança
 - 6.1. No caso de Cruz das Almas, sistema viário interno com circulação em vias secundárias;
7. Definir eixos de circulação de pedestres, implantando passeios e ciclovias (princípio do transporte ativo);
8. Implantação de circulações com praças e equipamentos urbanos de iluminação e convivência;
9. Adotar e implantar conceitos de acessibilidade conforme a legislação vigente, em qualquer tipo de infraestrutura (edificações e sistema viário);
10. Implantar equipamentos urbanos como estacionamentos (veículos, motos e bicicletas) e serviços de apoio em ambientes de vivência (agências bancárias, lanchonetes, correios, telefones públicos);

11. Adotar padrão construtivo de edificações que considerem a economia, o conforto e a durabilidade, com critérios técnicos de uso e finalidade, segundo a definição de zonas e eixos de expansão;
12. Incorporar o conceito de sustentabilidade nos projetos de edificações (construções ecológicas) e demais estruturas físicas (rede elétrica, aproveitamento de água pluvial, tratamento de resíduos, etc.);
13. Criar estruturas urbanas de lazer e esporte com a finalidade de integrar a comunidade interna e permitir a interação com a sociedade local (Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus, Cachoeira, Amargosa);
14. Compatibilizar a expansão urbana (construções) dos campi com preservação de áreas verdes e Incorporar equipamentos urbanos para lazer, esporte e convivência das comunidades interna e externa para finais de semana, adotando medidas de segurança e educação ambiental;
15. Adotar normas e critérios para a manutenção, reformas e adaptações dos espaços físicos de qualquer natureza e instalação de equipamentos de acordo com as exigências mínimas para funcionamento;
16. Regulamentar o transito nos campi com a elaboração de normas, restrições e penalidades às infrações (caso do campus Cruz das Almas);

7.2. Infraestrutura física

A UFRB no primeiro ano de vigência do PDI (2010) deverá possuir cerca de 70.000 m² de área construída numa área total de 16.781.564 m². A Tabela 15 informa que o Campus de Cruz das Almas possui 98,7% da área total da Universidade e 58% da área construída.

Tabela 15. Área total, construída e em construção no período 2009/2010.

Campus	Área total (m ²)	Área construída (m ²)	Área em construção (m ²)
Cruz das Almas	16.570.000,00	27.449,54	13.227,02
Santo Antônio de Jesus	137.175,55	5.504,30	7.083,61
Amargosa	65.217,39	0,00	7.543,23
Cachoeira	9.171,80	9.171,80	0,00
TOTAL	16.781.564,74	42.125,64	27.853,86

7.2.1. Campus de Cruz das Almas

Tabela 16. Área construída no campus de Cruz das Almas.

Instalação	Área (m ²)
Reitoria	3.560,94
Pavilhão de Laboratórios 01 (13 laboratórios)	2.360,00
Pavilhão de Zootecnia	1.665,00
Pavilhão de Química e Solos	2.301,50
Garagem	498,50
Residência Estudantil 1	571,55
Residência Estudantil 2	712,00
Residências – Docentes (22 unidades)	7.480,00
Residências – Técnicos Administrativos (10 unidades)	2.800,00
Restaurante Universitário	657,10
Pavilhão de Aulas I (24 salas)	4.220,00
Pavilhão de Aulas II (24 salas)	4.220,00
Processamento de Dados (CPD)	622,95
TOTAL	31.669,54

Tabela 17. Área em construção no campus de Cruz das Almas (2009/2010).

Instalação	Área (m ²)
Residência Estudantil (11 apartamentos para 66 residentes)	1.088,41
Sede dos Centros- CCAAB/CETEC, -150 gabinetes	4.179,00
Logística, Patrimônio e Manutenção	1.152,00
28 laboratórios	2.587,61
Hospital de Medicina Veterinária	3.425,22
TOTAL	12.432,24

7.2.2. Campus de Santo Antonio de Jesus

Tabela 18. Área construída no Campus de Santo Antonio de Jesus.

Instalação	Área (m ²)
Biblioteca	217,49
Administração	165,38
Salas de Aula (3 salas)	299,52
Laboratórios	178,23
Serviços (cantina, almoxarifado e depósito)	163,69
Convivência	110,00
Biblioteca	150,00
Pavilhão de Aulas I (20 salas de aula, 7 laboratórios, 50 gabinetes)	4.220,00
TOTAL	5.504,30

Tabela 19. Área em construção no campus de Santo Antonio de Jesus (2009/2010).

Instalação	Área (m²)
32 laboratórios	5.611,20
Residência Estudantil (11 apartamentos para 66 residentes)	1.088,41
Logística, Patrimônio e Manutenção	384,00
TOTAL	7.083,61

7.2.3. Campus de Amargosa

O centro de Formação de Professores (CFP) no Colégio Estadual Antônio Carlos Magalhães Junior, como uma locação provisória, com área total de 4.810 m² e 2.000 m² de área construída. O imóvel foi cedido pelo Governo do Estado da Bahia e contou com apoio da Prefeitura do Município de Amargosa. A partir do primeiro ano de vigência do PDI (2010), o CFP estará funcionando em sede própria.

Tabela 20. Área em construção no campus de Amargosa no período de 2009/2010.

Instalação	Área (m²)
Pavilhão de Aulas 01 (24 salas)	4.220,00
Residência Estudantil (11 apartamentos para 66 residentes)	1.088,41
Sede de Centro -CFP - 60 gabinetes	1.850,82
TOTAL	7.543,23

7.2.4. Campus de Cachoeira**Tabela 21. Área construída no campus de Cachoeira.**

Campus de Cachoeira	Área (m²)
Quarteirão Leite Aves (23 salas de aula, 5 laboratórios, sala de vídeo, auditório para 250 pessoas, biblioteca, praça de alimentação e gabinetes.	7.099,80
Fundação Hansen Bahia (locação provisória)	2.072,00
TOTAL	9.171,80

7.2.5. Demandas de infraestrutura

Tabela 22. Demandas para infraestrutura e instalações físicas entre 2009 e 2014.

Infraestrutura e instalações por campus	2009	2010	2011	2012	2013	2014
<i>Cruz das Almas</i>						
Coordenadoria de Logística, Manutenção e Patrimônio						
Pavilhão de Aulas 02						
Residência Estudantil -						
Pavimentação Asfáltica						
Unidades de aulas práticas do CCAAB - Etapa 1						
Hospital de Medicina Veterinária						
Unidades Zootécnicas de Ensino e Pesquisa - Etapa 1						
Unidades de aulas práticas do CCAAB - Etapa 2						
Pavilhão de Laboratórios 02						
Biblioteca Central						
Urbanismo, jardinagem e paisagismo						
Ginásio de Esportes						
Laboratórios de Ciências Biológicas						
Complexo de Ciências Exatas e Tecnológicas						
Reitoria						
Colegiados da Pós-Graduação						
Centro de Vivência						
Laboratórios de Pesquisa						
Restaurante Universitário						
Centro de eventos e convenções						
Infraestrutura e Urbanização						
Pavilhão de Aulas 03						
Laboratórios de Pesquisa						
Unidade de Tecnologia da Informação e Inclusão Digital						
Pólo de Ensino a Distância						
<i>Amargosa</i>						
Coordenadoria de Logística, Manutenção e Patrimônio						
Sede de Centro do CFP						
Residência Estudantil						
Pavilhão de Aulas 01						
Biblioteca Setorial e Auditório						
Jardinagem e paisagismo						
Pavimentação Asfáltica						
Ginásio de Esportes						
Centro de Vivência						
Restaurante Universitário						
Infraestrutura e Urbanização						
Laboratórios didáticos						
Complexo de Educação Física						
Pavilhão de Aulas 02						
Laboratórios de Pesquisa						
<i>Santo Antonio de Jesus</i>						
Coordenadoria de Logística, Manutenção e Patrimônio						
Residência Estudantil						

Pavimentação Asfáltica						
Laboratórios de Pesquisa						
Biblioteca Setorial e Auditório						
Ginásio de Esportes						
Centro de Vivência						
Restaurante Universitário						
Laboratórios Didáticos						
Jardinagem e paisagismo						
Infraestrutura e Urbanização						
Pavilhão de Aulas 02						
Laboratórios de Pesquisa						
<i>Cachoeira</i>						
Coordenadoria de Logística, Manutenção e Patrimônio						
Residência Estudantil						
Centro de Vivência						
Laboratórios Didáticos						
Restaurante Universitário						
Pavilhão de Aulas						
Laboratórios de Pesquisa						

7.3. Biblioteca

A UFRB dispõe de um sistema de bibliotecas composto por uma Biblioteca Central, localizada no campus de Cruz das Almas e mais três Bibliotecas Setoriais, situadas nos campi de Cachoeira, Santo Antônio de Jesus e Amargosa.

7.3.1. Cronograma de Expansão do acervo

A projeção dos acervos levou em conta que as bibliotecas atuais da UFRB estão em instalações provisórias, pois a Instituição encontra-se em fase de implantação, portanto estão previstas com dotação orçamentária já definida, a construção de edificações para as bibliotecas.

Conforme a *política de formação e desenvolvimento de coleções do sistema de bibliotecas da UFRB*, a aquisição é feita através de lista de solicitação dos professores de cada disciplina, indicando cinco títulos básicos e três complementares; sendo o número de exemplares calculado com base na proporção de um exemplar para cada oito alunos. Para a atualização e expansão do acervo tomam-se como base também as bibliografias constantes nos programas das disciplinas inseridas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação da Instituição.

No exercício de 2009 foi adquirido o *Software Pergamum*, o que permitiu o início do cadastramento de livros, por Centro de Ensino, visando oferecer os serviços informatizados.

Seguindo o cronograma do *Projeto de Informatização do Sistema de Bibliotecas*, a Biblioteca Setorial no Centro de Ciências da Saúde (CCS), no campus de Santo Antônio de Jesus, já possui cadastro. Há uma previsão de que seja cadastrado o acervo da Biblioteca Setorial, no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), no campus de Cachoeira e a acervo da Biblioteca Setorial, no Centro de Formação de Professores (CFP) no campus de Amargosa até o final do exercício 2009. Em decorrência do maior quantitativo de títulos e volumes, o acervo da Biblioteca Central, no campus de Cruz das Almas, deverá ser informatizada até março de 2010.

As tabelas 23, 24, 25, 26 e 27 mostram os cronogramas de expansão dos acervos das bibliotecas da UFRB para a situação atual (2009) e para os 5 anos de vigência do PDI (2010-2014).

Tabela 23. Cronograma de expansão do acervo da Biblioteca Central – campus de Cruz das Almas.

Item	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Livros - títulos	18.412	23.400	28.200	32.000	35.000	38.000
Livros - volumes	32.763	92.700	152.000	200.000	226.000	240.000
Periódicos	744	764	779	789	799	810
Jornais	1	4	6	8	10	12
Revistas	2	5	7	9	11	13
Dicionários	11	41	76	80	96	110
Enciclopédias	5	10	18	30	59	70
Base de dados	0	10	25	38	40	52
DVD/CD/CD-ROMS	0	230	310	460	575	600

Tabela 24. Cronograma de expansão do acervo da Biblioteca Setorial – campus de Cachoeira.

Item	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Livros - títulos	1.354	3.500	6.800	10.000	12.500	15.000
Livros - volumes	4.182	16.300	42.000	70.000	86.000	98.000
Periódicos	0	856	72	110	140	180
Jornais	1	4	6	7	8	9
Revistas	2	5	7	8	9	10
Dicionários	26	26	38	50	60	70
Enciclopédias	0	5	13	18	21	26
Base de dados	0	5	10	14	18	20
DVD/CD	106	50	120	170	250	300

Tabela 25. Cronograma de expansão do acervo da Biblioteca Setorial – campus de Santo Antonio de Jesus.

Item	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Livros - títulos	539	3.000	5.000	6.500	9.000	10.500
Livros - volumes	4.302	15.200	39.200	46.000	54.000	66.000
Periódicos	0	20	40	70	90	110
Jornais	1	16	6	7	8	9
Revistas	2	5	7	8	9	10
Dicionários	10	20	32	45	50	60
Enciclopédias	0	5	17	25	32	40
Base de dados	0	5	8	10	12	14
DVD/CD	0	50	110	150	200	250

Tabela 26. Cronograma de expansão do acervo da Biblioteca Setorial – campus de Amargosa.

Item	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Livros - títulos	411	2.900	4.900	6.400	7.500	8.2500
Livros - volumes	3.092	33.000	39.200	46.000	54.000	60.000
Periódicos	0	30	50	60	80	90
Jornais	1	4	5	6	7	8
Revistas	2	4	6	7	9	10
Dicionários	0	20	32	45	50	60
Enciclopédias	0	5	10	15	25	35
Base de dados	0	5	8	10	12	14
DVD/CD	0	50	80	130	160	200

7.3.2. Espaço físico para estudos

Tabela 27. Espaço Físico para estudos (em metros quadrados).

Campus	Área de estudo (m ²)	Observação
Cruz das Almas	465,15	Local provisório
Santo Antônio de Jesus	178,00	Local provisório
Amargosa	160,00	Local provisório
Cachoeira	371,00	Local provisório

7.3.3. Horário de funcionamento

Tabela 28. Horário de funcionamento das bibliotecas da UFRB.

Campus	Horário
Cruz das Almas	Segunda a Sexta: 07h00min h – 22h00min
Santo Antônio de Jesus	Segunda a Sexta: 08h00min h – 19h00min
Amargosa	Segunda a Sexta: 08h00min – 12h00min Segunda a Sexta: 13h00min – 22h30min Sábado (quinzenalmente): 08h00min – 12h00min
Cachoeira	Segunda a Sexta: 08h00min – 22h00min

7.3.4. Recursos tecnológicos das bibliotecas

Recursos tecnológicos disponíveis nas bibliotecas da UFRB:

- ✓ Computador e impressoras para usuários
- ✓ Internet
- ✓ Programa para registro de acervo, para cadastrar usuários e controle de empréstimo e devolução
- ✓ Base de dados bibliográfica

A UFRB possui o *Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas*. É um sistema informatizado de gerenciamento de Bibliotecas, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. O Sistema contempla as principais funções de uma Biblioteca, funcionando de forma integrada da aquisição ao empréstimo.

O *software* aproveita as principais idéias da Instituição, tornando-o capaz de gerenciar qualquer tipo de documento. Apresenta a seguinte descrição:

- ✓ Utiliza como ferramenta de pesquisa o Software HtDig (Ferramenta utilizada para pesquisa na internet);
- ✓ Realiza pesquisa ou filtragem por tipo de material bibliográfico;
- ✓ Apresenta segurança e integridade dos dados;
- ✓ Tem alta capacidade de armazenamento;
- ✓ Permite acesso simultâneo de usuários às bases de dados;
- ✓ Possui gerenciamento integrado de dados e funções da Biblioteca;
- ✓ Pode gerenciar diferentes tipos de materiais (Bibliográfico, museológico, etc.);
- ✓ Permite entrada e atualização de dados on-line;
- ✓ Permite migração da base de dados já existente na Biblioteca;
- ✓ Possui módulo de parâmetro para customizar o funcionamento do Sistema;
- ✓ Utiliza senhas criptografadas.

Algumas funções do *software*:

- ✓ Catalogação
- ✓ Circulação
- ✓ Acesso Público à Informação (OPAC)
- ✓ DSI
- ✓ Informações dos usuários Serviço de importação e exportação de dados (on-line)

- ✓ Processo gerencial
- ✓ Compartilhamento de recursos
- ✓ Conformidade a padrões e normas internacionais

7.3.5. Pessoal técnico-administrativo

Biblioteca Central - Campus de Cruz das Almas:

- 05 Bibliotecários/ Documentalistas
- 01 Auxiliar Administrativo
- 02 Assistentes em Administração
- 02 Técnicos em Contabilidade
- 01 Auxiliar em Ciência e Tecnologia (Servidor portador de necessidades especiais – atuando como controlador de entrada no setor de empréstimo)

Biblioteca Setorial – Campus de Santo Antônio de Jesus:

- 01 Bibliotecário/Documentalista
- O atendimento é realizado por 4 pessoas (prestadores de serviço temporário).

Biblioteca Setorial – Campus de Cachoeira:

- 01 Bibliotecário Documentalista
- O atendimento é realizado por 8 pessoas (prestadores de serviço temporário).

Biblioteca Setorial – Campus de Amargosa:

- 01 Bibliotecário/Documentalista
- O atendimento é realizado por 4 pessoas (prestadores de serviço temporário).

7.3.6. Serviços oferecidos

Biblioteca Central - Campus de Cruz das Almas:

- Empréstimo domiciliar e consulta local;

- Pesquisa bibliográfica;
- Treinamento de usuários;
- Comutação bibliográfica;
- Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos;
- Reserva bibliográfica;
- Consulta ao portal de periódicos;
- Elaboração de ficha catalográfica;
- Orientação na utilização das normas da ABNT.

Biblioteca Setorial – Campus de Santo Antônio de Jesus:

- Empréstimo domiciliar e consulta local;
- Pesquisa bibliográfica;
- Treinamento de usuários;
- Comutação bibliográfica;
- Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos;
- Reserva bibliográfica;
- Consulta ao portal de periódicos.

Biblioteca Setorial – Campus de Cachoeira:

- Empréstimo domiciliar e consulta local;
- Pesquisa bibliográfica;
- Treinamento de usuários;
- Comutação bibliográfica;
- Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos;
- Reserva bibliográfica;
- Consulta ao portal de periódicos

Biblioteca Setorial – Campus de Amargosa:

- Empréstimo domiciliar e consulta local;
- Pesquisa bibliográfica;

- Treinamento de usuários;
- Comutação bibliográfica;
- Orientação e normalização de trabalhos acadêmicos;
- Reserva bibliográfica;
- Consulta ao portal de periódicos;
- Orientação na utilização das normas da ABNT;
- Elaboração de ficha catalográfica e orientação no preenchimento do currículo Lattes.

7.3.7. Atualização do acervo

O acervo das bibliotecas da UFRB é atualizado semestralmente, de acordo com as demandas bibliográficas requeridas pelos cursos de graduação e pós-graduação. A política de atualização do acervo das bibliotecas passa por um *programa de aquisição permanente*, através de compras, doações e permutas.

A compra de livros, periódicos e multimeios é organizada respeitando-se a estrutura administrativa dos Centros, por campi e por colegiados de cursos de graduação e pós-graduação, os quais, através da direção do Centro, encaminham os pedidos formulados pelos professores à Biblioteca Central.

Recebidas as solicitações dos professores, a Biblioteca Central as encaminha à Coordenadoria de Compras e Licitação/Pró-Reitoria de Administração. Todas as solicitações de compras são atendidas. As bibliotecas possuem em seus acervos obras atualizadas e os clássicos referentes a cada curso, assim como todas as obras indicadas nas ementas dos programas de ensino. Com relação às obras básicas, procura-se adequar a aquisição a um percentual suficiente de número de exemplares para que as turmas de alunos possam dispor do empréstimo.

Todo o acervo adquirido é registrado, catalogado e classificado na Biblioteca Central e encaminhado às três bibliotecas setoriais correspondentes. A aquisição de periódicos estará garantida no período de vigência do PDI, pela renovação automática que é controlada pela Biblioteca Central, porém os exemplares são enviados diretamente às bibliotecas setoriais.

7.4. Laboratórios

7.4.1. Instalações e equipamentos

As instalações e equipamentos (veja o anexo) existentes e a serem adquiridos apresentam correlação pedagógica com os cursos e programas de graduação e pós-graduação conforme disposições previstas nos Planos Pedagógicos de Cursos (PPC) nos quatro campi da Universidade.

- *Campus de Cruz das Almas - CCAAB e CETEC*

CCAAB

Atualmente o Centro possui 43 laboratórios e 2 Campos Experimentais para atender 1.024 alunos matriculados em 10 cursos de graduação (vê Tabela 2) e 154 alunos matriculados em 4 programas de pós-graduação *stricto sensu*, sendo 4 cursos de mestrados e 1 de doutorado (Vê a Tabela 3).

Tabela 29. Laboratórios disponíveis no CCAAB – Campus de Cruz das Almas.

Denominação	Localização	Área (m ²)	Capacidade (alunos)
Laboratório de Informática da Engenharia Florestal	Pavilhão I - Sala 4	27,94	15
Laboratório Multifuncional	Pavilhão I - Sala 6	56,56	35
Laboratório de Bioquímica e Nutrição Mineral	Pavilhão II - Sala 11	56,24	35
Laboratório de Tecnologia de Alimentos	Pavilhão II - Sala 15	56,24	35
Laboratório de Física do Solo	Pavilhão II - Sala 18	75,76	40
Laboratório de Biologia do Solo	Pavilhão II - Sala 19	36,00	24
Laboratório de Gênese e Morfologia	Pavilhão II - Sala 21	38,64	25
Laboratório de Química e Fertilidade I	Pavilhão II - Sala 24	56,56	35
Laboratório de Química e Fertilidade II	Pavilhão II - Sala 25	56,24	35
Laboratório de Microbiologia	Pavilhão III - Sala A1	55,64	35
Laboratório de Fisiologia Vegetal	Pavilhão III - Sala A2	55,92	35
Laboratório de Entomologia	Pavilhão III - Sala A3	55,92	35
Laboratório de Microscopia	Pavilhão III - Sala C1	56,56	35
Laboratório de Metareciclagem	Pavilhão III - Sala C2	37,60	25
Laboratório de Zoologia I	Pavilhão III - Sala C3	54,95	35
Laboratório de Botânica	Pavilhão III - Sala C4	56,29	35
Laboratório de Anatomia e Fisiologia Animal	LAFA		
Unidade de Anatomia Animal I – Ossos	LAFA – Sala 1	36,00	20
Unidade de Anatomia Animal II - Órgãos	LAFA – Sala 2	36,00	20
Unidade de Fisiologia Animal	LAFA – Sala 3	36,00	20
Laboratório de Qualidade da Água dos Organismos Aquáticos	NEPA	35,00	20

Laboratório de Genética dos Organismos Aquáticos	NEPA	32,00	20
Laboratório de Nutrição e Fisiologia dos Organismos Aquáticos	NEPA	32,00	15
Laboratório de Microbiologia e Tecnologia do Pescado	NEPA	32,00	15
Laboratório de Análise Física e Química da Água e Solo	NEAS	36,00	20
Laboratório de Engenharia da Irrigação	NEAS	36,00	20
Laboratório de Microbiologia e Fitopatologia	LMF		
Unidade de Enzimologia	LMF	20,00	12
Unidade de Genética de Microorganismos	LMF	20,00	12
Unidade de Microbiologia do Solo	LMF	35,00	20
Laboratório de Marcadores Moleculares	NBIO	56,29	35
Laboratório de Seleção Precoce	NBIO	56,29	35
Laboratório de Anatomia Vegetal	Biologia	32,00	15
Laboratório de Zoologia II	Biologia	32,00	15
Herbário	Biologia	36,00	20
Laboratório de Mel	Setor de Apicultura	32,00	15
Laboratório de Tecnologia da Madeira	BL 2 – LAB 1	56,29	35
Laboratório de Recursos Genéticos Vegetais	BL 3 – LAB 1	56,29	35
Laboratório de Inclusão Digital	BL 3 – LAB 2	56,29	35
Laboratório de Dendrologia e Ecologia Florestal	BL 3 – LAB 3	56,29	35
Laboratório de Bromatologia	BL 5 – LAB 1	56,29	35
Unidade de Avaliação Qualitativa de Produtos Animais	BL 5 – LAB 2	56,29	35
Laboratório de Histologia	BL 5 – LAB 3	56,29	35
Laboratório de Microbiologia Veterinária	BL 5 – LAB 4	56,29	35
Laboratório de Bioquímica e Imunologia Veterinária	BL 6 – LAB 1	56,29	35
Laboratório de Zoologia dos Vertebrados	BL 6 – LAB 2	56,29	35
Laboratório de Ecologia	BL 6 – LAB 3	56,29	35
Laboratório de Genética, Evolução e Fisiologia Vegetal	BL 6 – LAB 4	56,29	35
Total			

Tabela 30. Outros locais de pesquisa e aulas práticas no CCAABB - Campus de Cruz das Almas .

Denominação	Área (m ²)
Núcleo de Melhoramento Genético e Biotecnologia - NBIO	340
Núcleo de Estudos da Pesca e Aquicultura - NEPA	
Núcleo de Engenharia de Água e Solo – NEAS (2 unidades)	680
Núcleo de Agricultura Familiar e Agroecologia - NAF	340
Setor de Apicultura	
Setor Zootécnico (Aves, bovinos, caprinos, ovinos, etc.)	443.806,18
Setor de Engenharia Florestal	
Campo Experimental I	
Campo Experimental II	
Laticínios – Unidade Didática de Processamento de Produtos Lácteos	

Tabela 31. Laboratórios didáticos previstos no período de execução do PDI para o CCAABB.

Laboratório	Área (m ²)	Capacidade (alunos)	Ano (implantação)
Histologia, Embriologia e Histopatologia Animal	61		2010
Biologia Celular e Molecular	61		2010
Bioquímica Metabólica e Imunologia	61		2010
Microbiologia e Parasitologia Animal	61		2010
Microbiologia e Fitopatologia	61		2010

Análises de Alimentos e Bromatologia	61		2010
Zoologia de Invertebrados	61		2010
Zoologia de Vertebrados	61		2010
Anatomia e Fisiologia Humana e Biofísica	61		2010
Microscopia	61		2010
Tecnologia Aplicada a Produção Vegetal I (fruteiras e ornamentais)	61		2011
Tecnologia Aplicada a Produção Vegetal II (oleaginosas e gramíneas)	61		2010
Tecnologia e Processamento de Alimentos	61		2010
Fisiologia Vegetal e Ecofisiologia	61		2010
Fisiologia Animal Comparada	61		2010
Cultura de Tecidos e Recursos Genéticos Vegetais	61		2011
Processamento e Análise de Produtos Apícolas	61		2011
Carcinicultura de Água Doce	61		2011
Algacultura	61		2011
Microbiologia de Pescado	61		2011
Ictiologia	61		2011
Solos I	61		2011
Solos II	61		2011
Solos III	61		2011
Total			

Tabela 32. Laboratórios de pesquisa previstos no período de execução do PDI para o CCAABB.

Laboratório	Área (m ²)	Capacidade (alunos)	Ano de implantação
Microbiologia I			2010
Microbiologia II			2010
Microbiologia III			2010
Microbiologia IV			2011
Microbiologia V			2011
Microbiologia VI			2012
Rotina de Análise de Solos			2010
Análise de Metais Traços			2011
Águas Residuais			2011
Bioquímica e Nutrição Mineral de Plantas I			2011
Bioquímica e Nutrição Mineral de Plantas II			2011
Fitoquímica			2011
Química do Solo			2011
Química Analítica			2011
Geologia			2011
Matéria Orgânica do Solo			2011
Manejo e Qualidade do Solo			2011
Gênese do Solo			2010
Física do Solo			2010
Geoprocessamento I			2011
Geoprocessamento II			
Total			

CETEC

O Centro possui 13 laboratórios para atender 369 alunos matriculados em 2 cursos de graduação (vê Tabela 2).

Tabela 33. Laboratórios disponíveis no CETEC – Campus de Cruz das Almas.

Denominação	Localização	Área (m ²)	Capacidade (alunos)
Química Analítica	Pavilhão II – Sala 10	56,24	35
Física III e IV	Pavilhão III – A4	55,92	35
Física I e II	Pavilhão III – A5	42,80	28
Química Analítica e Ambiental	Pavilhão III – D1	36,89	24
Química Geral e Orgânica	Pavilhão III – D2	56,67	35
Sala de Assistência Técnica	Pavilhão III – D3 B	18,47	28
Sala de Assistência Técnica	Pavilhão III – D3 C	36,89	24
Bioquímica	Pavilhão III – D5	72,80	40
Laboratório de Física I – Sala 1	Bloco 2 – LAB 1		
Laboratório de Física II – Sala 2	Bloco 2 – LAB 2		1
Laboratório de Física III – Sala 3	Bloco 2 – LAB 3		
Laboratório de Informática I	Pavilhão II		
Laboratório de Informática II e III	Pavilhão de Aulas I		
Total			

Tabela 34. Laboratórios previstos no período de execução do PDI no CETEC.

Curso/Laboratório	Área (m ²)	Capacidade (alunos)	Ano (implantação)
<i>Engenharia Mecânica</i>			
Metrologia	61	40	2010
Hidráulica e Pneumática	61	40	2010
Processos de Fabricação			
Unidade de Usinagem	61	40	2011
Unidade de Soldagem	61	40	2011
Unidade de Conformação	61	40	2011
Ensaio Mecânicos	61	40	2010
Metalografia	61	40	2010
Eletrotécnica	61	40	2010
Tratamento Térmico	61	40	2011
CAD - Desenho Auxiliado por Computador	61	40	2010
Máquinas Térmicas	61	40	2010
Sistemas de Manufatura	61	40	2011
Vibrações	61	40	2011
Máquinas de Fluxo	61	40	2012
<i>Engenharia da Computação</i>			
Eletricidade e de Circuitos	61	40	2010
Eletrônica Digital	61	40	2010
Eletrônica Analógica	61	40	2010
Programação	61	40	2010
Software;	61	40	2011
Hardware e Periféricos;	61	40	2011
Redes de Computadores	61	40	2012
Informática I	61	40	2010
Informática II	61	40	2011
Informática III	61	40	2012
Informática IV	61	40	2011

Informática V	61	40	2012
Informática VI	61	40	2012
<i>Engenharia Elétrica</i>			
Eletricidade e Circuitos	61	40	2011
Máquinas Elétricas	61	40	2012
Instalações e Acionamentos Elétricos	61	40	2010
Eletrônica Analógica e Digital	61	40	2011
Eficiência Energética	61	40	2012
Unidade de Energias Renováveis e Alternativas	61	40	2012
Sistemas de Potência e Transmissão	61	40	2012
Automação e Acionamentos Eletrônicos	61	40	2012
Sistemas de Potência e Transmissão			
<i>Engenharias</i>			
Matemática e Estatística	61	40	2011
Materiais de Construção	61	40	2012
Unidade de Técnicas Construtivas	61	40	2010
Geotecnia	61	40	2011
Hidráulica e Hidrologia	61	40	2011
Unidade de Fenômeno de Transportes	61	40	2012
Análise de Água	61	40	2012
Caracterização e Tratamento de Resíduo	61	40	2012
Total	2.501	1.640	

- Campus de Amargosa – CFP

O Centro possui 4 laboratórios em instalações provisórias, para atender 468 alunos matriculados em 5 cursos de graduação (vê Tabela 2).

O CFP funciona neste exercício (2009) em local provisório cedido pelo Governo do Estado da Bahia no Colégio Estadual Antonio Carlos Magalhães Junior com área total de 4.810 m² e área construída de 2.000 m². A partir de 2010 o CFP será transferido para sede própria.

Tabela 35. Laboratórios disponíveis no CFP – Campus de Amargosa.

Laboratório (local provisório)	Área (m ²)	Capacidade (alunos)
Informática	49	30
Física I	34	20
Química	19	12
Física II	25	15
Matemática	18	12
Total	145	89

Tabela 36. Laboratórios previstos no período de execução do PDI para o CFP.

Curso/Laboratório	Área (m ²)	Capacidade (alunos)	Ano (implantação)
<i>Química</i>			
Biologia e Bioquímica	60	40	2010

Química Orgânica	60	40	2010
Química Analítica	60	40	2010
Química Geral e Inorgânica	60	40	2010
Físico-Química	60	40	2010
Ensino de Química I	60	40	2011
Ensino de Química II	60	40	2011
<i>Física</i>			
Mecânica	60	40	2010
Ondas, Mecânica dos Fluidos e Termodinâmica	60	40	2010
Eletromagnetismo, Ótica e Física Moderna	60	40	2010
Instrumentação para o Ensino Física	60	40	2011
Demonstrações Físicas	60	40	2011
Ensino de Astronomia	60	40	2011
<i>Matemática</i>			
Matemática	56	35	2010
Ensino da Matemática	60	40	2010
<i>Educação Física</i>			
Fisiologia	60	40	2010
Anatomia	60	40	2010
Bioquímica	60	40	2011
<i>Pedagogia</i>			
Ensino	60	40	2010
Brinquedoteca	75	37	2010
<i>Filosofia</i>			
Estudos e Pesquisa em Filosofia	56	35	2010
Total	1.267	827	

- Campus de Santo Antonio de Jesus - CCS

O Centro possui 10 laboratórios para atender 768 alunos matriculados em 4 cursos de graduação (vê Tabela 2).

Tabela 37. Laboratórios disponíveis no CCS – Campus de Santo Antônio.

Laboratório	Área (m ²)	Capacidade (alunos)
Anatomia, Embriologia, Fisiologia e Neuroanatomia	40,85	20
Biologia, Citologia, Genética, Higiene, Imunologia, Microbiologia Geral	40,85	20
Bioquímica, Farmacologia e Química	40,85	20
Histologia, Parasitologia, Patologia e Práticas Optativas da Área	40,85	20
Nutrição I	22,65	15
Nutrição II	56,25	30
Nutrição III	56,25	30
Enfermagem I	56,25	30
Enfermagem II	56,25	30
Psicologia	56,25	30
Total	467,3	245

Tabela 38. Laboratórios previstos no período de execução do PDI no CCS.

Laboratório	Área (m ²)	Capacidade (alunos)	Ano (implantação)
Avaliação Nutricional	61,10	40	2010
Microscopia	61,10	40	2010
Enfermagem I	61,10	40	2010
Enfermagem II	61,10	40	2010
Enfermagem III	61,10	40	2010
Enfermagem IV	61,10	40	2010
Anatomia	61,10	40	2010
Bioquímica	61,10	40	2010
Técnica Dietética e Análise Sensorial I	61,10	40	2010
Técnica Dietética e Análise Sensorial II	61,10	40	2010
Multiuso	61,10	40	2010
Tecnologia dos Alimentos	61,10	40	2010
Microbiologia e Higiene de Alimentos	61,10	40	2010
Bromatologia	61,10	40	2010
Química Geral e Multiuso	61,10	40	2010
Imunologia	61,10	40	2010
Sala de Preparo	61,10	40	2010
Fisiologia – Farmacologia e Biofísica	61,10	40	2010
Parasitologia	61,10	40	2010
Histologia e Patologia	61,10	40	2010
Biologia Molecular e Genética	61,10	40	2010
Microbiologia	61,10	40	2010
Total	1.344,20	880	

- Campus de Cachoeira - CAHL

O Centro possui dois laboratórios para atender quatro cursos de graduação

Tabela 39. Laboratórios disponíveis no CAHL – Campus de Cachoeira.

Laboratório	Área (m ²)	Capacidade (alunos)
Informática	64	30
Comunicação	64	20
Total	100	60

Tabela 40. Laboratórios previstos no período de execução do PDI no CAHL.

Laboratório	Área (m ²)	Capacidade (alunos)	Ano (implantação)
Comunicação			
Radiojornalismo	60	35	2010
Telejornalismo	60	35	2011
<i>Museologia</i>			
Museologia I – Documentação e Arqueologia	75	30	2010
Museologia II - Conservação	75	30	2010
Museologia III – Técnicas e Processos Criativos	75	30	2011
Museologia IV - Comunicação	75	30	2011
<i>Cinema/Audiovisual</i>			

Fotografia Preto e Branco	90	30	2011
Filmagem	90	30	2010
Áudio	90		
Fotografia	90		
Edição	90	30	2011
<i>Ciências Sociais e Serviço Social</i>			
Informática para as Ciências Sociais e Serviço Social	60	35	2010
<i>História</i>			
Didático de Ensino de História	60	30	2010
Total	738	345	

7.4.2. Recursos de informática disponíveis:

- Rede: 17 unidades
- Computadores: 800 unidades
- Impressoras: 70 unidades
- Sistemas de informação: 10 unidades

7.4.3. Relação equipamento/aluno

- a. Cenário ideal: 1 equipamento para 1 aluno.
- b. Cenário atual: 1 equipamento para 8 alunos.
- c. Cenário esperado ao final do período do PDI: 1 equipamento para 3 alunos

7.4.4. Descrição de inovações tecnológicas significativas

- a. Quadros interativos para uso em aulas: atendido no exercício de 2009
- b. Sala de vídeo conferência: atendido
- c. Laboratório para criação de aulas EAD para professores
- d. Laboratório para aprendizagem /disseminação de software livre
- e. Biblioteca virtual

7.5. Recursos tecnológicos e de áudio visual

Tabela 41. Cronograma de expansão dos recursos tecnológicos e de áudio visual da UFRB.

Tipo	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rede	17	33	50	60	70	100
Computadores	800	1.400	2.000	2.600	3.200	4.000
Sistemas de informação	10	16	20	30	40	50
Impressoras	70	200	350	450	500	600
Câmeras digitais	16	30	50	90	110	150
Filmadoras	9	16	32	45	56	65
Aparelho DVD	13	30	40	60	80	120
Projeto multimídia	52	120	180	200	250	300
TV	48	60	90	110	130	150
Caixas Acústicas Amplificadas	0	4	8	10	15	20
Mesas de Som	0	4	5	6	7	8
Microfone sem fio	2	10	20	30	40	50
Microsystem	1	4	8	15	17	20
Quadro Interativo	20	40	60	80	100	120
Retroprojeto	25	25	25	25	25	25
Scanner	10	30	45	60	70	100

7.6. Plano de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado a portadores de necessidades especiais

As políticas e adequações de infraestrutura física, relativas à promoção de acessibilidade, atendimento prioritário, imediato e diferenciado para utilização com segurança pelos portadores de necessidades especiais são descritas para o período de vigência do PDI (2010-2014).

Para atender o Decreto nº 5.773/2006 que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação no sistema federal de ensino, a UFRB deverá executar, no período de vigência do PDI, um *Plano Institucional de Promoção de Acessibilidade e de Atendimento Diferenciado a Portadores de Necessidades Especiais*, conforme específica o decreto nº 5.296/2004 que regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Neste sentido, deverá integrar o planejamento operacional da UFRB para cada ano de vigência do PDI :

- i. diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais para este fim;
- ii. ações de apoio e promoção de capacitação e especialização de recursos humanos em acessibilidade e ajudas técnicas;
- iii. acompanhamento da legislação sobre acessibilidade;
- iv. estudos e diagnósticos sobre a situação da acessibilidade arquitetônica, urbanística, de transporte, comunicação e informação no âmbito dos campi; e
- v. realização de campanhas informativas e educativas sobre acessibilidade.

Embora com atendimento ainda parcial, UFRB, no atual exercício (2009), já adota algumas ações, normas e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, nos seus projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo nos campi, bem como na execução de obras de destinação pública ou coletiva.

Para o desenvolvimento institucional da UFRB, os seus projetos de revitalização, recuperação ou reabilitação urbanística dos campi, no período de vigência do PDI, incluirão ações destinadas à eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, nos transportes e na comunicação e informação, devidamente adequadas às exigências da legislação vigente.

A UFRB está ciente, reconhece e aceita, através de manifestação ao seu Conselho Universitário, que o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, os Conselhos Estaduais e Municipais e as organizações representativas de pessoas portadoras de deficiência acompanhem e sugiram medidas para o cumprimento dos requisitos estabelecidos na legislação vigente.

Como autarquia da administração pública indireta, a UFRB deve dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e isto inclui, ainda, as pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, gestantes, lactantes e pessoas com criança de colo. O atendimento prioritário compreende tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas. O tratamento diferenciado deverá ser implementado ao longo do período de vigência do PDI e constitui dentre outros:

- Espaços e instalações acessíveis;
- Mobiliário de recepção e atendimento obrigatoriamente adaptado à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;
- Serviços de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, prestado por intérpretes ou pessoas capacitadas em Língua Brasileira de Sinais LIBRAS e no trato com aquelas que não se comuniquem em LIBRAS, e para pessoas surdo cegas, prestado por guias-intérpretes ou pessoas capacitadas neste tipo de atendimento;
- Pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência visual, bem como às pessoas idosas;
- Disponibilidade de área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida; sinalização ambiental para orientação das pessoas; divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Admissão de entrada e permanência de cão-guia junto de pessoa portadora de deficiência nos locais disposto, bem como nas demais edificações de uso público e naquelas de uso coletivo.

A formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade da UFRB em seus planos atenderão às seguintes premissas básicas:

- A priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações; e
- o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos.

7.6.1. Implementação da acessibilidade arquitetônica e urbanística

A concepção e a implantação dos projetos arquitetônicos e urbanísticos nos campi da UFRB devem atender aos princípios do desenho universal, tendo como referências básicas as normas técnicas de acessibilidade da ABNT, a legislação específica e as regras contidas no Decreto nº 5.296/2004. Deverão ser observadas as seguintes diretrizes no Desenvolvimento Institucional da UFRB:

- ✓ Inclusão de conteúdos temáticos referentes ao desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos.
- ✓ Incentivar os programas e as linhas de pesquisa das áreas de Engenharia, Arquitetura e correlatos a incluam temas voltados para o desenho universal.
- ✓ A construção, reforma ou ampliação de edificações em todos os campi, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.
- ✓ Em qualquer intervenção nas vias e logradouros públicos a UFRB e as empresas concessionárias responsáveis pela execução das obras e dos serviços garantirão o livre trânsito e a circulação de forma segura das pessoas em geral, especialmente das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, durante e após a sua execução, de acordo com o previsto em normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

No planejamento e na urbanização das vias, dos logradouros e demais espaço de uso público nos campi da UFRB deverá observar e cumprir as exigências dispostas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT. Incluem-se nessa condição:

- ✓ construção de calçadas para circulação de pedestres ou a adaptação de situações consolidadas;
- ✓ rebaixamento de calçadas com rampa acessível ou elevação da via para travessia de pedestre em nível; e a instalação de piso tátil direcional e de alerta.

No campus de Cachoeira, onde ocorrer adaptação de bens culturais imóveis para funcionamento da UFRB, será admitida, em caráter excepcional, faixa de largura menor que o estabelecido nas normas técnicas, com justificativa baseada em estudo técnico e que o acesso seja viabilizado de outra forma, garantida a melhor técnica possível.

Sempre que houver viabilidade arquitetônica, a UFRB buscará garantir dotação orçamentária para ampliar o número de acessos nas edificações de uso público a serem construídas, ampliadas ou reformadas. Na ampliação ou reforma das edificações de uso público ou de uso coletivo, os desníveis das áreas de circulação internas ou externas serão transpostos por meio de rampa ou equipamento eletromecânico de deslocamento vertical, quando não for possível outro acesso mais cômodo para pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Tabela 42 apresenta algumas adequações da infraestrutura da UFRB para o atendimento aos portadores de necessidades especiais no período atual e de vigência do PDI. Veja que se contempla no PDI a construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público ou de uso coletivo da UFRB com de sanitários acessíveis destinados ao uso por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Tabela 42. Adequação da infraestrutura da UFRB para o atendimento aos portadores de necessidades especiais no período 2009-2014.

Item	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Rampas e sanitários acessíveis	X	X	X	X	X	X
Calçadas e elementos de sinalização		X	X	X	X	X
Rebaixamento de calçadas e rampas		X	X	X	X	X
Piso tátil direcional e de alerta			X	X	X	
Mobiliário de recepção		X	X	X		
Ajudas técnicas	X	X	X	X	X	X
Área para embarque e desembarque			X	X		
Elevadores	X	X	X	X	X	X

Os auditórios, ginásios de esporte, salas de conferências e similares existentes e/ou previstos na UFRB, reservarão, pelo menos, dois por cento da lotação do estabelecimento para pessoas em cadeira de rodas, distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e a obstrução das saídas.

Nas edificações citadas acima serão destinados dois por cento dos assentos para acomodação de pessoas portadoras de deficiência visual e de pessoas com mobilidade reduzida, incluindo obesos, em locais de boa recepção de mensagens sonoras, devendo todos ser devidamente sinalizados e estar de acordo com os padrões das normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Nos locais referidos, haverá, obrigatoriamente, rotas de fuga e saídas de emergência acessíveis, a fim de permitir a saída segura de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, em caso de emergência.

As áreas de acesso aos artistas, tais como coxias e camarins, também devem ser acessíveis a pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em fim, a UFRB proporcionará condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. Este PDI orienta os Gestores da Universidade para:

- i. cumprir as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica;
- ii. colocar à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas; e
- iii. produzir seu ordenamento interno com normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.

Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo localizados nos campi da UFRB, serão reservados, pelo menos, dois por cento do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual, sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circulação de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Nas edificações de uso público ou de uso coletivo, é obrigatória a existência de sinalização visual e tátil para orientação de pessoas portadoras de deficiência auditiva e visual, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

No caso da instalação de elevadores novos ou da troca dos já existentes, qualquer que seja o número de elevadores da edificação de uso público ou de uso coletivo, pelo menos um

deles terá cabine que permita acesso e movimentação cômoda de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, de acordo com o que especifica as normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

Junto às botoeiras externas do elevador, deverá estar sinalizado em braille em qual andar da edificação a pessoa se encontra.

7.6.2. Inclusão da Libras como disciplina curricular

Para cumprir o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a UFRB, através da Resolução do Conselho Acadêmico nº 14/2008 inseriu LIBRAS como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível superior, existentes e em todos que serão criados na Instituição. Adicionalmente, a mesma Resolução estabelece que todos os demais cursos de graduação deverão oferecer LIBRAS como disciplina optativa.

A Tabela 43 apresenta o cronograma de inclusão de Libras como disciplina curricular das 10 licenciaturas de formação de professores já implantadas e dos 3 cursos que serão implantados ao longo do período de execução do PDI.

Tabela 43. Cronograma de Inclusão de Libras como disciplina curricular em cursos de formação de professores, conforme percentuais mínimos estabelecidos no art. 3º do Decreto nº 5.626/2005.

Cursos	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ciências Biológicas	X	X	X	X	X	X
Ciências Natureza		X	X	X	X	X
Ciências Sociais		X	X	X	X	X
Educação Física	X	X	X	X	X	X
Filosofia	X	X	X	X	X	X
Física	X	X	X	X	X	X
História	X	X	X	X	X	X
Letras - LIBRAS		X	X	X	X	X
Matemática (CFP)	X	X	X	X	X	X
Matemática CETEC)	X	X	X	X	X	X
Pedagogia (Diurno)	X	X	X	X	X	X
Pedagogia (Noturno)	X	X	X	X	X	X
Química	X	X	X	X	X	X
Total de Licenciaturas ofertadas	10	13	13	13	13	13
Licenciaturas com Libras	10	13	13	13	13	13
Percentual de Licenciaturas com Libras	100%	100%	100%	100%	100%	100%

7.7. Comunicação com a sociedade

A Assessoria de Comunicação (ASCOM) da UFRB é órgão de apoio e assessoramento da Instituição, nas áreas de Imprensa, Internet, Publicidade e Propaganda, tem como finalidade prestar serviços de administração das informações jornalísticas, elaboração e execução de programas institucionais para o público interno e externo, bem como planejar, coordenar, executar e administrar a publicidade, propaganda e campanhas promocionais de interesse da Instituição.

A ASCOM é também responsável pelo planejamento das ações de Comunicação da UFRB. Organiza entrevistas coletivas, articula espaços para entrevistas e divulgação nas diversas emissoras de televisão e rádio e ainda negocia matérias especiais sobre pesquisas e assuntos do interesse da Universidade.

A ASCOM presta os seguintes serviços para a comunidade universitária:

- ✓ Serviços de Notícias
- ✓ Serviços de Sítios
- ✓ Serviços de Eventos

A ASCOM já criou mais de 80 sítios ligados ao portal da UFRB até o exercício de 2009. Esses sítios são para divulgar eventos, para grupos de pesquisa, para setores específicos administrativos e acadêmicos da UFRB ou para professores hospedarem suas aulas e atividades didáticas pedagógicas.

No período de vigência do PDI, a UFRB planeja expandir a sua comunicação institucional com o objetivo de promover a produção e a socialização da informação, divulgando a UFRB, transparência de sua gestão, com foco na suas atividades fim e nos seus produtos e serviços de ensino, pesquisa e extensão para a sociedade brasileira, através da mídia regional, estadual, nacional e internacional. Neste contexto pretende-se no criar até o ano de 2014 três órgãos complementares:

- Pólo Multimídia com o principal objetivo de congregar as diversas ações na área externa e interna da comunicação institucional;
- Laboratório de Desenvolvimento de Material Instrucional; e
- Editora e Gráfica Universitária.

Para atingir o objetivo proposto as metas a serem atingidas até o final do período de vigência do PDI estão expostas na Tabela 44.

Tabela 44. Metas para a comunicação institucional no período de vigência do PDI.

Meta	Ano (implantação)
Estabelecer a política de comunicação social da UFRB	2010
Criar uma revista institucional	2009
Criar um <i>newsletter</i> para mala direta interna	2009
Aprimorar e tornar diária a produção de <i>realises</i> para imprensa	2009
Aprimorar a comunicação <i>online</i> através da <i>home page</i> da instituição	2009
Criar um núcleo de Relações Públicas na ASCOM	2010
Aprimorar o Núcleo de Tecnologia e Informação	2010
Criar Núcleo de Audiovisual	2010
Padronizar material de divulgação da UFRB, com folder institucional sobre a universidade e catálogo de cursos.	2010
Definir logomarca definitiva da UFRB seja através de concurso ou terceirizada.	2010
Treinamento de mais servidores da UFRB para alimentação dos diversos sites ligados a <i>home page</i> .	2010
Instalar um Pólo Multimídia (TV e Rádio UFRB)	2013
Criar um kit stand UFRB para participação em eventos (toldo com material todo identificado para ser levado aos eventos).	2010
Produzir material de divulgação em eventos comemorativos da UFRB.	2010

8. Avaliação e Acompanhamento do Desenvolvimento Institucional

8.1. Procedimentos de auto-avaliação institucional

Em conformidade com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a UFRB criou a sua Comissão Própria de Avaliação (CPA), através da Portaria do Gabinete do Reitor Nº 005/2009 e posteriormente modificada pela Portaria 277/2009 para conduzir o processo de auto-avaliação institucional.

A auto-avaliação da UFRB, por meio da CPA, analisa a Instituição, para responder o que ela é e o que ela deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro. Desta forma os objetivos da auto-avaliação são:

- I. realizar a própria avaliação por meio da valoração da consistência da missão com as políticas institucionais efetivamente realizadas, para verificar a melhoria da qualidade dos serviços e produtos acadêmicos e do desenvolvimento institucional;
- II. usar a auto-avaliação e sua prática educativa para desenvolver na comunidade acadêmica a conscientização das suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, com mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.

A autoavaliação na UFRB é um processo cíclico, com caráter diagnóstico e formativo de autoconhecimento. Por consequência, a prática da autoavaliação é vista como um processo permanente e um instrumento de construção e consolidação da cultura de avaliação da instituição. O caráter formativo da autoavaliação deverá permitir o aperfeiçoamento tanto pessoal (dos docentes, discentes e corpo técnico-administrativo) quanto institucional, pelo fato de colocar todos os atores em um processo de reflexão e autoconsciência institucional.

Com base nas finalidades do SINAES, a CPA deverá proceder suas atividades de forma autônoma, livre de qualquer empecilho, e com o apoio material, logístico e de pessoal da Administração Superior e Setorial da UFRB, para que os resultados de seus trabalhos possam contribuir, efetivamente, para que Instituição melhore a qualidade da sua educação superior; oriente a expansão da sua oferta, aumente, de forma permanente, a sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

Observando as recomendações da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), a auto-avaliação institucional, realizada pela CPA, deverá contemplar a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais da UFRB e de seus cursos.

Assim, a CPA tem objetivo de realizar, em caráter público, todos os procedimentos, dados e resultados dos processos auto-avaliativos; levando em conta o respeito à identidade e à diversidade da Instituição e de seus cursos.

Neste sentido torna-se necessário que a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo da UFRB e da sociedade civil do Recôncavo da Bahia, ocorra por meio de suas representações.

A autoavaliação da UFRB, conduzida pela CPA terá por objetivos identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre elas obrigatoriamente as seguintes:

- a) a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- b) a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

- c) a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- d) a comunicação com a sociedade;
- e) as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- f) organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- g) infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- h) políticas de atendimento aos estudantes;
- i) sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

A CPA deverá também analisar de forma crítica e proativa os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional.

8.2 Formas de utilização dos resultados as autoavaliação

Os resultados da autoavaliação, conduzidos pela CPA, constituirão referencial básico dos processos de planejamento estratégico, tático e operacional da UFRB, inclusive corrigindo e melhorando as diretrizes, objetivos e metas elencados neste PDI. Desta forma, os resultados assumem um caráter construtivo e formativo, na medida em que são relevantes para viabilizar a qualificação dos processos de ensino, pesquisa e extensão, agregado ao compromisso da UFRB com a inclusão social e a formação da cidadania.

Os resultados da autoavaliação serão utilizados para:

- identificação dos cursos superiores da Instituição, propondo melhorias das potencialidades e insuficiências para solucionar os problemas detectados;

- avaliação da Instituição como uma totalidade integrada e a coerência entre a missão, princípios e finalidades da UFRB, o projeto acadêmico em execução e as políticas institucionais realizadas na sua consecução;
- Difusão, percepção e sedimentação da prática da autoavaliação com o objetivo de propiciar a autoconsciência da comunidade acadêmica para o processo formativo e de melhoria da qualidade do ensino da pesquisa e da extensão da Universidade;
- Verificar o cumprimento das metas estabelecidas neste PDI, através de uma análise crítica, pró-ativa e propositiva.

8.3. Orientações para a Metodologia da Avaliação Interna

A metodologia deve seguir a orientação da CONAES para a implementação do processo de autoavaliação das instituições de educação superior e, em especial, sua operacionalização, através da consulta aos documentos: *Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior* e *Roteiro de Autoavaliação Institucional: Orientações Gerais*.

A avaliação interna que será realizada na UFRB terá o propósito de produzir conhecimentos, por em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas a sociedade.

Ao identificar as fragilidades e as potencialidades da instituição nas dez dimensões previstas em lei, a auto-avaliação torna-se um importante instrumento para a tomada de decisão dos gestores da UFRB e dele resultará um relatório abrangente e detalhado, contendo análises, críticas e sugestões. Sugestões de melhoramento ou, mesmo, de providencias a serem tomadas.

A Avaliação Interna é um processo contínuo por meio do qual uma instituição constrói conhecimento sobre sua própria realidade, buscando compreender os significados do conjunto de suas atividades para melhorar a qualidade educativa e alcançar maior relevância social. Para tanto, sistematiza informações, analisa coletivamente os significados de suas realizações, desvenda formas de organização, administração e ação, identifica pontos fracos, bem como pontos fortes e potencialidades, e estabelece estratégias de superação de problemas.

A avaliação interna ou autoavaliação é, portanto, um processo cíclico, criativo e renovador de análise, interpretação e síntese das dimensões que definem a Instituição.

8.3.1. Etapas de desenvolvimento da auto-avaliação na UFRB

O processo de avaliação interna será realizado por meio de planejamento das ações mediante plano de trabalho que inclua cronograma, distribuição de tarefas e recursos humanos, materiais e operacionais.

A organização deste processo prevê a ocorrência de diferentes etapas, algumas das quais já executadas na UFRB.

1ª Etapa: Preparação

Compreende:

- ✓ *Constituição da CPA.* Já estão definidos a quantidade de membros, a forma de composição, a duração do mandato, dinâmica de funcionamento e modo de organização que serão objeto de regulação própria e já aprovadas pelo Conselho Universitário da UFRB.
- ✓ *Planejamento.* Cabe a CPA definir os objetivos, estratégias, metodologia, recursos e calendário das ações avaliativas; discutidos com a comunidade acadêmica e incluindo a avaliação dos docentes pelos estudantes, avaliação de desempenho do pessoal técnico-administrativo, avaliação da pós-graduação, entre outros.

- ✓ *Sensibilização.* A CPA deverá buscar o envolvimento da comunidade acadêmica na construção da proposta avaliativa por meio da realização de reuniões, palestras, seminários, entre outros

2ª Etapa: Desenvolvimento

No desenvolvimento da avaliação auto-avaliação e fundamental assegurar a coerência entre as ações planejadas e as metodologias adotadas, a articulação entre os participantes e a observância aos prazos. Atividades que deverão ser planejadas pela CPA:

- ✓ realização de reuniões ou debates;
- ✓ sistematização de demandas, idéias e sugestões;
- ✓ realização de seminários internos, apresentação da proposta do processo de avaliação interna da UFRB;
- ✓ definição da composição dos grupos de trabalho (docente, discente e técnico-administrativo);
- ✓ construção de instrumentos para coleta de dados;
- ✓ definição da metodologia de análise e interpretação dos dados;
- ✓ definição das condições materiais para o desenvolvimento do trabalho;
- ✓ definição de formato de relatório de auto-avaliação;
- ✓ elaboração de relatórios; e
- ✓ organização e discussão dos resultados com a comunidade acadêmica e publicação das experiências.

3ª Etapa: Consolidação

A CPA da UFRB deverá elaborar, divulgar e analisar o relatório final para a melhoria da qualidade da Instituição. Esta etapa apresenta as seguintes atividades:

- ✓ *Apresentação do relatório final de avaliação interna.* É importante que ele seja capaz de incorporar, quando estiverem disponíveis, os resultados da avaliação de cursos e de desempenho de estudantes. Os destinatários do relatório são os membros da comunidade acadêmica, os avaliadores externos e a sociedade. O relatório deve apresentar clareza na comunicação das informações e ter um caráter analítico e

interpretativo dos resultados obtidos. Deve apresentar sugestões para ações de natureza administrativa, política, pedagógica e técnico - científica a serem implementadas.

- ✓ *A divulgação* é vista pela UFRB como a continuidade do processo de avaliação interna. Consiste em apresentação pública e a discussão dos resultados alcançados nas etapas anteriores. Serão utilizados diversos meios de divulgação do relatório final, com o apoio da ASCOM. Serão realizadas reuniões, documentos informativos (impressos e eletrônicos), seminários e outros.
- ✓ *Balanço crítico*. Visando a continuidade da avaliação interna é preciso que a CPA coordene a análise das estratégias utilizadas, das dificuldades e dos avanços apresentados para permitir o planejamento de ações futuras. O objetivo é proporcionar não só o autoconhecimento institucional, mas também servir de balizador da avaliação externa, prevista no SINAES.

A CPA se guirá na condução de seus trabalhos por análise das dimensões a serem consideradas no processo de avaliação institucional, conforme estão estabelecidas pela Lei no 10.861/04. A CPA deverá consultar *As Orientações Gerais para a Auto-Avaliação* que mostram que as dimensões estão organizadas em três núcleos:

- a) *Núcleo básico e comum* – contempla tópicos que devem integrar os processos de avaliação interna de todas as IES.
- b) *Núcleo de temas optativos* – contém tópicos que podem ser ou não selecionados pela UFRB, para avaliação, conforme sejam considerados pertinentes a realidade e adequados ao projeto de avaliação institucional.
- c) *Núcleo de documentação, dados e indicadores* – são apresentados dados, indicadores e documentos que podem contribuir para fundamentar e justificar as análises e interpretações.

8.3.2. Dimensões para a avaliação interna

A seguir são apresentadas as questões pertinentes às dez dimensões de avaliação, estabelecidas na Lei do SINAES, com vistas a promover uma perspectiva orgânica e norteadora da elaboração dos instrumentos e das ações pertinentes ao desenvolvimento da avaliação interna, sob responsabilidade da CPA na UFRB.

Dimensão 1. A missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional

Núcleo básico e comum

- ✓ Finalidades, objetivos e compromissos da UFRB, explicitados em documentos oficiais,
- ✓ concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da UFRB, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades.
- ✓ características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição esta inserida.
- ✓ articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) no que diz respeito as atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional.

Núcleo de temas optativos

- ✓ Existe uma formulação explícita e clara dos objetivos e finalidades da UFRB?
- ✓ Qual e o grau de conhecimento e apropriação do PDI pela comunidade acadêmica?
- ✓ Existe coerência entre as ações e práticas realizadas na UFRB e os propósitos formulados no PDI?
- ✓ Há articulação entre o PDI e o Projeto Pedagógico Institucional no que diz respeito as políticas de ensino, de pesquisa, de extensão, de gestão acadêmica e administrativa e de avaliação institucional?

Documentação, dados e indicadores:

- Plano de Desenvolvimento Institucional.
- Projeto Pedagógico Institucional.
- Projeto Pedagógico dos Cursos.
- Efetiva utilização do PDI como referencia para programas e projetos desenvolvidos pelas unidades acadêmicas e pela administração Superior.
- Avaliação e atualização do PDI.
- Descrição do perfil de egressos.

- Descrição do perfil de ingressantes com base nas demandas regionais e nacionais

Dimensão 2. Políticas, normas e estímulos para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e extensão

Ensino

Núcleo básico e comum

- ✓ Concepção de currículo e organização didático-pedagógica de acordo com os fins da UFRB, as diretrizes curriculares e a inovação da área.
- ✓ Práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento.
- ✓ Pertinência dos currículos, tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.
- ✓ Práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

Núcleo de temas optativos

- ✓ Com qual sistemática e periodicidade é feita a revisão de currículos? A periodicidade é adequada? Os mecanismos de atualização são adequados? Existem responsáveis pelo processo?
- ✓ Os currículos e programas de estudos de cada curso respondem ao perfil do egresso?
- ✓ Quais os critérios orientadores da atualização curricular?
- ✓ São desenvolvidos encontros para discutir o(s) currículo(s) do(s) curso(s)?
- ✓ Há discussão em relação às Diretrizes Curriculares Nacionais?

Pesquisa

Núcleo básico e comum

- ✓ Relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, produção de teses, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com

outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e políticas de difusão dessas produções.

- ✓ Vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional.
- ✓ Políticas e praticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (inclusive iniciação científica).
- ✓ Articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas.
- ✓ Critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos.

Núcleo de temas optativos

- ✓ A produção científica da UFRB é coerente com a sua missão e com os investimentos e políticas propostas para o seu desenvolvimento? E com as necessidades sociais e as exigências da ciência?
- ✓ Existem na instituição grupos de pesquisa cadastrados? Os projetos recebem apoio de agencias de fomento?
- ✓ A UFRB possui veículos de divulgação da produção intelectual, artística e cultural do corpo docentes e tecnico-administrativo (livros, revistas, jornais, editora)?
- ✓ A Instituição promove fóruns que permitam a divulgação da iniciação científica desenvolvida pelos docentes, discentes e técnicos administrativos?
- ✓ Há política de auxilio aos membros da UFRB em relação à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais?
- ✓ Há política que auxilie na formação de novos pesquisadores na UFRB ?
- ✓ São desenvolvidas atividades que permitam a inter-relação do ensino com a pesquisa? Quais?
- ✓ Há apoio para o desenvolvimento de grupos de pesquisa com verbas de agências de fomento?
- ✓ Existe mecanismo que registre a produção e o desenvolvimento das atividades dos pesquisadores da UFRB?
- ✓ Existe órgão responsável pela relação interinstitucional e internacional da UFRB?

Política de Extensão

Núcleo básico e comum

- ✓ Concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI.
- ✓ Articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social.
- ✓ Participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação.

Núcleo de temas optativos

- ✓ Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de extensão?
- ✓ Há preocupação da UFRB em desenvolver atividades de extensão que atendam a comunidade regional em termos sociais, culturais, da saúde e outros?
- ✓ Há sistemáticas de avaliação das atividades de extensão desenvolvidas pela UFRB?
- ✓ Qual o impacto das atividades de extensão na comunidade e na formação dos estudantes?
- ✓ As atividades de extensão desenvolvidas estão integradas com as de ensino e pesquisa? São coerentes com a missão da UFRB?
- ✓ Quais as políticas existentes na UFRB para o desenvolvimento das atividades de extensão? Existem incentivos institucionais ou de outras fontes? Quais são eles?

Pós-Graduação (stricto e latu sensu)

Núcleo básico e comum

- ✓ Políticas institucionais para criação, expansão e manutenção da pós-graduação *latu* e *stricto sensu*.
- ✓ Política de melhoria da qualidade da pós-graduação.
- ✓ Integração entre graduação e pós-graduação
- ✓ Formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior.

Núcleo de temas optativos

- ✓ Há um órgão institucional responsável pela coordenação das atividades e da política de pós-graduação na UFRB?
- ✓ A UFRB desenvolve cursos de pós-graduação (*lato sensu e stricto sensu*)? Quantos? Qual a dimensão destas atividades.
- ✓ Os cursos oferecidos tem relação com as atividades acadêmicas da IES? Qual seu impacto sobre elas?
- ✓ Há auxílio de verbas, interno e externo a Instituição na realização dos cursos oferecidos?
- ✓ Os conceitos da avaliação da CAPES estão demonstrando a realidade dos cursos?
- ✓ Existe integração entre graduação e pós-graduação e entre ensino, pesquisa na UFRB?

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- Currículos e programas de estudos.
- Mecanismos, acordos e conclusões da revisão, atualização e renovações dos currículos e programas de estudo.
- Responsáveis pelas ações de atualização dos documentos da UFRB.
- Sistematização das atividades de extensão (programas, descrição de atividades, número de estudantes participantes).
- Acompanhamento e avaliação do impacto das atividades de extensão.
- Grupos de trabalho, bolsas outorgadas, estímulos a pesquisa.
- Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

Indicadores

- Indicadores de atividades científicas (publicações, existência de grupos de pesquisa, patentes, entre outros)
- Conceitos da CAPES.
- Indicadores de atuação profissional dos egressos.

- Indicador de publicações (livros e capítulos de livros, artigos publicados em revistas científicas indexadas, trabalhos publicados em anais, propriedade intelectual, publicações eletrônicas).

Dimensão 3. Responsabilidade social da UFRB

Núcleo básico e comum

- ✓ Transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional.
- ✓ Natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis.
- ✓ Ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa, etc.

Núcleo de temas optativos

- ✓ Quais os critérios adotados pela UFRB para ampliar o acesso, inclusive os portadores de necessidades especiais?
- ✓ Quais as ações desenvolvidas pela UFRB no sentido da inclusão e assistência a setores ou grupos sociais discriminados e/ou sub representados no interior de cada segmento da comunidade universitária (professores, estudantes e funcionários).
- ✓ A UFRB contribui com a criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural da nação?
- ✓ Existem atividades institucionais em interação com o meio social? Em qual(is) área(s) (educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras)?
- ✓ Existem atividades vinculadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, ou outras?
- ✓ Existe uma avaliação sobre a forma em que as atividades de vinculação com o meio favorecem o desenvolvimento das finalidades da UFRB?

- ✓ Existem políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida? Quais?
- ✓ A UFRB favorece a inclusão de estudantes portadores de necessidades especiais? Desenvolve estratégias para a intervenção destes nas aulas?
- ✓ Possui políticas de contratação de pessoal com necessidades especiais? Quais as relações estabelecidas pela UFRB com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho?
- ✓ Existem ações que visem à promoção da cidadania e de atenção a setores sociais?
- ✓ Existem ações para promover iniciativas de incubadoras de empresas, empresas juniores, captação de recursos?
- ✓ Existem políticas de formação de pesquisadores? De formação de docentes para educação básica e para educação superior?

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- ✓ Critérios que UFRB utiliza para a abertura de cursos e ampliação de vagas.
- ✓ Contribuição da UFRB na criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural.
- ✓ Caracterização e pertinência das atividades da UFRB nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico, entre outras.
- ✓ Descrição e sistematização das atividades relacionadas com cooperativas, ONGs, corais, centros de saúde, escolas, clubes, sindicatos, partidos políticos ou outras.
- ✓ Evidências da vinculação dessas atividades com o desenvolvimento das finalidades da UFRB.
- ✓ Dados sobre bolsas, descontos e outras evidências de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorecida.
- ✓ Lista de estudantes/docentes/técnico-administrativos portadores de necessidades especiais. Estratégias pedagógico-didáticas empregadas.
- ✓ Convênios e acordos com outras instituições públicas e privadas, organizações profissionais e empresariais, associações, centros assistenciais.

Dimensão 4. Comunicação com a sociedade

Núcleo básico e comum

- ✓ Estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa.
- ✓ Imagem pública da UFRB nos meios de comunicação social.

Núcleo de temas optativos

- ✓ Quais são os meios de comunicação utilizados pela UFRB?
- ✓ A comunicação da instituição é efetiva e comprometida com a missão da UFRB?
Como se manifesta?
- ✓ A comunicação interna da instituição é frequente?
- ✓ Quais os canais de comunicação utilizados?
- ✓ Existe uma adequada comunicação entre os membros da UFRB?
- ✓ A informação entregue aos usuários da UFRB é completa, clara e atualizada?
- ✓ A informação divulgada inclui os aspectos que dizem respeito às atividades da UFRB (objetivos, recursos, duração dos cursos, orientação sobre a formação, regimentos sobre admissão, titulação oferecida, lista de currículos diretivos e docentes, incentivos e bolsas para estudantes, serviços, procedimentos burocráticos etc.).
- ✓ Há serviço de ouvidoria? Como funciona?
- ✓ Existem mecanismos de comunicação e sistemas de informação eficazes para a coordenação dos diferentes cursos/unidades?
- ✓ Existe uma estrutura de informação sobre a realidade institucional, as características do meio, os recursos e outros elementos semelhantes para avaliar o cumprimento das metas e objetivos?

Documentação, dados e indicadores para esta dimensão

- Meios e canais de comunicação utilizados para publicizar as atividades da UFRB na comunidade externa.
- Regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos.
- Folhetos e jornais para divulgação interna, existência de *sítios-web* de divulgação. Análises sobre sua eficácia.

- Guia do aluno ou semelhante que contenha informações sobre Projeto Pedagógico do curso, disciplinas, créditos, horários de funcionamento e outros.
- Questionários destinados aos membros dos diversos segmentos da UFRB avaliando a efetividade da comunicação e a circulação das informações na instituição.
- Questionários para os estudantes, docentes e técnico-administrativos indagando e avaliando as estratégias mais eficazes e os problemas na circulação das informações.
- Procedimentos de recepção de sugestões e procedimentos de resposta.

Dimensão 5. Políticas de pessoal, de carreira, de aperfeiçoamento das condições de trabalho

Núcleo básico e comum

- ✓ Planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão.
- ✓ Programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnico-administrativos.
- ✓ Clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional.

Núcleo de temas optativos

- ✓ Qual a relação entre a quantidade de estudantes dos cursos e os recursos humanos existentes?
- ✓ O número de docentes e técnico-administrativos é suficiente para responder aos objetivos e funções da UFRB?
- ✓ Existem mecanismos claros e conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo?
- ✓ A experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes, e a formação e experiência profissional dos técnico-administrativos permitem desenvolver com qualidade a missão institucional?

- ✓ Existem instâncias que permitam conhecer o grau de satisfação dos docentes com as condições de trabalho, os planos de estudos, os recursos e outros aspectos vinculados com sua função?
- ✓ Existem instâncias que permitam conhecer o grau de satisfação dos técnico-administrativos com as condições de trabalho, os recursos e outros aspectos vinculados com sua função?
- ✓ Há instâncias que fomentam a qualificação dos docentes e técnico-administrativos? Existem incentivos e outras formas de apoio para o desenvolvimento das suas funções?
- ✓ Existem políticas de assistência e de melhoria da qualidade de vida dos técnico-administrativos?
- ✓ Existe integração entre os membros da instituição e um clima institucional de respeito?

Documentação, dados e indicadores

Docentes

Dados

- ✓ Número de docentes em tempo integral, parcial e “substitutos” na UFRB.
- ✓ Número de docentes doutores, mestres e especialistas com respectivos regimes de trabalho.
- ✓ Experiência profissional no magistério superior.
- ✓ Experiência profissional fora do magistério superior.
- ✓ Formação didático-pedagógica.
- ✓ Número de publicações por docente.
- ✓ Critérios de ingresso na instituição e de progressão na carreira.
- ✓ Políticas de capacitação e de avaliações de desempenho.
- ✓ Pesquisas e/ou estudos sobre docentes com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

Indicadores

- Conceitos da CAPES nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- IQCD – Índice de Qualificação do Corpo Docente.
- Produção acadêmica/docentes.

- Aluno tempo integral/professor.
- Grau de envolvimento como pós-graduação.
- Grau de envolvimento com pesquisa.
- Grau de envolvimento com extensão.

Técnico - administrativo

Os indicadores desenvolvidos pelo Tribunal de Contas da União, obrigatórios para as Instituições Federais de Educação Superior. De acordo com o documento do Tribunal de Contas da União (TCU), Secretaria de Ensino Superior (SESu) e Secretaria Federal de Controle Interno (AFC), Decisão TCU N. 408/2002 – Plenário – “*Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão*”, Aluno de Tempo Integral (de graduação).

Dados

- Número de funcionários técnico-administrativos.
- Escolaridade dos funcionários técnico-administrativos.
- Envolvimento de funcionários técnico-administrativos com pesquisa e Extensão.
- Experiência profissional.
- Critérios de ingresso na instituição.
- Critérios de progressão na carreira.
- Políticas de capacitação.
- Avaliações de desempenho.
- Pesquisas e/ ou estudos sobre a satisfação dos funcionários técnico-administrativos com as condições de trabalho, recursos, formação dos técnico-administrativos.

Indicadores

- ✓ Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo

Dimensão 6. Organização e gestão da UFRB

Núcleo básico e comum

- ✓ Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real.
- ✓ Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.
- ✓ Uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas.
- ✓ Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções.
- ✓ Modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática).
- ✓ Investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis).

Núcleo de temas optativos

- ✓ Existem, na UFRB, procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões? Quais são?
- ✓ A gestão esta orientada para resultados ou processos? Justifique.
- ✓ Existem na UFRB procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões? Quais são eles? Como funcionam?
- ✓ Existem na UFRB instâncias de apoio, participação e consulta para tomar decisões? Como funcionam? O grau de centralização ou descentralização existente na UFRB é adequado para a gestão da instituição?
- ✓ Os sistemas de arquivo e registro são eficientes para dar conta das funções da UFRB?
- ✓ Existem instruções normativas formuladas e conhecidas sobre os procedimentos institucionais (estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros)?
- ✓ Os órgãos colegiados funcionam permitindo a participação e a democracia interna, com critérios de composição?

- ✓ Existe um organograma institucional explicitando a hierarquia das funções e a dinâmica de funcionamento da UFRB? Ele é desenvolvido de acordo com o proposto? Outras funções e relações são estabelecidas fora do organograma institucional?

Documentação, dados e indicadores

- Atas dos órgãos colegiados.
- Regulamentos internos, normas acadêmicas, regimentos e estatutos da instituição.
- Funcionamento do sistema de registro acadêmico.
- Funcionamento do sistema e recursos de informação.
- Mecanismos de controle de normas acadêmicas.
- Organogramas.

Dimensão 7. Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

Núcleo básico e comum

- ✓ Adequação da infraestrutura da UFRB (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, hospitais, equipamentos de informática, rede de informações e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão.
- ✓ Políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo a utilização dos meios em função dos fins.
- ✓ Utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras.

Núcleo de temas optativos

- ✓ A quantidade de laboratórios é adequada para as necessidades da UFRB em relação aos cursos e a quantidade dos estudantes?
- ✓ O espaço é suficiente para que os estudantes desempenhem as atividades programadas?
- ✓ Qual o nível de funcionalidade dos laboratórios, bibliotecas, oficinas, espaços experimentais?

- ✓ Qual o estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas e as carências mais relevantes?
- ✓ Os equipamentos dos laboratórios são adequados em quantidade e qualidade?
- ✓ Quais são as características dos laboratórios e bibliotecas quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza?
- ✓ A quantidade de postos na biblioteca e salas de leitura é adequada às necessidades dos usuários?
- ✓ Os horários e calendário da biblioteca respondem as necessidades dos estudantes nos turnos oferecidos pela UFRB?
- ✓ Os equipamentos da biblioteca têm a quantidade e qualidade necessárias?
- ✓ A organização dos materiais e o volume de consultas e empréstimos são adequados? São informatizados?
- ✓ Qual é a disponibilidade dos materiais em relação à demanda?
- ✓ Qual é a disponibilidade da bibliografia obrigatória ou recomendada em relação à demanda?
- ✓ Qual o grau de satisfação dos usuários com relação ao sistema de acesso aos materiais e a sua consulta?
- ✓ Qual é a satisfação dos usuários com a quantidade, qualidade e acessibilidade da bibliografia?
- ✓ Qual é a satisfação dos estudantes com os laboratórios e as bibliotecas da UFRB?
- ✓ Existem procedimentos claros para adquirir, manter, revisar e atualizar as instalações e recursos necessários?
- ✓ São suficientes a infraestrutura, as instalações e os recursos educativos?
- ✓ A UFRB possui, em seu quadro de pessoal, técnico-administrativos necessários para o uso e manutenção das instalações/infraestrutura?
- ✓ As instalações são adequadas e adaptadas para os estudantes com necessidades especiais?
- ✓ Há locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos?
- ✓ Há coerência entre as bibliotecas, laboratórios, equipamentos de informática e as práticas pedagógicas dos docentes?

Documentação, dados e indicadores

- Número de salas de aula.
- Número de instalações administrativas.
- Número e condições das salas de docentes.
- Número e condições das salas de reuniões.
- Número e condições dos gabinetes de trabalho.
- Número e condições das salas de conferencia/auditórios.
- Número e condições das instalações sanitárias.
- Existência de áreas de convivência.
- Acessos para portadores de necessidades especiais.
- Número de equipamentos (informática, laboratórios, apoio administrativo).
- Número de Bibliotecas (central e setoriais).
- Acesso a bases de dados e bibliotecas virtuais.
- Número de livros, periódicos e títulos em geral.
- Número e condições de laboratórios de informática.
- Número de equipamentos informáticos e condições de uso e acesso pelos estudantes.
- Número e condições de laboratórios específicos.
- Descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental.
- Questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos informáticos.

*Dimensão 8. Planejamento e avaliação**Núcleo básico e comum*

- ✓ Adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da UFRB e sua relação com o Projeto Pedagógico Institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos.
- ✓ Procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas.

Núcleo de temas optativos

- ✓ Existe um planejamento das atividades da UFRB? Como funciona?
- ✓ O planejamento incorpora ações para a melhoria contínua? Existe relação entre a autoavaliação e o planejamento?
- ✓ Quais são os mecanismos para a realização dessas ações?
- ✓ Existia avaliação institucional antes da implantação do SINAES? Desde quando? Com quais resultados? Como estava organizada?
- ✓ Existe consenso sobre os objetivos do processo de auto-avaliação?
- ✓ Houve acordos sobre a metodologia utilizada e os objetivos a atender? Como ocorreu?
- ✓ Houve, no decorrer do processo de autoavaliação, as condições necessárias para uma avaliação efetiva?
- ✓ Houve participação suficiente para assegurar o comprometimento e a apropriação dos resultados da autoavaliação da maior parte da comunidade?
- ✓ Foi possível colher e sistematizar as informações importantes disponíveis na instituição quando foi realizada a autoavaliação?
- ✓ Foi necessário gerar informação adicional? Por quê?
- ✓ O processo de auto-avaliação permitiu gerar juízos críticos sobre a instituição?
- ✓ O relatório de autoavaliação conseguiu comunicar bem as conclusões do processo de avaliação interna?
- ✓ Houve discussão dos resultados, dos relatórios, com a comunidade?
- ✓ Houve ações e mudanças imediatas como resultado do processo de auto-avaliação?
- ✓ Houve modificações incluídas no planejamento de futuras atividades?
- ✓ Que questões foram mantidas e quais mudaram para a continuidade do processo de auto-avaliação no âmbito do SINAES?
- ✓ Houve divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna?

Documentação, dados e indicadores

- Projeto Pedagógico Institucional
- Projeto Pedagógico dos cursos
- Relatórios parciais de autoavaliação.
- Relatório final de autoavaliação.

- Ações decorrentes das conclusões da autoavaliação.
- Número de eventos e seminários de difusão dos processos de autoavaliação.

Dimensão 9. Políticas de atendimento aos estudantes

Núcleo básico e comum

- ✓ Políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social.
- ✓ Políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), Iniciação Científica, Extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil.
- ✓ Mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas.
- ✓ Acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada.

Núcleo de temas optativos

- ✓ Os critérios de admissão são conhecidos, discutidos e divulgados? Como são construídos?
- ✓ Existem mecanismos de apoio acadêmico, compensação e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais?
- ✓ Estão regulamentados os direitos e deveres dos estudantes? Como?
- ✓ O processo de ensino contempla as condições acadêmicas de ordem de matrícula dos estudantes matriculados?
- ✓ Existem mecanismos que permitam comprovar se foram alcançados os objetivos dos planos de estudos? Como funcionam?
- ✓ Existem mecanismos para incorporar novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem? Como funcionam?
- ✓ Tem se desenvolvido indicadores para medir os resultados obtidos pelos estudantes? Quais?

- ✓ Como tem evoluído nos últimos cinco anos? São empregados os resultados na revisão e organização dos processos de ensino-aprendizagem?
- ✓ Quais as condições institucionais desenvolvidas no que diz respeito às questões burocráticas (inscrições, transferências, horários e outros)?
- ✓ Quais os aspectos positivos e negativos detectados no que diz respeito às políticas de atendimento ao estudante?
- ✓ Quais as dificuldades? Existe um plano para superar as dificuldades detectadas?
- ✓ Há instâncias que forneçam bolsas de ensino, pesquisa e extensão? Quais? Quantidade de bolsas e tipos.
- ✓ Há instâncias que favoreçam a participação dos estudantes em eventos? Existem programas de mobilidade e intercâmbio? Estão baseados em normas e critérios para sua concessão? Quais são elas?
- ✓ Há políticas claras de incentivo a participação dos estudantes em projetos com os docentes? Quais? Há políticas de incentivo para a criação de empresas junior, incubadoras?
- ✓ Há políticas de incentivo a estágios, intercâmbios com instituições e estudantes do exterior?
- ✓ Há programas e práticas de iniciação a ciência e de formação inicial de futuros pesquisadores?

Egressos

Núcleo básico e comum

- ✓ Inserção profissional dos egressos.
- ✓ Participação dos egressos na vida da UFRB.

Núcleo de temas optativos

- ✓ Existem mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética? Quais são?
- ✓ Qual a situação dos egressos? Qual o índice de ocupação entre eles? Há relação entre a ocupação e a formação profissional recebida?

- ✓ Existem mecanismos para conhecer a opinião dos empregadores sobre os egressos da UFRB? Quais?
- ✓ É utilizada a opinião dos empregadores dos egressos para revisar o plano e os programas? Como e feita?
- ✓ Existem atividades de atualização e formação continuada para os egressos? Quais?
- ✓ Há participação dos egressos na vida da UFRB? Como?
- ✓ Que tipos de atividades desenvolvem os egressos? Que contribuições sociais tem trazido?

Documentação, dados e indicadores são

- Pesquisas ou estudos sobre os egressos e/ou empregadores dos mesmos.
- Dados sobre a ocupação dos egressos.
- Evidências de atividades de formação continuada para os egressos.
- Número de Candidatos.
- Número de Ingressantes.
- Número de Estudantes matriculados por curso.
- Número de Estudantes com bolsas.
- Número médio de estudantes por turma.
- Número de bolsas e estímulos concedidos.
- Número de intercâmbios realizados.
- Número de eventos realizados.
- Número de participações em eventos.
- Número de trabalhos de estudantes publicados.

Indicadores

- TSG - Taxa de Sucesso na Graduação.
- GPE - Grau de Participação Estudantil.
- Tempo médio de conclusão do curso.
- Aluno tempo integral/professor.
- Aluno tempo integral/funcionário técnico-administrativo

Dimensão 10. Sustentabilidade financeira

Núcleo básico e comum

- ✓ Sustentabilidade financeira da UFRB e políticas de captação e alocação de recursos.
- ✓ Políticas direcionadas a aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão.

Núcleo de temas optativos

- ✓ No PDI, há relação entre a proposta de desenvolvimento da UFRB e o orçamento previsto?
- ✓ Há compatibilidade entre cursos oferecidos e as verbas e os recursos disponíveis?
- ✓ Os equipamentos necessários para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional são atualizados em numero e em qualidade?
- ✓ Há uma política de espaço físico para atualização e adequação das instalações no atendimento das demandas da UFRB?
- ✓ Compõe o orçamento a destinação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos?
- ✓ Existe controle entre as despesas efetivas e aquelas referentes às despesas correntes, de capital e de investimento?

Documentação, dados e indicadores

- Aluno tempo integral/técnico-administrativo.
- Planilha de contratação de pessoal docente.
- Planilha de contratação de pessoal técnico-administrativo.
- Planilha financeira que compõe o PDI.
- Tabela de cursos oferecidos (graduação, pós-graduação, sequenciais e a distância) pela UFRB.
- Folhas de pagamento dos docentes e dos técnico-administrativos (últimos 6 meses).
- Planilha de liberação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos.

- Planilha de liberação de verbas para auxílio de custo para participação em eventos pelos discentes. Planilha de gastos com multas (trabalhistas e outras).

Indicadores

- Relação orçamento/gastos (semestral e anual).
- Relação ingressantes/concluintes.
- Relação docentes em capacitação/docentes capacitados (em nível de pós-graduação – especialização, mestrado e doutorado).
- Relação dos técnico-administrativos em capacitação/ capacitados (em nível de pós-graduação: especialização, mestrado e doutorado).

Incluir outros itens não mencionados e que sejam importantes para a UFRB, tendo em vista as suas finalidades essenciais, suas especificidades e a sua missão (por exemplo: hospitais, teatros, rádios, atividades artísticas, esportivas e culturais, museus, área experimental, meio ambiente nos campi, etc.). Ao final, deve ser redigido um capítulo-síntese integrando as dimensões analisadas e apontando subsídios para a superação das dificuldades encontradas e disseminação dos aspectos positivos

8.3.3. Instrumentos e procedimentos selecionados para a autoavaliação da UFRB

Enfim, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFRB (2010-2014) serão referenciais durante a análise dos dados coletados no processo de auto-avaliação institucional. Este processo buscará inclusive alimentar as mudanças que se mostrarem necessárias em tal planejamento.

Os instrumentos e procedimentos selecionados para a autoavaliação da UFRB a partir do primeiro ano de vigência do PDI (2010), coordenado pela CPA são como segue:

- ✓ fóruns para divulgação e debates sobre o processo de auto-avaliação da UFRB, em todos os campi da Instituição (Cruz das Almas, Santo Antônio de Jesus, Cachoeira e Amargosa), com participação do pessoal docente, discente e técnicos administrativos;

- análise do PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional, planilhas financeiras e orçamentos;
- ✓ análise do PPI – Projeto Pedagógico Institucional, projetos pedagógicos dos cursos, currículos, carga horária e práticas pedagógicas, eventos acadêmicos, sistema de avaliação;
 - ✓ questionário para os alunos da graduação avaliarem as disciplinas de seu curso, disponibilizado no sítio eletrônico da UFRB, com periodicidade semestral;
 - ✓ questionário para auto-avaliação do trabalho docente na graduação, disponibilizado no sítio eletrônico da UFRB, com periodicidade semestral;
 - ✓ questionário de avaliação de alunos da pós-graduação disponibilizado no sítio eletrônico da UFRB, com periodicidade semestral;
 - ✓ questionário de avaliação dos professores da pós-graduação disponibilizado no sítio eletrônico da UFRB, com periodicidade semestral;
 - ✓ entrevistas através de amostragem de alunos, com o objetivo de sondar a imagem da instituição;
 - ✓ entrevistas através de amostragem dos egressos e membros da comunidade com o objetivo de sondar a imagem da instituição;
 - ✓ análise dos mecanismos de divulgação e comunicação interna e externa;
 - ✓ análise da política de desenvolvimento, da integração entre graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão;
 - ✓ análise das políticas de pesquisa: linhas, relevância, grupos cadastrados no CNPq, produção científica e tecnológica, participação em congressos, eventos, cooperação nacional e internacional, publicações, articulação com demais atividades acadêmicas, contribuição para o desenvolvimento regional;
 - ✓ análise das políticas de extensão: relações e atendimento à comunidade, impactos, participação de alunos e docentes, sistema de avaliação, incentivos e integração com ensino e pesquisa;
 - ✓ programas de iniciação científica, estágios, intercâmbio;
 - ✓ análise da política de gestão acadêmica, atendimento dos alunos e professores, tutoria, política de concessão de bolsa;

- ✓ análise da infra-estrutura e instalações: conservação, ampliação, segurança; laboratórios, equipamentos; biblioteca;
- ✓ plano de carreira, capacitação docente e qualificação profissional.

9. Aspectos Financeiros e Orçamentários

De acordo com a Lei 11.151, de 29 de julho de 2005, que dispõe sobre a criação da UFRB, os recursos financeiros desta Instituição serão provenientes de:

1. dotações consignadas no Orçamento Geral da União, créditos adicionais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;
2. doações, auxílios e subvenções que venham a ser concedidos pela União, Estados e Municípios ou por quaisquer entidades públicas ou privadas;
3. recursos provenientes de convênios, acordos e contratos celebrados com entidades ou organismos nacionais e internacionais, observada a regulamentação a respeito;
4. resultados de operações de crédito e juros bancários, nos termos da lei;
5. receitas eventuais, a título de retribuição por serviços prestados a terceiros, compatíveis com a sua finalidade, nos termos do estatuto e regimento interno; e
6. taxas, anuidades e emolumentos que forem cobrados pela prestação de serviços educacionais, com observância da legislação pertinente.

A implantação e a capacidade e sustentabilidade financeira da UFRB, em decorrência da Lei 11.151, fica sujeita à existência de dotação específica no Orçamento Geral da União, estabelecidos em lei federal.

No exercício atual, a UFRB executa o seu projeto de Implantação com um cronograma que indica a sua finalização para o ano de 2010, no primeiro ano de vigência do PDI. As dotações orçamentárias expressas nas LOAs de 2006, 2007, 2008, 2009 e as previstas na PLOA 2010 mostram o volume orçamentário destinado a Instituição (Tabela 45). Ao mesmo tempo em que realiza a sua implantação a Universidade executa o Plano de Reestruturação e Expansão (REUNI), iniciado em 2008 e com previsão de término do projeto em 2011 (Tabela 51).

A Lei Orçamentária Anual (LOA) estima a receita e fixa a despesa para cada exercício financeiro da autarquia UFRB, vinculada ao órgão do poder Executivo, Ministério da Educação (MEC). A receita da UFRB fundamenta-se em recursos provenientes:

1. das fontes do Tesouro Nacional,
2. receitas oriundas de fontes próprias, provenientes de aluguéis, serviços administrativos, taxas de inscrição em processo seletivo, concursos públicos, etc.

As despesas são fixadas e fundamentam-se em programas e ações (projetos, atividades e operações especiais) previstas no Plano Plurianual (PPA) e aquelas previstas pelo Ministério da Educação e são destinadas basicamente ao atendimento de três grupos:

- a) *pessoal e encargos sociais* – ativos, inativos, pensionistas e professores substitutos;
- b) *outros custeios* - pagamentos dos benefícios aos servidores e seus dependentes, e manutenção da UFRB;
- c) *capital* - obras e instalações, equipamentos e material permanente.

Ainda quanto às receitas, destacam-se às oriundas da descentralização de créditos com base em Planos de Trabalho aprovados juntos aos órgãos do governo, geralmente voltadas às despesas de custeio e de capital da UFRB em ações específicas.

Considerando que as despesas com *pessoal e encargos sociais* são automaticamente ajustadas pelo governo (despesas obrigatórias) e que os benefícios aos servidores e dependentes são compromissos precípuos no planejamento do orçamento da UFRB, a principal preocupação para o planejamento da Universidade são os recursos de *custeio* (manutenção) e de *capital* (obras, instalações, máquinas, equipamentos e material permanente).

Toda movimentação de recursos orçamentários e financeiros da UFRB está sob a responsabilidade da Reitoria e, na estrutura organizacional da Universidade, sua execução e contabilização fica a cargo da Coordenadoria de Orçamento e Custos da PROPLAN e da Coordenadoria de Contabilidade e Financeira da PROAD.

9.1. Demonstração da sustentabilidade financeira dos programas previstos no PDI

A UFRB, como já relatado, integra o Orçamento Geral da União, como autarquia da administração indireta, vinculada ao órgão do Poder Executivo, Ministério da Educação. O seu orçamento, em última análise, está ligado à vinculação constitucional das receitas da União destinadas a educação, pois a UFRB participa daqueles recursos junto com as demais

instituições federais de ensino superior segundo uma matriz de partição em que são levados em consideração alguns indicadores: o valor básico de custeio e o número de alunos equivalentes, este último baseado em número de matrículas, número de concluintes, taxa de evasão, grau de complexidade dos cursos, atividades de pesquisa e extensão etc.

A sustentabilidade da UFRB depende da sua expansão quantitativa e da melhoria dos seus indicadores de eficiência, eficácia e efetividade em grau, no mínimo, igual à média do sistema federal de ensino superior. Com desempenho igual à média do sistema fica garantida à UFRB uma expansão no seu orçamento igual à expansão dos recursos alocados a educação superior no país.

Para ilustrar a sustentabilidade financeira dos programas previstos no PDI, considere a LOA de 2009, na Tabela 45, que apresentou dotações totais para a UFRB no valor de R\$ 96.088.427,00. No ano de 2008, o orçamento consignava um valor total de R\$ 55.944.218, havendo, portanto, uma elevação de 72%. Os recursos a partir de 2008 representam cinco programas configurados em 21 ações do PPA 2008-2011 sob responsabilidade do Ministério da Educação, sendo que o programa de maior peso na formação do orçamento da UFRB no período de 2006 a 2010 é sobejamente o de código 1073 – Brasil Universitário (98%).

Para dar sustentabilidade financeira a execução da *Implantação da UFRB (2006-2010)* e do *Projeto REUNI (2008-2011)* é preciso que os ingressos dos recursos orçamentários ocorram a uma taxa média de crescimento de 44% ao ano, durante o período de vigência do PDI. Desta forma, as despesas *Pessoal e Encargos Sociais* deverão ser supridas com um taxa de crescimento anual de 45%, ao longo do período de execução deste PDI. Para *Outras Despesas Correntes*, o orçamento precisa crescer a uma taxa anual de 44%. Já para *Investimentos*, o crescimento necessário deve ser de 43% ao ano.

Tabela 45. Dotação Orçamentária (LOA+ créditos) por grupo de despesas.

Despesas	2006	2007	2008	2009	2010*
Pessoal e Encargos Sociais	7.360.547	20.904.537	30.275.320	45.002.209	38.914.081
Outras Despesas Correntes	1.401.260	6.619.768	13.708.814	20.190.070	14.600.350
Investimento	8.800.000	15.739.852	11.960.084	30.888.828	36.793.127
Total	17.561.807	43.264.157	55.944.218	96.081.107	81.884.819

* LOA 2010

96.088.427

9.2. Estratégia de gestão econômico-financeira

Como estratégia de gestão econômico-financeira a UFRB elegeu preferencialmente a captação de recursos junto aos órgãos públicos e privados estaduais, regionais, nacionais e internacionais para financiar atividades de pesquisa e extensão. Assim o objetivo é aumentar a *receita própria financeira e não-financeira* na composição da dotação orçamentária anual no período de vigência do PDI.

Para ilustrar essa possibilidade, de acordo com a Tabela 45, por grupos de despesas, verifica-se um incremento entre as leis orçamentárias de 2008 e 2009 de 45% no grupo *Pessoal e Encargos Sociais*, de 44% em *Outras Despesas Correntes* e um aumento de 158% nas despesas de *Investimentos*. Deve-se observar que a UFRB encontra-se em processo de implantação e expansão (projeto REUNI), portanto, embora as despesas com *pessoal e investimentos* tem aumentado substancialmente no período, isto não significa que no período de vigência do PDI esta dotação terá a mesma continuidade em taxa de crescimento para as despesas discricionárias (*investimentos e outras despesas correntes*), a partir de 2011 (segundo ano de vigência do PDI).

O total da dotação disponibilizada (LOA+créditos) para *implantação da UFRB e projeto REUNI* até 2010 somam R\$ 294.743.428, sendo R\$ 95.759.147 (33%) destinados a obras, instalações, máquinas, equipamentos e material permanente; enquanto que R\$ 141.256.694 (48%) destinados a folha de pagamento de pessoal, restando R\$ 56.111.829 (19%) para despesas com a manutenção da Instituição.

Observa-se que, na comparação da Tabela 45 com a Tabela 46, a capacidade de realizar empenhos pela UFRB apresentou bom desempenho nos exercícios 2006, 2007, 2008 e 2009 (95%, 94%, 96% e 98%).

Tabela 46. Dotação orçamentária empenhada.

Despesas	2006	2007	2008	2009
Pessoal e Encargos Sociais	6.924.393	20.389.272	30.037.126	43.770.472
Outras Despesas Correntes	916.516	5.170.625	12.803.952	13.477.927
Investimento	8.799.961	15.260.315	10.814.085	30.884.771
Total	16.640.869	40.820.213	53.655.163	92.624.412,62

O total da dotação orçamentária empenhada até 2009 somam R\$ 199.249.415, sendo R\$ 65.575.131 (33%) destinados a obras, instalações, máquinas, equipamentos e material permanente; enquanto que R\$ 101.1212.263 (51%) destinados a folha de pagamento de pessoal e o valor restante de R 32.236.020 (17%) destinados a outras despesas correntes.

Verificada a capacidade da UFRB de realizar as despesas no seu período de implantação expansão, é necessário analisar as *receitas e suas origens* para concretizar a sua estratégia econômico-financeira. A Tabela 48 apresenta as fontes de recursos (LOA) da UFRB no período de 2006 a 2010 onde podem ser destacadas as fontes oriundas do Tesouro Nacional (códigos 100, 105, 112, 151, 153, 300 e 312) e as *Receitas Próprias Não - Financeiras e Receitas Próprias Financeiras (códigos 250 e 280 respectivamente)*. O exame da Tabela 47 informa que recursos próprios representaram 1,14%, 2,9%, 5,5%, 3,3%, 1,5% das fontes necessárias para custear as despesas da UFRB nos exercícios de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010.

Assim, a estratégia gestão econômico-financeira adotada é de que as despesas de *investimentos e pessoal e encargos sociais* devem ser supridas, preferencialmente, com recursos provenientes do Orçamento Geral da União Federal, considerando que a educação é direito de todos e é dever do Estado proporcioná-la a todos os seus cidadãos (Art. 206, 207 e 208 da Constituição Federal de Brasil), mas constitui *estratégia da UFRB* no período de vigência do PDI aumentar as fontes de arrecadação por meio de *receitas próprias financeiras e não-financeiras* da ordem de 5% ao ano; também por meio de transferências configuradas em contratos, convênios e outros tipos para suprir as demandas de manutenção configuradas em *Outras despesas Correntes* e em certa medida para os *Investimentos*.

A Tabela 47 mostra a planilha de *receitas próprias não-financeiras* da UFRB para 2009, pode-se verificar que as fontes *Serviços de Estudo e Pesquisas* e *Serviços Administrativos* são as principais componentes (80% e 15% respectivamente). As *estratégias de gestão econômico-financeira* no período de execução do PDI devem buscar o crescimento paulatino destas fontes na composição do orçamento da UFRB, da ordem de 10% ao ano.

Devem ser consideradas também aquelas receitas provenientes da *Produção Vegetal da Produção Animal e Derivados*, pois o CCAAB, localizado no campus de Cruz das Almas apresenta potencial para desenvolver atividades de ensino pesquisa e extensão que permitem a obtenção de produtos e serviços vinculados a estas atividades produtivas.

Tabela 47. Planilha de receitas próprias não-financeiras da UFRB para 2009.

Fonte	Natureza	Descrição da Natureza	Arrec. 2008	Lei 2009	Jan. - Fev	Reest. SOF
250	13110000	Aluguéis	1.400	1.171	250	1.552
250	13153000	Taxa de Ocupação de Outros Imóveis	13.890	12.862	2.580	16.693
250	14100000	Receita da Produção Vegetal	150	2.882	0	144
250	14200000	Receita da Produção Animal e Derivados	810	0	4.703	29.288
250	16001300	Serviços Administrativos	105.036	82.263	53.110	165.736
250	16001600	Serviços Educacionais	80	0	100	642
250	16002200	Serviços de Estudos e Pesquisas	35.484	169.864	876.713	893.711
250	19189900	Outras Multas e Juros de Mora	1.820	1.409	240	1.823
Total			159.358	270.451	937.696	1.110.231

Tabela 48. Fontes de Recursos (LOA).

Código	Fonte de Recurso	2006	2007	2008	2009	2010*
100	Recursos Ordinários	14.533.314	3.146.944	7.734.943	5.360.215	
105	Recursos do Tesouro – a definir					80.694.400
112	Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.827.233	38.876.448	45.041.761	80.108.930	
151	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Pessoas Jurídicas			95.748		
153	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social-COFINS			5.000	330.848	
250	Recursos Próprios Não - Financeiros	201.260	1.166.363	948.524	1.539.631	1.190.419
280	Recursos Próprios Financeiros		42.652	46.692		
300	Recursos Ordinários		31.750	2.061.550		
312	Recursos Destinados a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino				8.741.483	
Total		17.561.807	43.264.157	55.944.218	96.081.107	81.884.819

*PLOA

Para ilustrar a capacidade da UFRB captar recursos, a Tabela 49 apresenta, por grupo de despesas, as transferências executadas no período de 2006 a 2009, observa-se que elas totalizaram o valor de R\$ 26.655.045,21. A *estratégia de gestão econômico-financeira* consiste em aumentar convênios e outros tipos na forma de transferências para a UFRB no período de vigência do PDI com uma taxa de crescimento anual da ordem de 21%.

Tabela 49. Transferências (convênios e outros tipos).

Código	Grupo de Despesas	2006	2007	2008	2009
1	Pessoal e Encargos Sociais	50.000,00			
3	Outras Despesas Correntes	1.340.2021,46	6.002.425,61	1.578.594,78	914.782,21
4	Investimento	288.300,00	4.709.719,99	7.412.002,24	4.146.896,92
Total		1.678.501,46	10.924.267,60	8.990.597,02	5.061.679,13

Em síntese, como se trata da expansão de valores orçamentários, as metas levam em consideração o que o governo federal, a quem cabe, única e exclusivamente, a iniciativa de propor tais variações, aprovar o desenvolvimento institucional proposto. Dessa forma, os planos orçamentários estabelecidos dependem em larga escala da otimização dos recursos

orçamentários recebidos por meio de LOAs e ao aumento da participação dos recursos próprios financeiros, não- financeiros e transferências para a composição do orçamento da UFRB.

9.3. Plano de Investimentos

O plano de investimento concreto para o período de vigência do PDI é o *Acordo de Metas* estabelecido entre o MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Superior (SEsu), e a UFRB, para os fins que especifica o Decreto nº 9069 de 24 de abril 2007, e compreende a execução do *Plano de Reestruturação e Expansão (REUNI)* no período de 2008-2011. Portanto, excetuando o *Projeto de Implantação da UFRB*, que se encerra no exercício de 2010, este é o único plano real de investimento que existe no período de vigência do PDI.

O REUNI, pelo projeto de reestruturação da UFRB, tem as seguintes metas:

- ✓ Elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento;
- ✓ Relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos, a contar do início da assinatura deste termo.

As responsabilidades e obrigações, assumidas no Acordo de Metas é que o MEC/SESU deverá:

1. custear as despesas;
2. acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do Acordo de Metas, conforme o Plano aprovado;
3. exercer a função gerencial fiscalizadora dentro do prazo regulamentar de execução/prestação de contas deste instrumento de Acordo de Metas, ficando assegurado a seus representantes o poder discricionário de reorientar ações e de acatar, ou não, justificativas com relação às disfunções porventura havidas na execução;
4. aferir o cumprimento das Metas acordadas por meio da Plataforma de Integração de Dados das IFES (PINGIFES).

Compete a à UFRB no Acordo de Metas:

1. executar o Plano, conforme aprovado pelo MEC/SESu, zelando pela boa qualidade das ações e serviços prestados e buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade em suas atividades;
2. utilizar os recursos do Acordo de Metas, exclusivamente na execução do seu objeto, mantendo a dotação orçamentária e classificação de despesa originária;
3. cumprir integralmente as obrigações pactuadas e no Plano aprovado pelo MEC/SESu;
4. restituir eventuais saldos dos recursos transferidos e os de rendimentos decorrentes de aplicações no mercado financeiro para o objeto deste acordo;
5. promover e realizar as licitações, dispensas ou inexigibilidade para contratação de obras, serviços e aquisição de bens, de acordo com a legislação federal, bem como, realizar concurso público para provimento de pessoal;
6. encaminhar, de acordo com o cronograma e os procedimentos definidos pelo MEC/SESu, os documentos necessários à liberação de recursos;
7. encaminhar os dados à Plataforma PingIfes de acordo com o cronograma e procedimentos definidos pela SESu;
8. restituir ao MEC/SESu o saldo eventualmente existente na data de encerramento;
9. permitir o livre acesso e as inspeções cabíveis aos bens e serviços adquiridos com recursos do Acordo de Metas, aos locais das obras e aos documentos relacionados com o Termo, por parte de representantes do MEC/SESu;
10. assegurar a adequada manutenção e conservação das obras e bens compreendidos no Plano, em conformidade com técnicas universalmente aceitas, responsabilizando-se por eventuais danos;
11. fornecer todas as informações que o MEC/SESu solicite sobre o Plano, sua situação financeira e documentos de licitação, quando houver, nos prazos previamente estabelecidos.

A UFRB se comprometeu, com o *Acordo de Metas* firmado, a cumprir as metas que estão dispostas na Tabela 50. Pode-se verificar ao longo deste documento que este PDI pretende não só alcançar as metas previstas no REUNI, mas também ultrapassá-las em alguns dos seus indicadores.

Tabela 50. Metas do REUNI para a UFRB no período de vigência do PDI.

TABELA DE INDICADORES E DADOS GLOBAIS									
UFRB - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA									
Indicadores		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Graduação	Número de Cursos	Total	15,00	28,00	40,00	45,00	48,00	48,00	48,00
		Noturno	0,00	8,00	15,00	17,00	18,00	18,00	18,00
	Vagas Anuais	Total	620,00	1.420,00	2.330,00	2.595,00	2.745,00	2.745,00	2.745,00
		Noturno	0,00	400,00	830,00	930,00	980,00	980,00	980,00
	Matrícula Proj. (MAT)	Total	3.068,50	6.569,76	10.361,04	11.433,41	12.028,51	12.028,51	12.028,51
		Noturno	0,00	1.614,56	3.360,98	3.803,98	3.966,28	3.966,28	3.966,28
	Alunos Dipl. (DIP)	Total	53,00	98,00	98,00	548,00	1.396,00	1.897,00	2.463,00
		Noturno	0,00	0,00	0,00	126,00	534,00	698,00	878,00
Taxa de concl. Grad. (TCG)		0,44	0,82	0,82	3,04	2,25	3,06	0,90	
Pós-Graduação	Número de Cursos	Mestrado	1,00	4,00	5,00	15,00	15,00	15,00	15,00
		Doutorado	1,00	1,00	1,00	4,00	6,00	6,00	6,00
	Matrículas	Mestrado	53,00	84,00	123,00	249,00	353,00	404,00	403,00
		Doutorado	11,00	19,00	25,00	55,00	105,00	155,00	170,00
Número de Professores Equivalentes		272,00	402,40	539,00	591,70	663,00	663,00	663,00	
Número de Professores com Equivalência DE (DDE)		175,48	259,61	347,74	381,74	427,74	427,74	427,74	
Dedução por integração da Pós-Graduação (DPG)		8,77	12,98	17,39	19,09	21,39	21,39	21,39	
Corpo Docente Ajustado (DDE-DPG)		166,71	246,63	330,35	362,65	406,35	406,35	406,35	
Relação de Alunos de Graduação por Professor (RAP)		18,41	26,64	31,36	31,53	29,60	29,60	29,60	

9.4. Previsão orçamentária e cronograma de execução

A previsão orçamentária e financeira e cronograma de execução para UFRB no período de vigência do PDI é como esta previsto para o projeto REUNI (2008-20011) e o PLOA 2010.

Assim, o montante de recurso para execução do Acordo de Metas do REUNI (2008-2011) é de R\$ 27.750.333,00 (vinte e sete milhões, setecentos e cinquenta mil, trezentos e trinta e três reais) para investimento e de R\$ 11.967.438,12 (onze milhões, novecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e trinta e oito reais e doze centavos) para custeio/pessoal, sendo o último incorporado ao orçamento da instituição após o cumprimento das metas estabelecidas (Tabela 51).

Para o exercício de 2008 os recursos referentes ao REUNI fizeram parte da previsão financeira do MEC e foram transferidos à UFRB por meio da SESu. Para ano de 2009 e os demais exercícios, os recursos referentes ao REUNI farão parte da previsão financeira do MEC, no Programa 1073 – Brasil Universitário – Ação 8282-

Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e serão disponibilizados no *Plano de Investimento* disposto na Tabela 52.

Tabela 51. Dotação orçamentária da UFRB para o projeto REUNI no período de vigência do PDI.

Item	2008	2009	2010	2011	2012
Custeio/Pessoal	987.750,34	3.267.126,53	5.786.233,48	8.663.741,15	11.967.438,12
Investimento	6.326.424	7.205.094	6.829.176	7.389.639	0
Total					

O Cronograma de execução do REUNI é como se apresenta nas Tabelas 51, 52, 53 e 54. No período de vigência do PDI. O *Plano de Investimento* está definido para obras e instalações no valor de R\$ 27.750.330 e valor de R\$ 30.579.752,83 para *custeio e pessoal*, totalizando no período orçamento no valor de **R\$ 58.330.086**.

A proposta orçamentária da UFRB para o exercício de 2010 está expressa em seis programas que contém 21 ações, totalizando um volume de recursos no valor de R\$ 81.884.819 (veja as Tabelas 55 e 56).

Tabela 52. Plano de Investimento do REUNI (2008 – 2011).

INVESTIMENTO/ANOS	2008	2009	2010	2011	Total
1.1. Campus Cruz das Almas					
Construção de uma residência universitária	1.313.600,00				1.313.600,00
Construção de um auditório		527.202,00			527.202,00
Construção de um pavilhão de aulas	3.452.924,00				3.452.924,00
Construção de uma praça de alimentação			1.171.560,00		1.171.560,00
Construção de infra-estrutura urbana			1.440.000,00	1.045.308,00	2.485.308,00
Subtotal					8.950.594,00
1.2. Campus de Cachoeira					
Construção de uma residência universitária	985.200,00				985.200,00
Construção de um auditório		410.046,00			410.046,00
Construção de um pavilhão de aulas		3.397.524,00			3.397.524,00
Construção de uma praça de alimentação			702.936,00		702.936,00

Construção de uma biblioteca				1.874.496,00	1.874.496,00
Subtotal					7.370.202,00
1.3. Campus de Amargosa					
Construção de um auditório		410.046,00			410.046,00
Construção de um pavilhão de aulas		2.108.808,00			2.108.808,00
Construção de uma praça de alimentação			702.936,00		702.936,00
Construção de uma biblioteca				1.874.496,00	1.874.496,00
Construção de infra-estrutura urbana				412.044,00	412.044,00
Subtotal					5.508.330,00
1.4. Campus Santo Antônio de Jesus					
Construção de uma residência universitária	574.700,00				574.700,00
Construção de um auditório		351.468,00			351.468,00
Construção de um pavilhão de aulas			2.108.808,00		2.108.808,00
Construção de uma praça de alimentação			702.936,00		702.936,00
Construção de uma biblioteca				1.874.496,00	1.874.496,00
Construção de infra-estrutura urbana				308.796,00	308.796,00
Subtotal					5.921.204,00
Total	6.326.424,00	7.205.094,00	6.829.176,00	7.389.636,00	27.750.330,00

Tabela 53. Síntese do Orçamento parcial e global da UFRB para o REUNI

Custeio (R\$)	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Bolsas de Assistência Estudantil	243.000,00	243.000,00	243.000,00	243.000,00	1.500.000,00	2.472.000,00
Bolsas de Mestrado	11.280,00	11.280,00	11.280,00	11.280,00	225.600,00	270.720,00
Bolsas de Doutorado	16.728,00	16.728,00	16.728,00	16.728,00	167.280,00	234.192,00
Bolsas de Pós-Doutorado	0,00	0,00	0,00	0,00	198.000,00	198.000,00
Bolsas de Professor Visitante	0,00	0,00	0,00	0,00	198.000,00	198.000,00
Professores	443.919,92	1.109.799,80	2.996.459,46	5.548.999,00	5.548.999,00	15.648.177,18
Servidores de Nível Intermediário	159.056,20	174.961,82	238.584,30	238.584,30	477.168,60	1.288.355,22
Servidores de Nível Superior	94.911,60	94.911,60	189.823,20	189.823,20	379.646,40	949.116,00
Unidades Básicas de Custeio	18.854,62	1.616.445,31	2.090.358,52	2.415.326,65	3.180.207,33	9.321.192,43
Total em Custeio	987.750,34	3.267.126,53	5.786.233,48	8.663.741,15	11.874.901,33	30.579.752,83
Créditos previstos	987.756,40	3.267.136,88	5.786.239,78	8.663.745,16	11.874.909,30	30.579.787,52
Investimentos (R\$)	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Edificações	6.326.424,00	7.205.094,00	5.389.176,00	5.623.491,00	0,00	24.544.185,00
Infra-Estrutura	0,00	0,00	1.440.000,00	1.766.148,00	0,00	3.662.738,89
Equipamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total em Investimentos	6.326.424,00	7.205.094,00	6.829.176,00	7.389.639,00	0,00	27.750.333,00
Créditos previstos	456.590,89	0,00	0,00	0,00	0,00	456.590,89

Créditos adicionais	5.869.833,11	7.205.094,00	6.829.176,00	7.389.646,89	0,00	27.293.750,00
Total de créditos	6.326.424,00	7.205.094,00	6.829.176,00	7.389.639,00	0,00	27.750.340,89
Diferença	0,00	0,00	0,00	7,89	0,00	7,89
Orçamento global (R\$)	2008	2009	2010	2011	2012	Total
Investimento	6.326.424,00	7.205.094,00	6.829.176,00	7.389.639,00	0,00	27.750.333,00
Custeio e pessoal	987.750,34	3.267.126,53	5.786.233,48	8.663.741,15	11.874.901,33	30.579.752,83
Total	7.314.174,34	10.472.220,53	12.615.409,48	16.053.380,15	11.874.901,33	58.330.085,83
Créditos previstos	1.444.347,29	3.267.136,88	5.786.239,78	8.663.745,16	11.874.909,30	31.036.378,41
Créditos adicionais	5.869.833,11	7.205.094,00	6.829.176,00	7.389.646,89	0,00	27.293.750,00
Total de créditos	7.314.180,40	10.472.238,88	12.615.415,78	16.053.392,05	11.874.909,30	58.330.128,41

Tabela 54. Orçamento de Custeio e pessoal do REUNI (2008-2011).

Item	Qtde	Valor em 2008 (R\$)	Acumulado em 2008 (R\$)
Bolsa de Assistência Estudantil	81	243.000,00	243.000,00
Bolsa de Mestrado	1	11.280,00	11.280,00
Bolsa de Doutorado	1	16.728,00	16.728,00
Professores	8	443.919,92	443.919,92
Servidores de Nível Intermediário	10	159.056,20	159.056,20
Servidores de Nível Superior	5	94.911,60	94.911,50
Unidades Básicas de Custeio	17,53	18.854,62	18.854,62
Total em custeio		987.750,34	987.750,34
Créditos previstos em custeio		987.756,40	987.756,40

Item	Qtde	Valor em 2009(R\$)	Acumulado 2008-2009(R\$)
Bolsa de Assistência Estudantil	81	243.000,00	486.000,00
Bolsa de Mestrado	1	11.280,00	22.560,00
Bolsa de Doutorado	1	16.728,00	33.456,00
Professores	20	1.109.799,80	1.553.719,72
Servidores de Nível Intermediário	10	174.961,82	334.018,02
Servidores de Nível Superior	6	94.911,60	189.823,20
Unidades Básicas de Custeio	1.503,73	1.616.445,31	1.635.299,93
Total em custeio		3.267.126,53	4.254.876,87
Créditos previstos em custeio		3.267.136,88	4.254.893,28

Item	Qtde	Valor em 2010 (R\$)	Acumulado 2008-2010 (R\$)
Bolsa de Assistência Estudantil	81	243.000,00	729.000,00
Bolsa de Mestrado	1	11.280,00	33.840,00
Bolsa de Doutorado	1	16.728,00	50.184,00
Professores	54	2.996.459,46	4.550.179,18
Servidores de Nível Intermediário	15	238.584,30	572.602,32
Servidores de Nível Superior	10	189.823,20	379.646,40

Item	Qtde	Valor em 2010 (R\$)	Acumulado 2008-2010 (R\$)
Unidades Básicas de Custeio	1.944,61	2.090.358,52	3.725.658,45
Total em custeio		5.786.233,48	10.041.110,35
Créditos previstos em custeio		5.786.239,78	10.041.133,06

Item	Qtde	Valor em 2011 (R\$)	Acumulado 2008-2011 (R\$)
Bolsa de Assistência Estudantil	81	243.000,00	972.000,00
Bolsa de Mestrado	1	11.280,00	45.120,00
Bolsa de Doutorado	1	16.728,00	66.912,00
Professores	100	5.548.999,00	10.099.178,18
Servidores de Nível Intermediário	15	238.584,30	811.186,62
Servidores de Nível Superior	10	189.823,20	569.469,60
Unidades Básicas de Custeio	2.246,91	2.415.326,65	6.140985,10
Total em custeio		8.663.741,15	18.704.851,50
Créditos previstos em custeio		8.663745,16	18.704.868,22

Item	Qtde	Valor em 2012 (R\$)	Acumulado 2008-2012 (R\$)
Bolsa de Assistência Estudantil	500	1.500.000,00	972.000,00
Bolsa de Mestrado	20	225.600,00	45.120,00
Bolsa de Doutorado	10	167.280,00	66.912,00
Bolsa de Pós-Doutorado	5	198.000,00	198.000,00
Bolsa de Professor Visitante	5	198.000,00	198.000,00
Professores	100	5.548.999,00	10.099.178,18
Servidores de Nível Intermediário	30	477.168,60	811.186,62
Servidores de Nível Superior	20	379.646,40	569.469,60
Unidades Básicas de Custeio	2.958,47	3.180.207,33	6.140985,10
Total em custeio		11.874.901,33	30.579.752,83
Créditos previstos em custeio		11.874.909,30	30.579.787,52

As Tabela 55 e 56 informam a proposta orçamentária da UFRB para o exercício de 2010, onde pode ser constatado que o plano orçamentário prevê dotação inicial de R\$ 81.884.819. Esta a previsão segura de que a UFRB poderá realizar o seu projeto de Implantação. Cabe destacar que dos recursos alocados nos seis programas, o 1073- *Brasil Universitário* é o mais importante, com valores da ordem de R\$ 79.436.382 (97% da dotação inicial prevista). Adicionalmente, pode-se verificar que das 23 ações elencadas, são consideradas mais importantes as designadas 10TM - *Implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (4 projetos)* e 4009 - *Funcionamento de Cursos de Graduação*, respectivamente, com os valores orçamentários de R\$ 30.800.000 e 34.230.732, juntas representam 79% do orçamento designado para a Universidade.

Tabela 55. Programas da proposta orçamentária 2010.

Código	Programa	Valor (R\$)
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	328.657
0750	Apoio Administrativo	1.437.379
1067	Gestão da Política de Educação	214.299
1073	Brasil Universitário	79.436.382
1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	125.202
1448	Qualidade na Escola	342.900
Total		81.884.819

Tabela 56. Ações da proposta orçamentária 2010.

Ação	Valor (R\$)
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	328.657
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6.092.046
10TM Implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (4 projetos)	30.800.000
11EC REUNI Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	4.780.423
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	373.856
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	70.152
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	162.170
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	779.961
20CW Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	51.240
4002 Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação	1.434.633
4004 Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária	442.000
4006 Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	87.384
4008 Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino	739.965
4009 Funcionamento de Cursos de Graduação	34.230.732
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	214.299
6333 Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e	342.900

Profissionais da Educação Básica	
8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI	1.636.583
8667 Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados	37.818
Total	81.884.819

As Tabela 57 e 58 informam orçamento definido para a UFRB em 2010 por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA), nº 12.214, de 26 de janeiro de 2010, onde pode ser constatado que está prevista dotação inicial no valor de R\$ 90.304.271. Isto assegura que a UFRB poderá realizar o seu projeto de Implantação. Cabe destacar que dos recursos alocados nos seis programas, o 1073- *Brasil Universitário* é o mais importante, com valores da ordem de R\$ 87.859.121 (97% da dotação inicial). Adicionalmente, pode-se verificar que das 22 ações elencadas, são consideradas mais importantes as designadas 10TM - *Implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (4 projetos)* e 4009 - *Funcionamento de Cursos de Graduação*, respectivamente, com os valores orçamentários de R\$ 30.800.000 e 34.230.732, juntas representam 72% do orçamento designado para a Universidade.

Tabela 57. LOA 2010.

Código	Programa	Valor (R\$)
0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União	325.370
0750	Apoio Administrativo	1.437.379
1067	Gestão da Política de Educação	214.299
1073	Brasil Universitário	87.859.121
1375	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica	125.202
1448	Qualidade na Escola	342.900
Total		90.304.271

Tabela 58. Ações da LOA 2010.

Ação	Valor (R\$)
0181 Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	325.370
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	6.092.046
10TM Implantação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (4 projetos)	30.800.000
11EC REUNI Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)	4.780.423
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	373.856
2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	70.152
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	162.170
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	779.961
20CW Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos	51.240
4002 Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação	1.434.633
4004 Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária	442.000
4006 Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação	87.384
4008 Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e	739.965

Hospitais de Ensino	
4009 Funcionamento de Cursos de Graduação	34.230.732
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	214.299
6333 Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais da Educação Básica	342.900
8282 Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI	1.636.583
8667 Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados	37.818
2E14 Reforma e Modernização de Infraestrutura	1.000.000
6368 Instrumental para Ensino e Pesquisa	7.422.739
Total	90.304.271